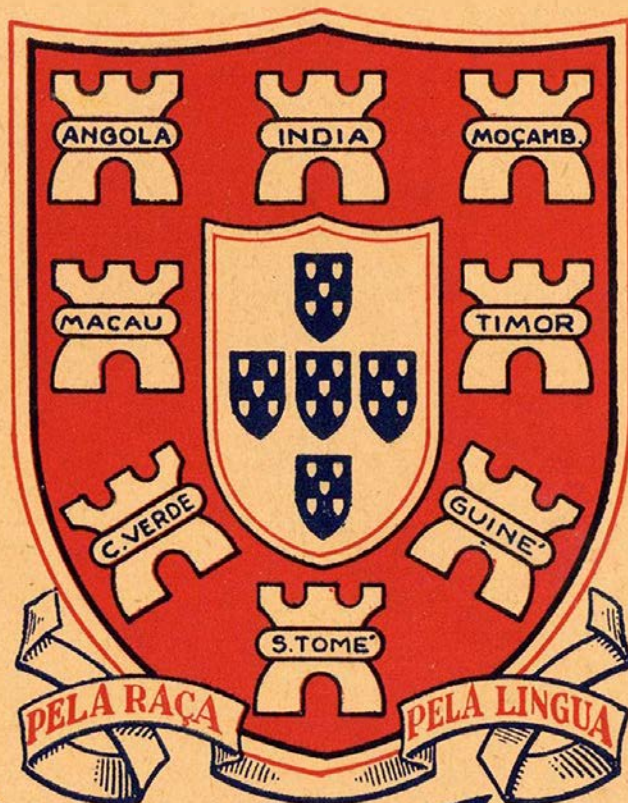


BOLETIM  
DA



SOCIEDADE LUSO-AFRICANA

DO  
RIO DE JANEIRO.

# IMPORTANTE



**CARTONAGENS FINAS**

PARA

**QUALQUER INDUSTRIA**

SÓ

**Alves Freixo & Cia.**

Rua do Lavradio, 101

Telefone: 2-0893

**RIO DE JANEIRO**

## CARL SCHLEICHER & SCHÜLL

*fornecem  
todos os papeis  
para desenho.*



REPRESENTANTE:

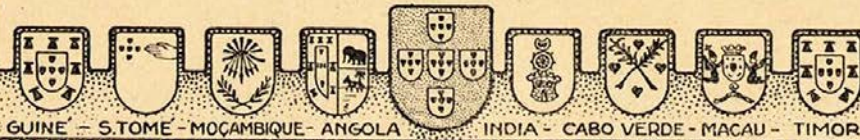
**ALFREDO BUCHHEISTER**

RUA THEOPHILO OTTONI, 156

CAIXA POSTAL 1421

**RIO DE JANEIRO**

# BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO AFRICANA



ÓRGAM OFICIAL  
Dirigido por:  
**ANTÓNIO DE SOUSA AMORIM**

RIO DE JANEIRO — BRASIL  
RUA 13 DE MAIO, 33  
5.º andar

**Distribuido gratuitamente**

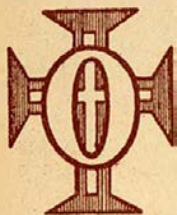
“As ideias não se vendem, dão-se” — TRÉFILO BRAGA

N.º 7

Outubro — Novembro — Dezembro

1933

## MOUSINHO



herói lendário de Chaimite e de Macoténe ainda espera, como tantos outros vultos eminentes da nossa epopeia ultramarina, as homenagens devidas á sua memória, tão grandes e tão inconfundíveis foram os seus feitos de Soldado e os seus altos e notabilíssimos méritos de governador de Moçambique, à frente de cujos destinos se revelou um administrador consumado, que fez escola, e que teria realizado com as suas iniciativas utilíssimas uma formidável obra de progresso e de fomento, se do Terreiro do Paço lhe não tivessem ofendido os brios de timoneiro zeloso, cerceando-lhe sem nenhuma consideração pelo seu passado, algumas das prerogativas que lhe haviam sido outorgadas ao tomar conta do Comissariado Régio na Africa Oriental Portuguesa.

Mousinho de Albuquerque, o bravo pacificador do distrito de Gaza, que na mais deslumbrante e fulminante investida aniquilou para sempre o império dos vátuas, submetendo e prendendo o sanguinário Gungunhana em pleno coração dos seus supostos domínios e bem na cara das suas numerosas e aguerridas *mangas*, presas de espanto, atónitas e perplexas ante a audácia e o inesperado da sublime e temerária arrancada, não teve até hoje, a-pesar de ser grande a legião dos que cultuam a sua memória, um biógrafo, á altura do seu valimento, que pormenorizasse e aprofundasse como é mister para honra nossa, a sua vida e a sua obra, — um Emílio Ludwig português que dê à Pátria um estudo completo e totalizador do esforço e dos méritos desse seu filho insigne, que tanto A illustrou e dignificou com o brilho da sua espada vitoriosa, do seu carácter de rara tèmpera, do seu civismo e da sua robusta inteligência, iluminada por uma larga cultura.

Mousinho não fôra apenas o cabo de guerra que

submetêra em rasgos de audácia épica diversas regiões moçambicanas; combates rijos e árduos tivera que travar depois da Província pacificada com inimigos nem menos liais nem menos perigosos, muito pelo contrário: os políticos conselheirais que infestavam o palácio rial e impetavam a Nação, — corpos sem alma e sem fé que Mousinho, carácter rude e franco de Soldado abominava com razão e cujos procedimentos dúbios êle repetidas vezes e em várias conjunturas verberou acerbamente, celebrizando-se a carta que dirigiu ao presidente do Conselho de Ministros que pretendeu desautorá-lo, a qual termina por esta forma candente:

“Não sei distinguir a lialdade no procedimento político da do homem privado, porque não penso, como V. Excia. pensa, e disse já na minha presença, que na vida política não desonram ardís e enganos que deslustrariam qualquer homem na vida particular.

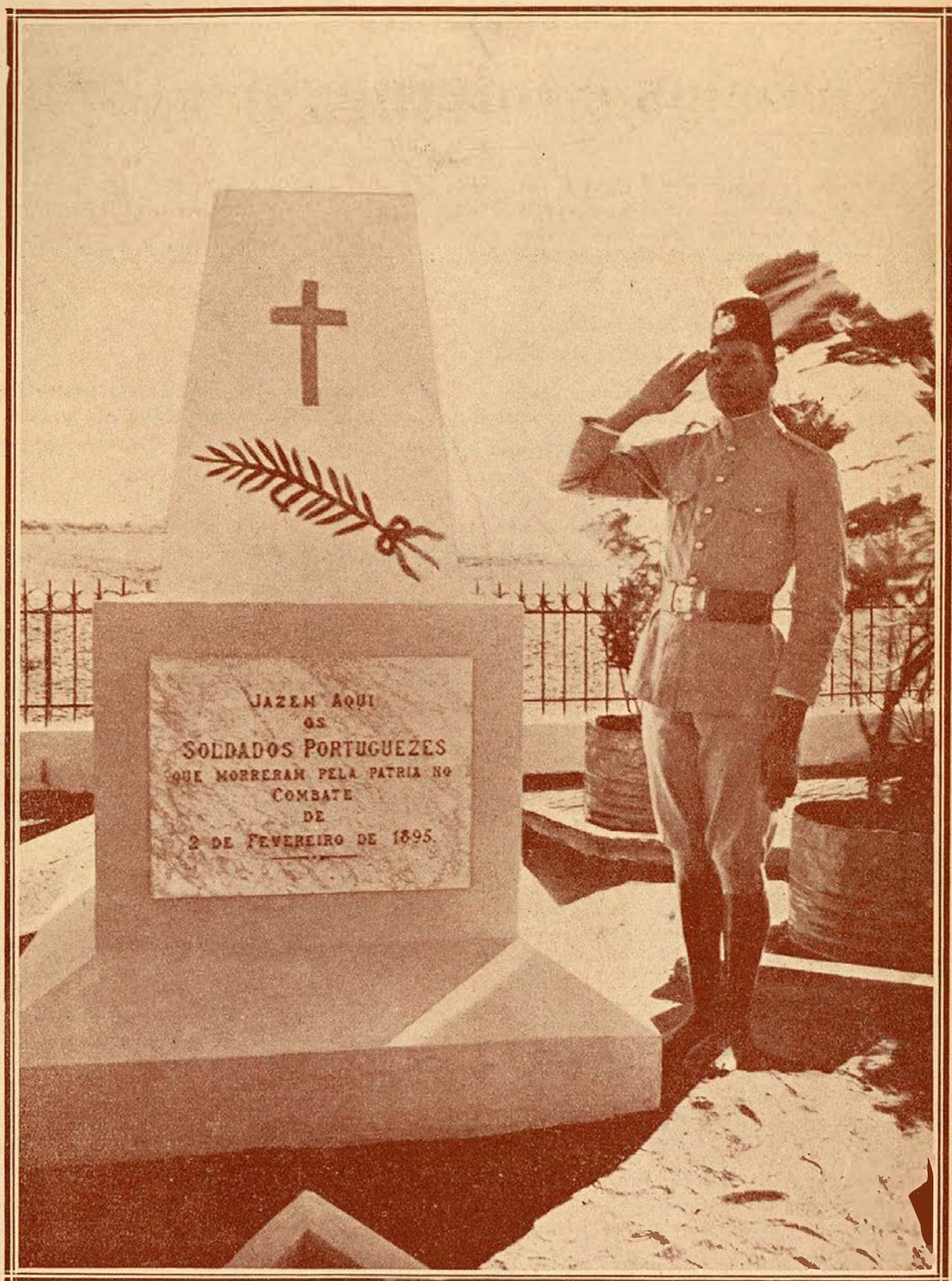
“Achará talvez V. Excia. esta carta desrespeitosa, sendo assinada por um simples major de cavalaria, ao Presidente do Conselho de Ministros, ao gran-cruz da Torre e Espada do Valor, Lialdade e Mérito, que nessa qualidade tem honras de general!

“Verdades como punhos contém ela, e por isso nunca V. Excia. ousará pretender taxá-la de insubordinação para me mandar castigar.

“Só quem não deve não teme, Exm.º Sr., por isso eu a ninguém temo.”

Era desta tèmpera — da tèmpera da sua espada do mais fino e resistente aço — o carácter de Mousinho de Albuquerque com quem todos nós, portugueses, temos uma dívida a saldar, — a nossa contribuição para que lhe seja erguida uma estátua em Lourenço Marques, naquelas terras que ele perlustrou qual novo Lidador do Resgate...

A DIRECCÃO



MONUMENTO COMEMORATIVO DO COMBATE DE MARRACUENE,  
QUANDO O GRANDE COMISSÁRIO RÉGIO CONSELHEIRO ANTÓNIO ÉNES GOVERNAVA  
A PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

# Colónias e Internacionalismo

(Palestra transmitida pela estação de radiofonia CT 1 A A, de Lisboa, e gentilmente cedida pelo seu ilustre autor ao "Boletim da Sociedade Luso-Africana", por intermédio do nosso distinto correspondente, Sr. Major Costa Junior).

PELO SR. CONDE DE PENHA GARCIA

PRESIDENTE DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA

DIRECTOR DA ESCOLA SUPERIOR COLONIAL

MEMBRO DO INSTITUTO COLONIAL INTERNACIONAL

ANTIGO MINISTRO DAS FINANÇAS.



**O**IRIGEM-SE as minhas palavras aos portugueses de Áquém e de Além-Mar que por mercê das ondas hertzianas as queiram e possam escutar.

A amizade e benevolência do Dr. Cortesão ao referir-se

à minha palestra, exageraram, sem dúvida, as qualidades da pessoa que ídes escutar. O que vou dizer-vos são palavras simples sôbre um problema complexo em plena evolução. Ao pronunçá-las reclamo para mim, apenas a minha qualidade de português e o facto de ter consagrado 36 anos aos trabalhos e estudos do que se pôde chamar a Ciência Colonial.

Há quem contéste a sua existência, visto que ela aparentemente parece ser constituída pela simples aplicação dos princípios gerais das ciências a meios e factos determinados. A verdade porém é que ela se baseia na observação de factos particulares e característicos cuja classificação e interpretação pelo estudo e pela inteligência vão criando verdadeiros corpos de doutrina, que bem podem ser chamados a ciência colonial.

Por esta razão ela pode ser praticada e constituída tanto pelos que estão nas colónias ou as conhecem de *visu*, como por aqueles que nunca as viram, tendo apenas os primeiros a vantágem, que por vezes redundam em in-

conveniente, de juntarem a sua própria observação aos testemunhos alheios. O assunto que escolhi para esta pequena palestra é o exame dos actuais conceitos internacionais em relação ás colónias portuguesas. Não se trata de estudar ou comentar a opinião de autores estrangeiros sôbre a nossa obra colonial. Há nesse capítulo

material de sóbra para constatar a calúnia e a maledicência de muitos, a ignorância de outros, a benevolência de alguns, e o espírito de justiça de todos aqueles, que, sem intuítos reservados, estudaram uma obra, que através de cinco séculos de história revelou, é certo, alguns defeitos, mas pôs em destaque muitas virtudes.

Ainda recentemente o autor do interessante livro "Noirs et Blancs", Jacques Weulersse, jovem sábio francês, criticando, talvez com excesso de severidade, a obra do branco nos territórios africanos sob o aspecto do contacto das raças, condena a situação actual nos territórios ingleses, nos do Congo Belga e nos da África do Sul, e termina dizendo, que as únicas colónias africanas em que esses problemas não existem



CONDE PENHA GARCIA

são as colónias portuguesas. Aí o contacto das raças não suscitou fórmulas, como as daquela lei federal da União Sul Africana, que quasi repetiu o texto da primeira lei do Transvaal que dizia "Não haverá igüaldade entre brancos e pretos nem na Igreja, nem no Estado".

O problema que me propôho definir e esclarecer é, porém, outro.

É o estudo daqueles princípios de política internacional, que visam a constituir em relação ás colónias, preceitos gerais, garantidos convencionalmente por um conjunto de Estados, ou pela Sociedade das Nações. A actual luta, entre os internacionalismos de várias espécies e os nacionalismos de carácter mais ou menos agudo, dá ao problema um interêsse palpitante.

Em tempos remotos o conceito dos estranhos em relação aos estabelecimentos coloniais era um conceito político, que incorporando a colónia na acção política e económica da Metrópole a considerava boa presa. Assim desapareceram nas lutas entre Cartagineses, Gregos e Romanos as colónias dos primeiros e por fim as próprias metrópoles. Este conceito foi-se perpetuando através da história e quando Portugal ia avançando nêsse período maravilhoso das descobertas e da sua expansão marítima e colonial, continuou a manifestar-se por várias formas. Primeiro, corsários e piratas procuraram roubar aos portugueses o que os seus navegadores, os seus guerreiros e os seus religiosos, iam ganhando para a Pátria e para a civilização europeia; mais tarde fôram as grandes companhias e os próprios Estados que sob o pretexto de combaterem o Pacto colonial, ou em razão da situação política, procuraram pôr mão violenta nos territórios coloniais de Portugal. Foi sob o domínio dos Filipos que a luta se tornou mais aguda e as perdas maiores. Este conceito de rapina, legitimada pelo estado de beligerância, está tão arreigado na tradição dos povos, que ainda recentemente depois da Grande Guerra teve uma aplicação característica, embora sob uma nova forma politico-jurídica, que criou os Mandatos, como expressão do confisco das colónias alemãs.

Álém dêste conceito geral, que anda ligado ás consequências da guerra, outros de aspecto diferente foram criados no século XIX e aperfeiçoados no século XX para serem applicados em tempo de paz. Há quem pretenda, que eles não fâzem mais que substituir, ou antes mascarar, o velho direito da força. Seja porém como fôr todos os países coloniais necessitam conhecê-los e sobretudo vigiar a sua evolução. Este conhecimento não importa só aos dirigentes dos Estados, nem mesmo ás élites intellectuais. Deve ser do domínio de todos, metropolitanos e coloniais, pois a uns e outros importa combater

tôdas as influências que sejam nocivas aos interêsses comuns da nação, que é constituída na base do princípio da unidade.

As fórmulas intervencionistas, que trouxeram os primeiros preceitos do internacionalismo colonial, nasceram talvez com a constituição em Londres em 1788 da "African Association" cujos intuitos eram auxiliar a exploração do continente africano e combater a escravatura.

Os congressos de Viena e de Verona proclamando a abolição da escravatura transportaram para o domínio internacional a acção da Sociedade londrina. Uma série de acontecimentos na evolução política e económica da Europa, nomeadamente as necessidades da expansão comercial e demográfica, os múltiplos instrumentos postos pela ciência ao serviço da humanidade, os problemas do predomínio, trouxeram novos princípios de direito internacional convencional para os assuntos coloniais. Ainda desta vez a sua origem se pode encontrar na acção de uma associação de carácter privado, criada e orientada pelo Rei da Belgica. Por sua iniciativa foi com efeito convocada em 1876 uma Conferência em Bruxelas de onde saiu a Associação Internacional Africana. Ainda desta vez os propósitos aparentes eram a exploração do continente africano e a protecção da raça indígena, mas a tais propósitos se juntava a proclamação de um novo direito, o direito de ocupação efectiva. Em contraposição aos direitos históricos da descoberta e da ocupação incompleta, proclamava-se como única fonte de direito quanto aos territórios coloniais, a ocupação efectiva. Também como no comêço do século o direito convencional ia dar sanção e efectividade áquele princípio. A conferência de Berlim no seu Acto Geral de 1885 consagrou com efeito os princípios do direito de ocupação efectiva, da liberdade comercial e de transporte, na bacia convencional do Zaire, e da liberdade religiosa e de civilização e da instrução dos indígenas.

Em 1890 nova conferência em Bruxelas trazia para os domínios do internacionalismo a regulamentação do comércio das armas com os indígenas, e da produção e consumo das bebidas alcoólicas.

Sob estas bases de direito convencional se fez a partilha da África e se alargou e desenvolveu a acção colonial dos compartilhantes. Sem outros incidentes além dos que proviêram da luta para a conquista de influências políticas e

económicas, se foi amoldando a colonização moderna a estes preceitos de internacionalismo que visavam principalmente os domínios africanos.

O final da Grande Guerra trouxe consigo novos aspectos dos conceitos anteriores nos assuntos coloniais. O Pacto e outras disposições do tratado de Versailles e as Convenções de St. Germain em 1919 renovaram com maior carácter de generalidade os princípios do internacionalismo em matéria colonial.

Declara o artigo 22 do Pacto da Sociedade das Nações, que o bem estar e o progresso dos povos incapazes de se governarem constituem uma missão sagrada de civilização e os membros da Sociedade das Nações obrigaram-se a esforçar-se por assegurar e manter condições de trabalho equitativas e humanas para o homem, a mulher e a criança nos seus territórios e *assegurar igualmente um tratamento equitativo das populações indígenas nos territórios sob sua administração.*

Também a parte consagrada no tratado de Versailles á Organização Internacional de Trabalho proclamando certos princípios morais, que devem reger as relações entre patrões e operários se referiu ao trabalho nas Colónias, admitindo contudo que os países coloniais pudessem exceptuar das Convenções todos ou parte dos seus territórios coloniais, ou modificar para esses territórios as Convenções conforme as circunstâncias de lugar. As Convenções de

St. Germain reproduziram as teorias do Acto Geral de Berlim, em parte com maior generalidade e com certos reflexos da doutrina do Pacto. Finalmente a Convenção da Escravatura de 1926 estabeleceu para os seus signatários a obrigação de suprimirem o mais rapidamente possível nos seus territórios ou nos territórios

sob a sua influência, a escravatura, o trabalho forçado, e certas condições consideradas equivalentes. E' certo que o art.º 10 do Pacto constituiu a obrigação para os membros da Sociedade das Nações de respeitar e manterem contra toda a agressão externa a integridade territorial e a independência política presente dos seus membros.

Se houvesse meio de assegurar e tornar efectiva esta obrigação, grande parte dos defeitos ou inconvenientes do internacionalismo em matéria colonial ficariam muito atenuados. Infelizmente a garantia não tem sanção. Em resumo: os conceitos do moderno internacionalismo colonial dão a todos os países um certo

direito de intervenção pelo que respeita: 1.º: A obrigação social de protecção aos indígenas. 2.º: A determinadas condições do emprêgo do trabalho indígena. 3.º: Na luta contra dois flagelos, o alcoolismo e o uso dos estupefacientes. 4.º: Na repressão da escravatura e do comércio de armas e munições com os indígenas.

5.º: Na liberdade religiosa e do exercício da catequese.

6.º: Na liberdade de transito e de comércio.

### Portugal de Aquém e de Além Mar...

A Semana das Colónias, criação do 1.º Congresso Colonial Português, foi confiada à iniciativa da Sociedade de Geografia de Lisboa, que anualmente a vem realizando.

Até agora o seu progrãma tem sido vulgarizar e difundir na Metrópole o conhecimento do Ultramar Português, e estudar os problemas do seu desenvolvimento e do seu progresso.

Uma idéia fundamental tem presidido à sua realização: fortalecer e estreitar os laços da unidade política do Império Português. Para atingir mais completamente este elevado intuito é propósito da Sociedade de Geografia alargar cada vez mais a obra da "Semana das Colónias" transformando-a pouco a pouco em "Semana do Império".

Para tal se irá procurando efectuar também anualmente em cada Colónia uma "Semana" destinada a difundir e vulgarizar o conhecimento e o amor pela Metrópole e pelas outras Colónias, que no seu conjunto constituem a Nação. Dêste modo, em cada ano e em épocas determinadas, se celebrará, em todo o Império Português, o sentimento da unidade nacional.

Assim se fortalecerá a um tempo mesmo, em Portugal e no Ultramar Português, a noção da unidade na diversidade, a mútua compreensão, o respeito e o amor pela tradição comum. Assim se afervorará entre todos o sentimento da Pátria una, independente, consciente de si própria, legitimamente orgulhosa do seu passado e do seu presente. Assim se conseguirá que todos os corações portugueses vibrem unidos em iguais esperanças do Futuro.

A Semana das Colónias é obra nacional por excelência, que bem merece o entusiasmo e a colaboração de todos os bons portugueses.

Não é essencial que ela se realize nos mesmos dias em todo o Império, o que é fundamental é que se efectue uma vez em cada ano com extensão e eficiência sempre crescentes.

As formas da sua realização podem ser múltiplas e variadas, desde as mais singelas às mais complexas, com tanto que sempre se intégrem naquele intuito patriótico que é a alma dêste movimento.

Que todos os que colaborem na Semana das Colónias se lembrem sempre que ela é obra de fé, de amor da Pátria, de estudo, de ensino e de propaganda.

Os seus propósitos nacionalistas falarão bem alto à inteligência e ao coração de todos os portugueses. Pódem resumir-se singelamente nesta curta frase que é símbolo e progrãma.:

"Por Portugal de Aquém e de Além-Mar".

CONDE DE PENHA GARCIA

A intervenção internacional a propósito de cada um destes assuntos pôde criar conflitos sempre que a sua regulamentação esqueça os direitos das soberanias nacionais. Por isso o nacionalismo das potências coloniais frequentemente manifesta a sua resistência a êste sistema de intervenções externas. Para Portugal êste sentimento é tanto mais natural, que o nosso sistema constitucional garante aos indígenas um duplo estatuto, permitindo-lhes adquirirem a integridade de direitos de todos os cidadãos portugueses quando o seu grau de civilização o permita. A tradição da nossa política colonial tem sempre conseguido estabelecer fórmulas do contacto das raças, que nos atráem o affecto e bôa vontade das populações indígenas. Temos feito grandes sacrificios em trabalho e dinheiro para assegurar o livre transito e o comércio nos nossos territórios. Em cada um dos seis princípios básicos do internacionalismo colonial pouco temos que nos penitenciar se nos compararmos. Contudo é necessário, que eles sejam bem conhecidos e compreendidos na Metrôpole e nas Colônias para que vigiemos cuidadosamente a realidade das coisas em face dessas obrigações internacionais. A dirigentes e dirigidos cabe neste capítulo uma parcela de responsabilidade e os esforços de uns e outros devem conjugar-se para que a defesa dos direitos da nossa soberania se imponha pela nossa própria acção.

Têm os dirigentes e os agentes da política colonial portuguesa dois inimigos: os lisonjeiros e os zoilos. Precisam fechar igualmente os ouvidos ás louvaminhas interesseiras dos primeiros e ás críticas e calunias dos segundos, sendo

certo, que o mel da lisonja é talvez mais perigoso do que a teriaga da maledicência.

Quantos ministros, governadores, altos funcionários têm sido classificados de grandes homens ou de cretinos, com a mesma injustiça!

Para alimentar o nosso nacionalismo em matéria colonial temos uma história de cinco séculos. História particularmente rica em grandes homens e em grandes feitos.

Se um dia em Lisbôa, capital da Nação portuguesa, se construir enfim aquele grande Museu ou Palácio das Colônias, que architecturalmente cristalize a memória da nossa obra colonial moderna, talvez nos defrontemos com um embaraço até certo ponto semelhante àquêlê que ao findar a Guerra de 1914 fez erigir túmulos ao soldado desconhecido. A quem erigir um monumento em frente do museu? Dos grandes nomes da nossa história colonial qual escolher?

Tenho para mim, que um só nome pôde bem personificar o espírito nacionalista que nos defende e protêge contra os defeitos e excessos do internacionalismo. Não é o nome de um homem, é o nome de Portugal. Na pedra votiva desse futuro Palácio das Colônias esta simples inscrição "A PORTUGAL" terá um mágico poder de eloquência e um alto significado de verdade. E para precisar bem o sentido da inscrição, acrescentariamos em seguida ás palavras "A PORTUGAL" estas outras bem significativas "DE ÁQUÉM E DE ALÉM MAR". Nesta forma lapidar caberiam ao mesmo tempo os grandes nomes conhecidos e os nomes humildes e ignorados, de quantos para a obra colonial portuguesa têm dado o seu esforço, a sua inteligência, a sua fé, e até muitas vezes a própria vida.

“VINHOS UNICO”

ESPUMANTES

LICOROSOS

PARA MESA, BRANCOS E TINTOS

REAL FINA AGUARDENTE

QUINADO UNICO

Á VENDA EM TÔDA A PARTE

“Não hei-de pedir pedindo senão protestando, e argumentando; pois esta é a licença, e liberdade que tem, quem não pede favor, senão justiça”. — P.<sup>E</sup> ANTÔNIO VIEIRA



**P**ARA OS que, fieis á Pátria, apenas, pressentindo ameaças contra os nossos direitos e em horas trágicas do mundo, quiseram bater-se na África ou na Flandres, — a palavra Império, quando se fala ou actúa ao serviço do Ultramar Português, tem na sua larga sonoridade um sabor estreito, limitador e amargo. Não que desconheçamos quanto, nessa palavra, possam pôr certas almas, desmentindo e ultrapassando o significado normal do vocábulo.

Mas porque, para o comum dos mortais, nesta hora para tantos, e não para os melhores, de incompreensão e desvario, ela contraria, não diz a intenção humaníssima e cristã que caracteriza a obra lusitana ao serviço do Mundo.

*Império*, para o comum dos mortais, e na boca principalmente, daqueles em quem uma tendenciosa cultura ou uma utilitária moral limitam o entendimento daquela obra de libertação e criação generosas, — pode significar entusiasmo egoísta, menos apostólica disciplina, opressão blasfêma, ignorando ou pondo em secundário plano, o espírito de resgate e civilização que orientou o nosso esforço imortal.

Há palavras que embriagam e levam em si toxinas. Por trás delas, mais que fé generosa, pensamento cristão e propósitos puros, acordam e médrum, disfarçam-se e alimentam seus egoísmos ou preparam o seu assalto, os interesses negativos e desumanos.

A nossa actividade histórica desbravando mares, libertando a terra, erguendo ao nosso sangue e ao nosso espírito povos mais jovens, modelando-lhes a alma ao sabor da nossa, batendo-nos pela integridade de vastos territórios ou pela sua independência quando, na economia e na alma, deles tínhamos feito Nações, — pecou mui-

tas vezes, andou muita vez, decerto, a par de limitados, torpes egoísmos. A sua grandeza e a sua eternidade decorrem, porém, dum sentido, duma intenção mais alta, foram a plasmação, no esforço e na dôr, duma consciência que ultrapassou, ao serviço da Pátria e do Mundo, os interesses mais estreitos dos homens ou da grei.

Esse sentido é que deve ser o *surge et ambula* das novas largadas necessárias. Clamado acima da torpeza ou subserviência sectária que arregimenta medíocres e impossibilita apostolados. Traduzido num credo ou numa palavra pura, fiel, em que não haja sombras ou mal entendimento. Que diga a tradição e reflita o melhor da nossa alma lusíada.

Em frente do que nos resta, aceitando o dever que enche um destino, — se é necessária a fé, se carecemos de entusiasmo, se, antes de tudo, são essenciais a consciência clara dos objectivos e a disciplina que multiplica o esforço fecundo, — para continuarmos, fieis, melhor, á secular tarefa, resgatando riqueza, emancipando almas, criando novas nações, — a palavra Império há que suprimí-la ou iluminá-la daquele sentido, e, sobretudo, pô-la ao alto, ao abrigo desse passageiro desvaio sectário e catastrófico, feito para iludir o Futuro, que anda tentando envenenar os povos e é uma blasfémia, porque procura modelar o amanhã do mundo ignorando ou mutilando o alôr divino que Deus pôs na alma do homem, o sentimento cristão compatível com as mais ordenadas tarefas ao serviço dos legítimos egoísmos e irmão fraterno do espírito de liberdade sem o qual não há obediência justa, disciplina útil, autoridade duradoira e progresso rial.

Brava, Cabo Verde — Julho de 1933.

**AUGUSTO CASIMIRO**

# PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

## O Território de Manica e Sofala sob a Administração da Companhia de Moçambique

### ALGUMAS NOTAS MONOGRÁFICAS

POR MÁRIO COSTA

ESCRITO EXPRESSAMENTE

PARA O BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA

TENENTE — ESCRITOR E PUBLICISTA

DIRECTOR DOS SERVIÇOS DE ESTATÍSTICA DA COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE  
SOCIO-CORRESPONDENTE DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA



s leitores brasileiros do BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA e os nossos compatriotas afastados da Mãe-Pátria e do conhecimento da propaganda das colónias portuguesas, ignoram, a maioria, decerto, a importância do chamado Território de Manica e Sofala administrado pela Companhia de Moçambique, isto é, 134.822 quilómetros quadrados, situados no centro da Colónia de Moçambique, servidos por um pôrto de mar, porta natural não só do Território, como de regiões estrangeiras, as duas Rodésias, do Norte e do Sul, e o Niassaland.

E' para êles êste artigo ou, antes, simples, resumidos e salteados apontamentos, fraco esqueleto monográfico de uma pequenina parcela do Portugal ultramarino.

\*

A todos estas palavras prévias:

— Aqui vivemos em Manica e Sofala cêrca de 2.000 portugueses europeus, 600 indianos, 1.000 mestiços e 335.000 indígenas, todos portugueses!, além de cêrca de 1.700 europeus estrangeiros e 1.000 indo-britânicos e algumas centenas de mixtos também estrangeiros.

Aqui labutamos nesta região que, pequena, é contudo uma vez e meia maior que a Mãe-Pátria, — amigos, unidos, trabalhando sem atritos, nós, os portugueses pelo lógico engrandecimento do que é *nosso* e, os outros, os estrangeiros, tirando daqui os lucros lícitos a que o seu trabalho e a sua actividade lhes dão jus.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS — Em 1868 alguns aventureiros ingleses do Cabo da Boa Esperança (a) atraídos pela fama das riquezas mineiras da região fronteira a Manica (b) emigraram para esta localidade ou

(a) — A actual *Capetown* da União Sul Africana. O Cabo da Boa Esperança, primeiro denominado *das Tormentas* foi, como se sabe, dobrado pela 1.<sup>a</sup> vez, em 1486, pelo português Bartolomeu Dias.

(b) — Actualmente uma das 14 circunscrições do Território de Manica e Sofala.

para próximo dela, conseguindo nos anos seguintes a cessão de vastas extensões de terreno.

Cecil Rhodes, que então governava o Cabo, o maior inimigo dos portugueses, o homem que alvitrou após a célebre “conferência de Berlim”, (c) onde eram concedidos à Nação Portuguesa certos direitos de intervenção e de posse, “*que nem o litoral de Moçambique devia ser conservado a Portugal*”, — patrocinou os designios daqueles aventureiros, conseguindo que obtivessem a cêdência da citada região fronteira a Manica, pertencente a Portugal por direito histórico e até de ocupação, ainda que êste último sem continuidade, o que de resto sucedia com tôdas as colónias de qualquer potência áquela época.

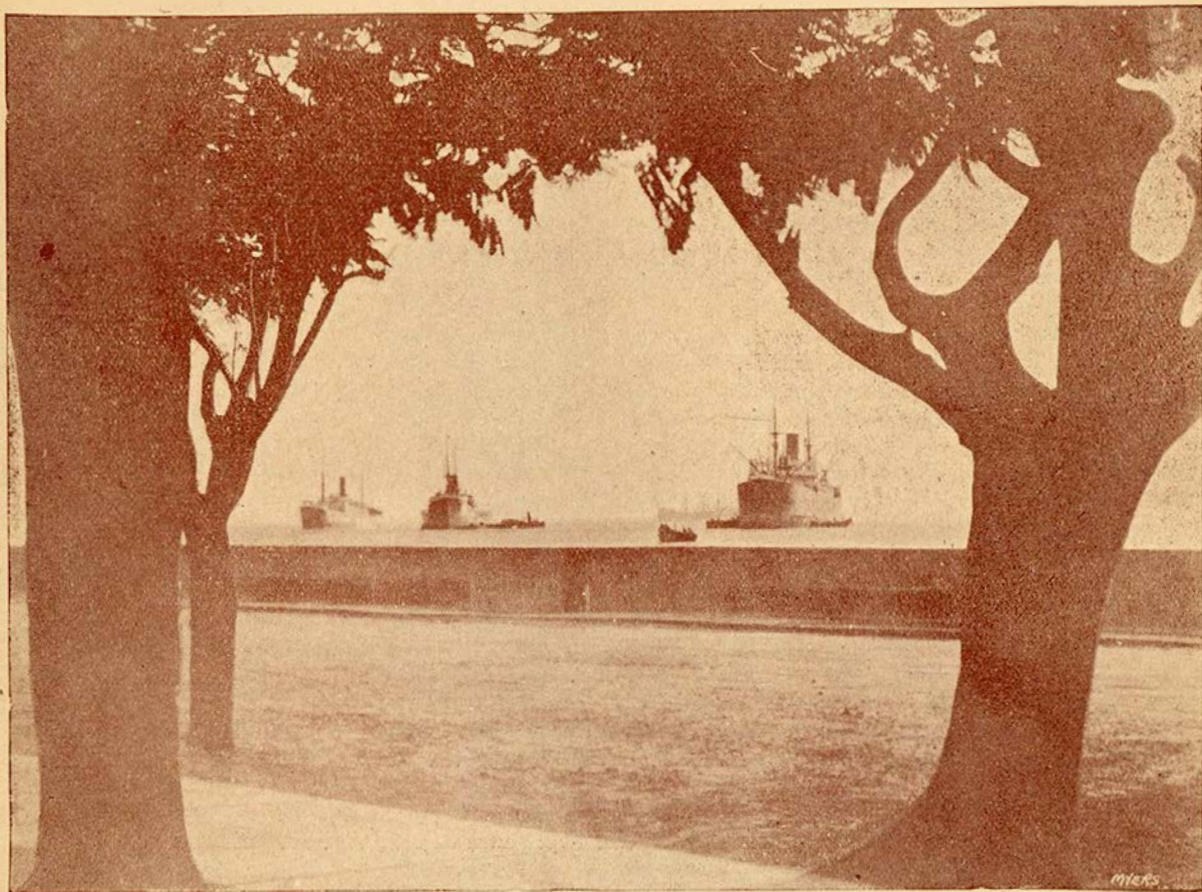
Em 1889, alguns vultos importantes com decidida influência na finança e na política de Inglaterra, instituíam uma sociedade para tomar á sua conta a exploração das vastas regiões cedidas, formando a “The British South Africa Company” com um capital de um milhão de libras, ficando esta Companhia com direitos vários (absolutamente soberana) como o de ter tropa nas suas regiões para seu exclusivo serviço e garantia de soberania, começando logo por fazer a ocupação militar de alguns pontos principais estratégicos, e alargando os seus domínios além da concessão primitiva.

\*

No desejo de expansão e, corolariamente, no de encontrar fácil saída para o mar, para o que a Beira era o ponto desejado, começou a “British South Africa Company”, incitando o celeberrimo régulo Gungunhana (d) a revoltar-se contra o nosso domínio, fornecendo-lhe

(c) — A conferência de Berlim, entre outros assuntos, garantia nas suas finalidades, a definição dos limites da costa africana, pertencentes a cada potência.

(d) — Como se sabe — mas nunca é de mais lembrá-lo — as fôrças do Gungunhana, com certa organização militar, que algumas nações poderosas, entre as quais a Inglaterra, julgavam difíceis de subjugar, foram batidas pelas tropas do grande vulto da nossa história Mousinho de Albuquerque e aquele régulo preso em Chaimite, pelo próprio Mousinho, na tarde gloriosa de 28 de Dezembro de 1895.



UM FORMOSO ASPECTO DO PÔRTO DA BEIRA

ao mesmo tempo armas a título de presente e instituindo-lhe uma pensão anual de 500 libras.

Em 1890 tentaram mesmo as suas tropas fazer um *raid* ao território português, chegando a dar-se um rápido encontro na localidade chamada Macequece (a) entre a gente daquela Companhia e um batalhão de *voluntários* portugueses organizado em Lourenço Marques (b), facto este que é, nos anais da história de Moçambique, o mais vibrante grito de patriotismo.

\*

Ora um ano atrás, em 1888, tinha-se fundado a *Companhia de Moçambique* (c).

O Governo português no desejo de obstar á expansão da poderosa Companhia inglesa negociou imediatamente com a "Companhia de Moçambique" a concessão de poderes idênticos aos da "British South Africa", aten-

a) — Séde da actual circunscrição de Manica.

b) — Eram cêrca de 150 voluntários, gente humilde, carpinteiros, pedreiros, ferreiros, artistas de tódas as artes e mesteres, — que salvaram a honra de Portugal! Ler o trabalho do autor dêste artigo intitulado "Voluntários de Lourenço Marques".

c) — O principal objectivo era o da exploração mineira. A Companhia de Moçambique começou a exercer

dando a que a companhia portuguesa, occupava precisamente a região fronteira administrada por aquela, podendo, desta forma, neutralizar a sua pernicioso influência.

E, em 1891, o Governo de Portugal concedia á nossa Companhia direitos e deveres como entidade até certo ponto, soberana.

+

A COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE — Começa então a sua actividade nos 134.822 quilómetros quadrados que administra dentro da Colónia de Moçambique, isto é, cêrca de sexta parte da Colónia e uma vez e meia a superfície do Portugal metropolitano, como se disse no intróito dêstes apontamentos.

A Companhia de Moçambique tem uma organização administrativa idêntica á de qualquer Colónia, com

a sua actividade com um capital subscrito de 40.000 libras. Os seus direitos e deveres como entidade soberana estão definidos por vários diplomas tendo o primeiro a data de 1891 e o último a data de 1897.

O seu capital actual eleva-se a £ 1.500.000.

O Governo Português poderá no fim de 50 anos, contados da data da concessão primitiva, isto é, em Fevereiro de 1941, acabar com a concessão ou prolongá-la por mais 20 anos, etc.

um quadro completo de serviços públicos, publicando o Governo do Território quinzenalmente um Boletim, onde são insertas as leis, regulamentos, etc., e no geral quaisquer documentos que interessem á administração do Território.

A Sêde do Governo é a cidade da Beira.

**RECURSOS** — são inúmeras e riquíssimas as possibilidades do Território. As suas características principais baseiam-se na variedade de terrenos próprios para grande número de culturas e á criação de várias espécies de gado.

Todo o Território se pode considerar um *centro agrícola*. Há vastas regiões ricas em minério, em exploração, ou com possibilidades de serem exploradas e não faltam extensas florestas de essências apreciáveis que se podem utilizar para mobiliário, construções, travessas do caminho de ferro e muitos outros fins industriais.

A riqueza venatória é assás notável, sendo a região da Gorongosa, principalmente, abundantíssima em caça das mais variadas espécies selvagens.

**CLIMA** — Apesar da sua situação geográfica, o clima do Território é mais agradável do que seria de esperar.

A média anual da temperatura é de 24°,24 sendo os meses mais quentes os de Janeiro e Fevereiro. Os ventos predominantes SSE e ESE, que se fazem sentir precisamente nas horas de maior calor, concorrem bastante para amenizar a temperatura da Beira.

No período compreendido entre os meses de Maio e Outubro, o clima é bastante agradável. Os meses mais chuvosos são os de Fevereiro e Março e os mais secos de Junho a Outubro.

**POPULAÇÃO** — O último censo realizado refere-se a 31 de Dezembro de 1928, devendo ser levado a efeito novo censo em 1935, acompanhando idêntica operação na restante Colónia de Moçambique, administrada directamente pelo Estado.

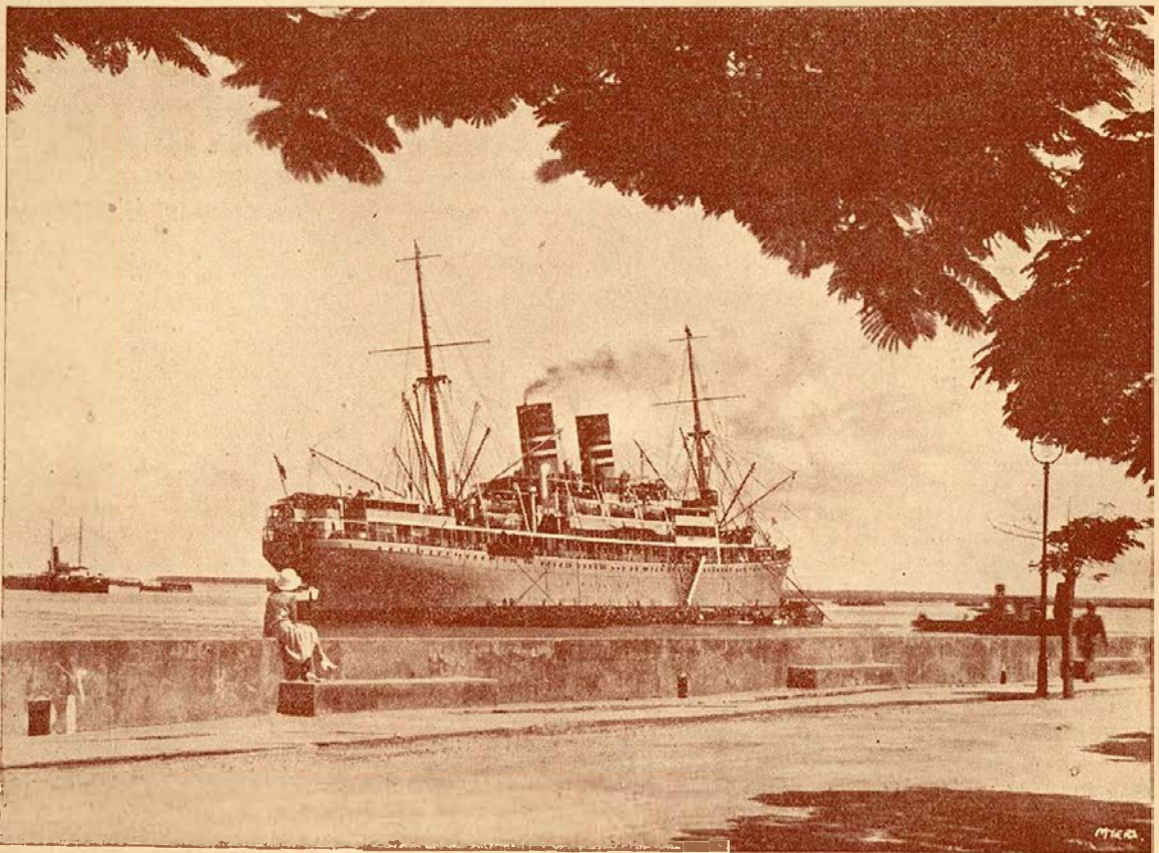
A população não indígena, apresenta-nos os seguintes números: 7.168 indivíduos. Dêstes, àquela data, 3.616 eram europeus, sendo 1.943 portugueses, 970 britânicos e os restantes 703 de 24 diversas nacionalidades. A população dos naturais da Índia era constituída por 528 indo-portugueses e 1.083 indo-britânicos.

A população indígena, segundo os dados apurados em outro recenseamento, em 30 de Dezembro de 1931, era constituída por 333.181 indivíduos, sendo 165.278 varões e 167.903 fêmeas.

O primeiro recenseamento geral levado a efeito em Manica e Sofala, no ano de 1900, acusou apenas 104.914 indígenas!

Nos últimos 2 anos, 1930 e 1931, os respectivos censos acusam os seguintes números:

1900 . . . . .	104:914	indígenas
1930 . . . . .	328:069	»
1931 . . . . .	333:181	»



OUTRO LINDO ASPECTO DO PÔRTO DA BEIRA

Este aumento de população é o melhor atestado de protecção social e sanitária ao indígena no Território administrado pela Companhia de Moçambique.

**MOVIMENTO COMERCIAL** — O grande centro comercial do Território é a Beira. Pôrto natural do Território, das duas Rodésias e do Niassaland, fácil é imaginar a sua importância, a que adiante, em capítulo especial, se fará referência. (a)

O mapa a seguir põe em confronto o movimento comercial do Território em 1932 com o de alguns anos anteriores:

1928—73.558.740\$00	ouro, equivalendo a	£ 16.346:384
1929—75.115.936\$00	»	» £ 16.692:427
1930—83.049.900\$00	»	» £ 18.455:547
1931—55.989.426\$00	»	» £ 12.240:888
1932—43.379.222\$00	»	» £ 9.639:825

É no ano de 1931 que se começam a sentir os efeitos da crise económica mundial, como se verifica nos números acima.

Discriminado o movimento comercial do último ano, apresenta-nos os seguintes elementos:

Importação	2.522.831\$00	ouro, equivalendo a	£ 560:629
Exportação	1.157.175\$00	»	» £ 257:150
Reexport...	3.091.875\$00	»	» £ 687:083
Baldeação.	3.265.470\$00	»	» £ 725:660
Trânsito	32.517.881\$00	»	» £ 7.226:195
Cabotag...	823.990\$00	»	» £ 183:108
	43.379.222\$00	»	» £ 9.639:825

O valor das importações deve atribuir-se, em grande parte, e entre outros motivos, á entrada de maiores quantidades de materiais de construção para a ponte sobre o rio Zambeze.

**PÔRTO DA BEIRA** — O pôrto da Beira é o pôrto natural para tôdas as exportações e importações para e dos territórios da Companhia de Moçambique, Rodésias, do Norte e do Sul e Niassaland, recebendo igualmente muita carga de e para o Congo Belga.

É testa de dois importantes caminhos de ferro com a extensão total de 600 quilómetros, um que o liga ás Rodésias, Lourenço Marques, portos da África do Sul, Congo Belga e Angola, e outro em exploração dentro do Território, mas que atravessará o rio Zambeze dentro de um período que não irá além de 2 anos, seguindo então até ao Lago Niassa e para oeste até ás minas de carvão e região agrícola de Tete.

O pôrto artificial da Beira, que não está ainda completo, ficará sendo dos mais bem apetrechados da Costa Oriental.

A sua extensão é de cerca de 900 metros.

O custo desta construção anda á roda de £ 2.000.000.

(a) — Essa referência obedece apenas á natural seqüência destes apontamentos, pois, possivelmente antes da sua publicação no BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA, é de presumir, por ter sido enviado antes, que seja já conhecido o artigo do Snr. Comandante Nunes Frade sobre o pôrto da Beira, seu movimento e outras indicações que, a meu pedido, aquele senhor se dignou escrever.

Durante o último ano entraram no pôrto da Beira 556 navios de longo curso e grande cabotagem com 2.927.783 toneladas de arqueação bruta, que transportaram para este pôrto 245.114 toneladas de carga e 4.006 passageiros. Os navios saídos, carregaram no pôrto 386.314 toneladas, sendo o número de passageiros embarcados, de 8.160.

A balizagem do pôrto alcançou um estado de perfeição que oferece tôdas as garantias de segurança. A farolagem da costa é completa.

**A PONTE SÔBRE O RIO ZAMBEZE** — É uma obra colossal, toda construída em território português, que ficará sendo a mais comprida do mundo sobre rio, e terá a extensão de 3.619 metros (b).

Deve orçar pelo melhor de três milhões de libras toda a despesa com esta obra gigantesca!

A sua construção foi iniciada em 1929 e deve terminar em 1935.

Este melhoramento dará, sem dúvida, um grande impulso á vida do Território.

Tudo leva a crer que ela virá a concorrer para suplantar em importância o pôrto de Lourenço Marques, visto as regiões que a ficam utilizando.

(b) — Para os nossos compatriotas fazerem uma idéia mais concreta da sua extensão, sirva-me da comparação feliz do jornalista Guerra Maio, que há tempos esteve no Território: "a ponte do Zambeze terá duas vezes e meia o comprimento da Avenida da Liberdade, em Lisboa, e mais de sete vezes, o da Rua do Ouro!"

## CASA GARIBALDI

### GRANDE FABRICA DE ESPELHOS BISAUTÉS

Bizota-se em todos os estilos, lapidam-se vidros para todos os fins e ATELIER de gravação e musselina

## J. P. dos Santos & C.

VIDROS PARA VIDRAÇAS, VITRINAS,  
CLARABOIAS E MOLDURAS PARA QUADROS

Grande sortimento de cristais francezes e espelhos  
BISAUTÉS para todas as dimensões e feitios.  
Metais modernos para vitrinas.

217, Rua S. Pedro, 221

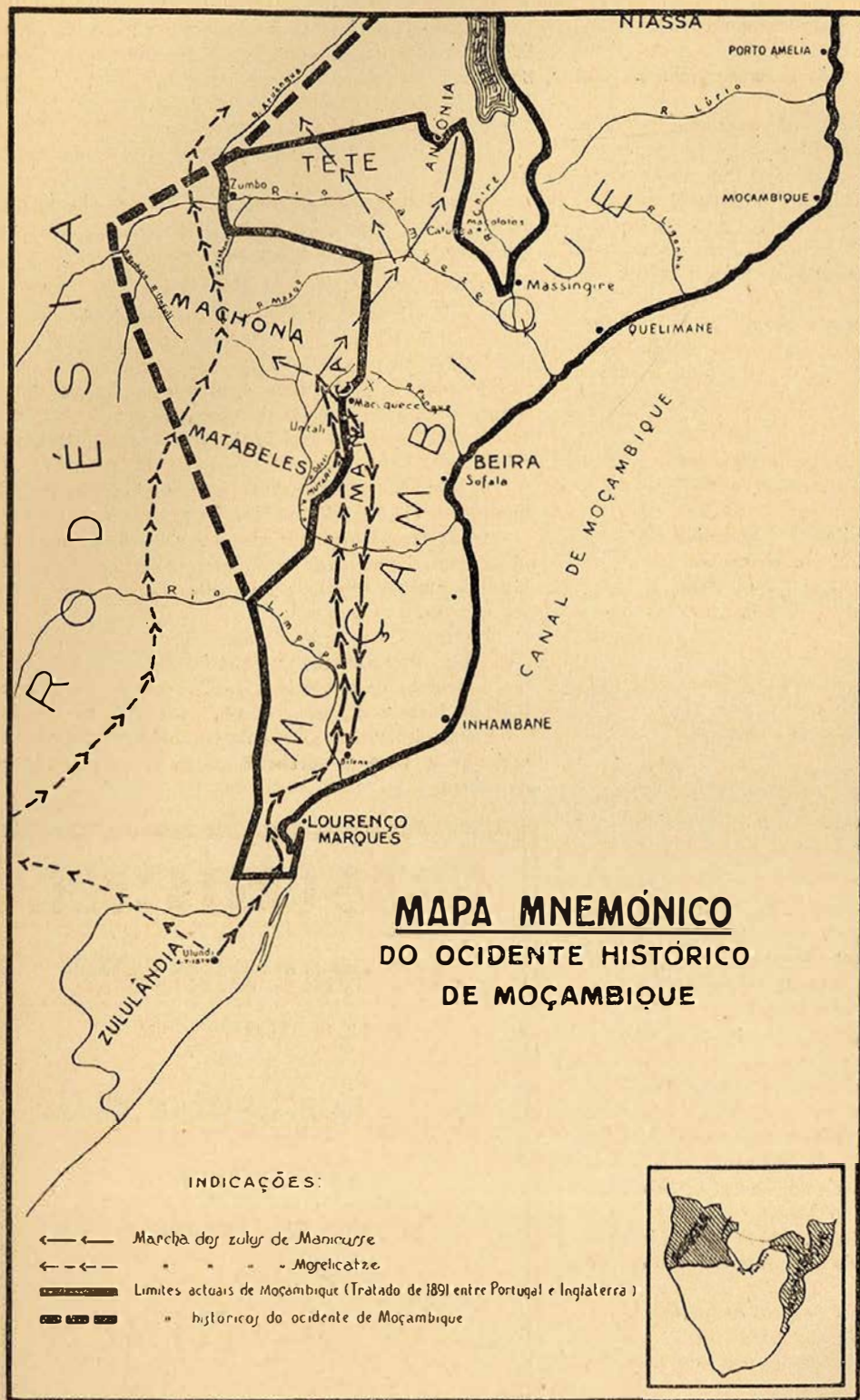
Canto da Avenida Passos

Telefones: 4-0741 e 4-2E37

END. TELEG. "GARIBALDI"

Fábrica: 60, Rua Visconde da Gavea, 68

Telefone 4-0740 — Rio de Janeiro



**ESTRADAS** — Desde o início da sua Administração que a Companhia de Moçambique tem enfrentado sempre, com a maior atenção, o problema das estradas. Desta forma, actualmente, todos os centros de actividade do Território encontram-se ligados por boas estradas, sendo a sua rede constituída por cerca de 4.800 quilómetros. O norte está ligado com o sul, o oriente com o ocidente; — ligados, portanto, o norte e sul da Colónia de Moçambique (administração directa do Estado) por intermédio do Território e o Oceano Índico á Rodésia.

**AGRICULTURA E PECUÁRIA** — As possibilidades agrícolas do Território desenvolveram-se devido á assistência técnica e financeira dispensada pela Administração da Companhia de Moçambique aos agricultores.

O Território, como já atrás ficou dito, quasi todo êle tem qualidades para ser considerado essencialmente um completo centro agrícola: desde as espécies tropicais até ás mais úteis espécies, como o trigo, o milho, o arroz, o algodão, as sementes oleaginosas, encerra muitas outras de segura remuneração.

A área em cultura anda actualmente á roda de 50.838 hectares, pertencendo só a uma das circunserições, Chimoio, principal centro agrícola, cerca de 27.000.

*“A mentira é filha primogénita do ócio. Quem está ocioso não tem mais que fazer que pôr-se a imaginar: da ociosidade nasce a imaginação, da imaginação a suspeita, e da suspeita a mentira”.* — P.<sup>E</sup> ANTÓNIO VIEIRA

O número de herdades em exploração em 1931, foi de 270.

As maiores culturas têm sido as do milho e cana sacarina.

Em 1932 exportaram-se 13.375 toneladas de milho que tem sempre óptima cotação nos vários mercados, pela sua boa qualidade. O açúcar cuja exportação no último ano foi de 14.815 toneladas, é trabalhado em fábricas das duas empresas denominadas, respectivamente, "Sena Sugar Estates, Ltd." e "Companhia Colonial do Buzi". A esta industria se fará alusão no capítulo seguinte.

Alguns dados estatísticos atestam, em números redondos, o movimento de produção agrícola dos produtos principais, em 1931:

Copra.....	103.000	quilos
Amendoim.....	291.000	"
Milho.....	17.008.000	"
Arroz.....	90.000	"
Mapira.....	483.000	"
Feijão.....	350.000	"
Cana sacarina.....	276.000.000	"
Batata.....	231.000	"
Algodão.....	2.052.000	"

\*

Com extensos pastos, não podia deixar de ser elevada a sua estatística pecuária.

Em 1932 existiam (números redondos):

Bovinos.....	36.035
Caprinos.....	35.370
Suínos.....	17.977
Laníferos.....	6.689

Impossível seria manter este avultado número de cabeças de gado se a Companhia de Moçambique não dispensasse assistência própria, de todas as formas.

Basta mostrar o número de vacinações realizadas nos últimos 3 anos, para se avaliar do cuidado que lhe vem merecendo a sanidade pecuária:

1930.....	9.529
1931.....	11.674
1932.....	9.985

O número de banhos carracéidas andou á roda, no último ano, de 23.778.

INDUSTRIAS — A principal indústria do Território é a do açúcar.

Existem duas grandes empresas açucareiras a "Sena Sugar Estates" e a "Companhia Colonial do Buzi", ás quais já se fez referência.

A primeira tem uma área de cerca de 5.000 hectares cultivada de cana e a segunda de 3.000.

A produção de ambas, nos últimos três anos, foi como segue:

1929.....	35.910	toneladas
1930.....	31.762	"
1931.....	24.474	"

a) — As referências feitas a 1931, em alguns dados estatísticos, é por não estar ainda apurada definitivamente a estatística de 1932.

Indústria importante é também a do algodão. Nos últimos 3 anos a sua produção é atestada pelos seguintes números:

1929.....	1.200	toneladas
1930.....	1.700	"
1931.....	2.050	"

Outras indústrias existem como a do tabaco, cal, tijolo, sabões, óleos, serrações de madeira, etc.

Actualmente encontra-se em início de exploração na Circunscrição de Chimoio uma grande cultura de sizal para fins industriais, que tem já plantados cerca de 1.000 hectares.

INDUSTRIA MINEIRA — A indústria mineira do Território da Companhia de Moçambique, principalmente a aurífera, data já de épocas bem remotas. Foi mesmo esta indústria a causa primordial da formação da primitiva Companhia de Moçambique em 1888.

Em 1932, a produção principal, foi de 2.664.75 onças de ouro fino e 257.38 de prata, no valor de £ 11.404.

Actualmente fazem-se bastantes trabalhos de pesquisa e estão suspensas as explorações do amianto e do estanho, ambas, devido principalmente ao baixo preço que atingiram no mercado.

Desde há anos, que se vem fazendo pesquisas para o encontro do petróleo, em Inhaminga.

A profundidade atingida pela sonda é já de cerca de 1.200 metros. Até hoje nada se encontrou, continuando porém, os técnicos, alguns de grande nomeada, a afirmar que o terreno apresenta todas as características petrolíferas.

## A' MUSICAL

RÁDIOS E VITROLAS DE TODOS OS FABRICANTES

DISCOS DE TÓDAS AS MARCAS

Optima selecção de Fados  
Portugueses

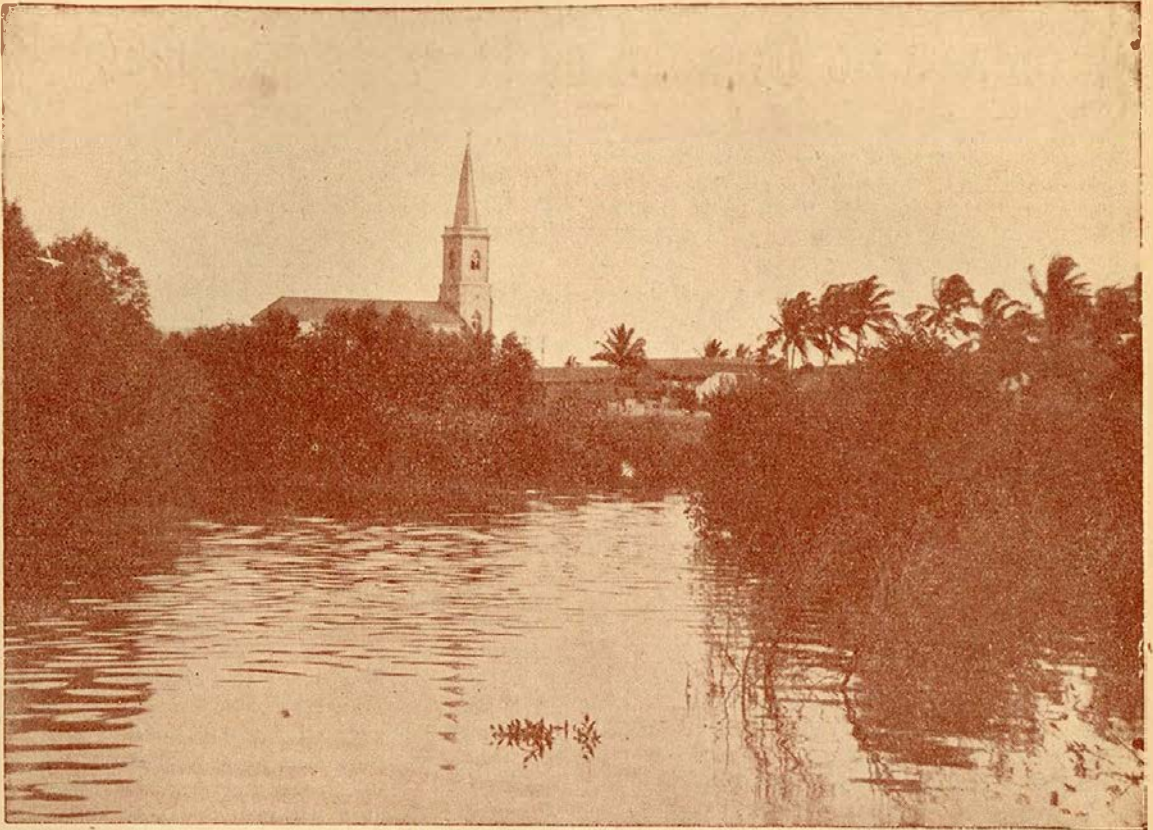
SECÇÃO DE CONCERTOS

L. G. ANTUNES

Rua Uruguaiana, 107

Telefone 4-4650

RIO DE JANEIRO



BEIRA — IGREJA CATÓLICA

**INSTRUÇÃO** — O número total de alunos matriculados nas diversas escolas, em 1931 foi de 6.053, sendo 674 nas escolas de instrução primária e 5.379 nas escolas de instrução rudimentar para indígenas.

Dos estabelecimentos de ensino para indígenas existentes no Território sobressai a Escola de Artes e Ofícios, na cidade de Beira que está instalada num dos melhores edifícios da cidade e onde o ensino é ministrado por missionários franciscanos.

Destacam-se ainda, outras escolas de ensino profissional, agrícola e de artes e ofícios.

Para europeus existem algumas escolas de instrução primária.

São em número de 58 as escolas oficiais e missionárias espalhadas pelo Território.

Estas últimas ministram uma instrução literária reduzida, mas profícua, aos nativos pretos e uma desenvolvida instrução profissional de artes e ofícios.

**ASSISTÊNCIA MÉDICA** — Não falta no Território a necessária assistência médica, tanto para indígenas como para não indígenas.

Protector dos negros que nela trabalham, a Companhia de Moçambique mantém nas várias circunscrições, hospitais, enfermarias e ambulâncias suficientes.

Entre todos salienta-se o hospital para indígenas na cidade de Beira que é, sem favor, considerado como um dos melhores de toda a Africa Oriental. Compreende vários edifícios.

Uma resumida estatística, a seguir, documentará melhor do que quaisquer palavras, o que se fez em assistência médica, no último ano, pelos indígenas do Território:

Curativos.....	213.245
Consultas.....	13.816
Vacinações.....	55.285

Baixaram aos hospitais 4.105, tendo saído curados 3.924.

**CONCLUSÕES** — O Território administrado pela Companhia de Moçambique, tem todas as características e tem feito tudo para um completo desenvolvimento material e social. Com indivíduos de 26 nacionalidades dentro dêle, ainda que o número de europeus portugueses suplante o das 25 nacionalidades restantes, não pôde deixar de ser uma região progressiva, onde os vários interesses se têm acomodado naturalmente, sem atritos que possam dificultar a acção de cada um.

O trabalho dos seus colonos e as medidas promulgadas para o seu progresso sempre amplamente crescente, não pôdem deixar dúvidas de que o Império Colonial Português, de que Manica e Sofala faz parte integrante dentro da Colónia de Moçambique, tem aqui uma parcela laboriosa que honra Portugal e a sua colonização.

Beira, 30 de Abril de 1933.

*Mário Botte*



# O problema do Caminho de Ferro de Benguela

## e o estado actual da questão

(ESPECIAL.)

POR VICENTE HENRIQUE DE VARELA SOARES

ALFÉRES DE ARTILHARIA



CONSTITUE o Caminho de Ferro de Benguela a maior via africana dos territórios portugueses de além mar. São 1347 quilómetros de carril que da costa do Atlântico no Lobito, se estendem a Teixeira de Sousa na fronteira Luso-Belga.

Sendo a ideia inicial da sua construção, o transporte do cobre das riquíssimas minas de Katanga no Congo Belga, os resultados colhidos ultimamente indicam-nos, senão um fracasso completo, pelo menos uma quebra grande nos resultados que d'ele se esperavam.

Têve êste Caminho de Ferro a sua origem, na descoberta de Sir Robert Williams das minas de cobre da Katanga.

Em resultado de tal descoberta, compreendeu imediatamente o seu autor, a imperiosa necessidade, para o desenvolvimento dos minérios daquela região, de assegurar uma comunicação com o mar mais curta e directa do que as que lhe eram facultadas pela linha principal do Cabo ao Cairo ou pelo ramal que a Beira poderia fornecer. E, pelo estudo do mapa dessas regiões, concluiu que tal linha de comunicações teria de se estender na direcção occidental através dos jazigos de cobre, até qualquer ponto da costa do Atlântico na provincia portuguesa de Angola.

O ponto inicialmente indicado para términus de tal linha, foi Benguela, mas a deficiência das condições naturais do seu pôrto, obrigou Williams a escolher para testa do seu Caminho de Ferro o magnífico pôrto da bafá do Lobito, 36 quilómetros para norte daquela cidade.

Iniciadas as obras a 1 de Maio de 1903, a 2 de Maio de 1931, isto é. 28 anos depois, executa-se a ligação entre os Caminhos de Ferro portuguez e belga.

O Lobito, pelas suas condições naturais e situação privilegiada, é o pôrto natural para servir de escoadouro das vastas e riquíssimas regiões que da fronteira de Angola á de Moçambique se encontram.

Comparêmos os diversos caminhos de que a Katanga pode lançar mão para a exportação dos seus produtos, e fácil, incontestável é a verificação do que afirmo.

Três caminhos se apresentam para a saída do minério para Southampton, mercado europeu de maior consumo:

Marcha Via Lobito  
Marcha Via Beira  
Marcha Via Cape Town

O percurso por cada uma destas vias á Europa, é o seguinte:

Via Lobito.....	6.108 milhas
Via Beira.....	9.641 milhas
Via Cape Town.....	8.827 milhas

Tais números na sua rigidez, falam clàramente sem necessidade de maiores demonstrações.

Vejamos agora como a questão se nos apresenta no momento actual:—

As negociações em curso para alargar a produção efectiva da Katanga, que deram muitas esperanças, acabaram por deixar graves apreensões.

Sendo calculada a capacidade de extracção em 200.000 toneladas anuais de minério, no ano de 1932 sòmente se extraíram 40.000 toneladas, isto é, a quinta parte do que anualmente se pode produzir!

Tal decréscimo na produção, o que deu como resultado immediato?

A diminuição enorme no tráfego do Caminho de Ferro consequentemente representada por um abaixamento de receitas.

Estas, que em 1929, quando unicamente 1321 quilómetros de via existiam, eram de £ 456.000, no último ano, para um comprimento de via de 1347 quilómetros, executando-se já a ligação com a região mineira, baixaram para £ 239.646.

Em vista de tais números que fazer, pois?

Estagnar é impossivel, não reagir é incôerente. Esperar que a crise mineira se dissipe, não é processo de realização.

As regiões portuguesas servidas pelo Caminho de Ferro, apresentam-nos tão optimas qualidades de progresso, que para elas devemos dirigir a nossa especial atenção, promovendo o seu desenvolvimento de maneira que, em parte, seja coberta a diminuição da receita provocada pela falta de produção do cobre belga.

Angola com as suas condições naturais, está plenamente á altura de concorrer para o tráfego da linha com o quantitativo necessário para manter as suas condições de vida, para contribuir de maneira eficiente para o seu progresso.

A tal se não dar, o Caminho de Ferro de Benguela e respectivo pôrto de Lobito, ruirão, constituindo a sua queda a pior catástrofe que na vida económica de Angola se pode produzir.

A parte portuguesa servida pelo Caminho de Ferro, é das mais ricas, das mais poderosas de tóda a provincia; compreendendo regiões dotadas pela natureza de um solo

feracíssimo, a sua produção em qualquer dos ramos de agricultura, é de tal maneira preponderante, que clãramente nos faz dissipar quaisquer apreensões acérea do resultado da exploração futura do Caminho de Ferro.

Necessário é contudo que tal produção se efective, que se lhe dê alento para prosseguir.

A cultura dos cereais sobretudo, tem através da via assumido proporções valiosas.

A produção de milho é, de tôdas, aquela que mais incremento tem tomado, todavia, a falta de um número determinado de cuidados dos quais sobressãem a fraca selecção das sementes e a sua colheita em verde, grandemente tem prejudicado a sua expansão.

A exportação de milho atingiu em 1931 41.263 toneladas, número êste bastante elucidativo da sua importância.

Mas com o milho, que de imensidade de produtos não poderá fornecer Angola ao Continente?

O gado bovino que Portugal importa bastas vezes da Argentina, porque não importá-lo directamente de Angola, onde a industria pecuária tão desenvolvida se encontra?

Porque não beneficiar assim a nossa balança económica por uma diminuição de importação estrangeira, contribuindo para o desenvolvimento da nossa Província que tão necessario é?

Para a solução do grave problema que para nós representa a crise das minas da Katanga, um único processo se apresenta:

“O desenvolvimento das condições produtoras de Angola”.

Só assim poderemos compensar o prejuizo causado, equilibrando o tráfego da via de maneira a conseguir a manutenção das suas condições de vida que tantas são.

Porque não empregar no nosso país o conceito actual do encerramento das fronteiras?

Possuindo nós, porque não nos bastamos, em determinados produtos claro está, sem recorrer á importação tão prejudicial em todos os casos?

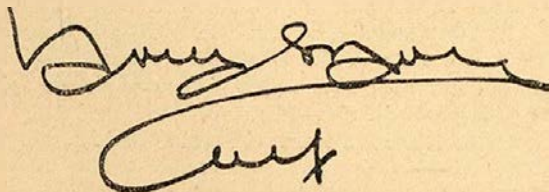
Só assim conseguiremos progredir, alimentar fontes de riqueza dignas de aproveitamento.

Até há pouco, ùnicamente ao de leve se olhava para os assuntos coloniais. Hoje trabalha-se, as províncias ultramarinas deixaram de ser nos cofres públicos um encargo permanente de difficil remuneração.

São, além mar, a continuação do pequeno cantinho que da ponta ocidental da Europa, se orgulha do maravilhoso lugar conquistado.

O território português não se compõe de Portugal e Colónias, denominação antipática e em relação inferior com as nossas tradições. O Portugal de hoje é na Europa, na Ásia, na África e na Oceania.

Em tôdas as partes do mundo, a lingua portuguesa, baluarte enorme da história do nosso povo, soa com aquêlê patriotismo que só a raça lusfada sabe ter; ela é o laço iniludível entre a mãe pátria e os seus prolongamentos no mundo.



## SERRARIA GONZALEZ

ESPECIALIDADE EM PINHO DO PARANÁ

CAIXAS DESARMADAS

Fernandes Gonzalez & C.<sup>o</sup>

Rua Francisco Eugenio, 81

Tel. 8-5469 + + End. Tel. FERGONLEZ

RIO DE JANEIRO

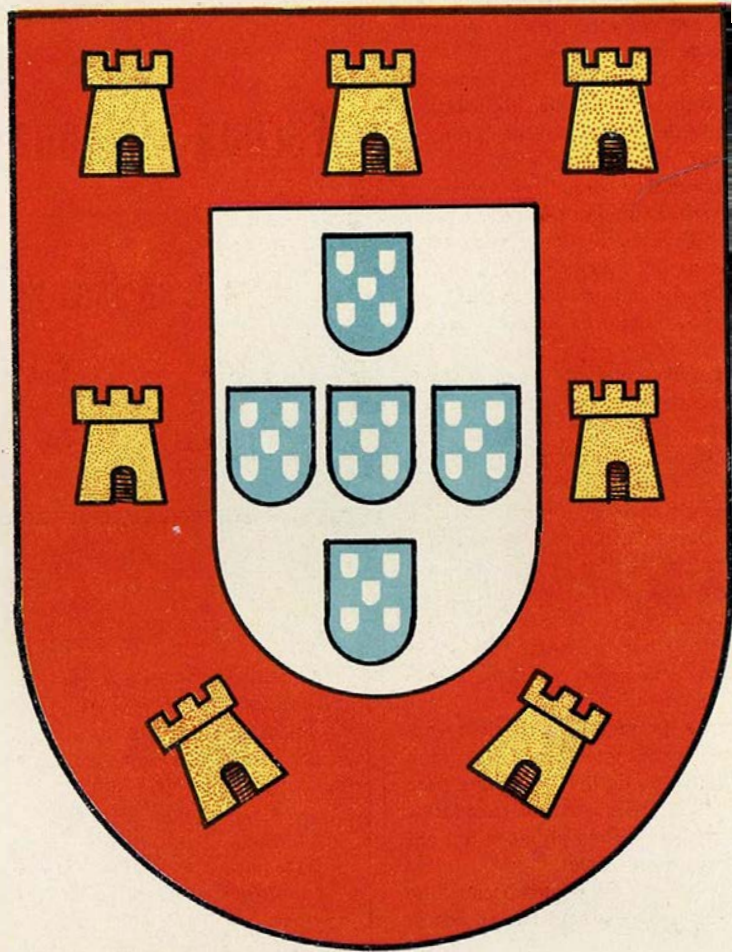
“As utilíssimas iniciativas de Nórton de Matos em 1922, em regíme de colonização livre individual contratada, e os muito acertados diplomas de Vicente Ferreira mais recentemente, instalando o regíme das empresas e companhias de colonização agrícola, não tiveram continuidade nem efectivação.

“E todavia estas obras correspondiam a necessidades tão vivas que a primeira tentativa para constituição de uma companhia de colonização agrícola por parceria, com participação do Estado, seguindo os exemplos frutificantes na Argentina e no Brasil e por iniciativa particular, é de 1912, no Sul de Angola.

“Ora é para estas realizações de colonização mixta que o Estado deve ir, se quisérmos entrar definitiva e ùtilmente no caminho de resolvermos o problema da colonização portuguesa em Angola...

“Temos a corporatura física do esforço e das iniciativas realizadas; temos o *elan* de energia de colonizadores; temos também o par de asas do nosso sonho de grandezas e de progressos; mas falta-nos o pensamento de um nacionalismo robusto que solde e confunda o nosso império colonial com a Metrópole, no mesmo interêsse superior da nossa unidade política e económica, num só blóco nacional”.

DR. FRANCISCO VELOSO



Brasão da Província de TIMOR

# O LOUCEIRO

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

**LOUÇAS, PORCELANAS, VIDROS  
E METAIS**

Especialidade em artigos para Botequins  
e Hoteis

**Costa Pinto & Comp.**

Rua dos Andradas, 99  
(largo do Capim)

Telefone 4-1246

RIO DE JANEIRO

Louças, porcelanas, cristais, metais fi-  
nos e objetos de luxo e arte.

Alumínio extra forte, aluminite francez,  
fôrmas em vidro Orlak proprias  
para ir ao forno.

Grande variedade em faqueiros de Cris-  
tofle, Krupp Wolff e outros metais  
finos. Filtros de diversos fabrican-  
tes, Geladeiras, etc.

V. Ex.ª encontra pelo menor preço na

**CASA VIANNA**

A MAIS COMPLETA NO GENERO

Rua Sete Setembro, 66 e 68

Proximo á Avenida

PARTE DOS CLICHÉS QUE ILUSTRAM ÊSTE BOLETIM

Foram confeccionados no

**ATELIER DE GRAVURAS**

DE

**SILVA & BARRETO**

Av. Gomes Freire, 43—Fone 2-6894

RIO DE JANEIRO

# ANGOLA — Costumes indígenas

## Os muchicongos e a terra

(ESPECIAL)

POR MANUEL DE SEIXAS

PUBLICISTA

**D**ELO solo têm os muchicongos um verdadeiro culto: primeiro, porque é do seu seio que arrancam a maior parte dos alimentos que lhes são necessários para se manter; segundo, porque é nele que se encontram sepultados os restos de seus maiores.

A veneração pelos mortos é grande, e, por isso mesmo, a terra é coisa sagrada e entendem que ela não pode nem deve pertencer a um só indivíduo, mas tam sòmente à comunidade, representada pela pessoa do soba que, durante a vida, goza do privilégio da sua posse, não podendo, porém, dispôr da mais ínfima parcela.

Os seus proprietários, de facto e de direito, são os vivos e os mortos: os vivos, porque arrancam de suas entranhas tudo quanto ela produz; os mortos, porque dormem ali o sono eterno.

Se os vivos podem exprimir a sua vontade, já o mesmo não acontece com os que morreram e, por esta razão, a terra é inalienável e imprescritível.

E', indiscutivelmente, uma sábia concepção esta, pois, na sociedade em que vivem ainda hoje a maior parte dos habitantes de S. Salvador, o solo é seu único tesouro e, como tal, tem de ser preciosamente guardado porque nele reside o seu maior culto; defendido, porque o soba, na qualidade de administrador directo pode ser esbanjador, perdulário.

Todo o indivíduo sujeito à autoridade do soba ou mesmo qualquer estranho pode obter autorização para cultivar o solo, ninguém tendo o direito de lhe disputar o produto de seu trabalho, ficando, porém, bem estabelecido

que êle, como agricultor, é sòmente o proprietário da colheita e nunca o dono da terra.

Leis indígenas, que infelizmente se não encontram compiladas, púnem severamente os ladrões, assegurando os culturas.

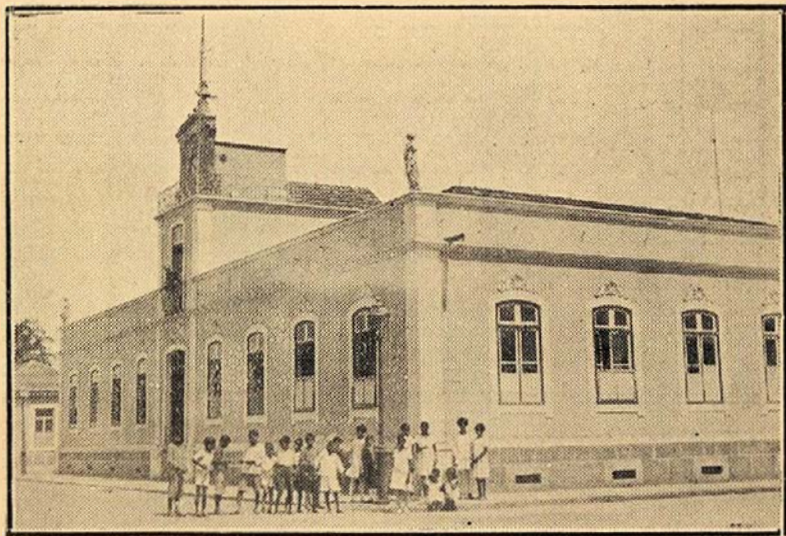
Quando se dá o caso — que é freqüente em indígenas civilizados — de se não importarem com tais disposições, uma vez que o prevaricador seja apanhado em flagrante delito, ou conseguida a prova segura da sua culpabilidade, entregam-no à autoridade administrativa, que procede então de harmonia com a lei geral.

Mas, quási sempre, os companheiros, aproveitam o ensejo para lhes aplicar forte tarefa.

Os terrenos escolhidos para culturas são os situados a meia encosta ou em matas desbravadas para tal fim.

O trabalho é feito em conjunto, pelo homem e pela mulher: o que pede força é atributo do primeiro; o que demanda paciência cabe á segunda.

Escolhido o terreno — depois de obtida a autorização do soba — é o mesmo capinado



ANGOLA — ESCOLA PRIMÁRIA DA CATUMBELA

pelas mulheres, sendo as árvores existentes abatidas pelos homens, que apenas lhes deixam as raízes, talvez por ser difícil o arrancá-las.

Este serviço inicia-se no princípio da época do cacimbo, que é para quando se aproximar o tempo das chuvas, a madeira cortada estar apta a ser consumida pelo fogo.

Do formidável braseiro que nessa altura se forma aproveitam as cinzas, no rescaldado, espalhando-as pelo recinto a-fim-de o adubar.

Antes das primeiras chuvadas começam as mulheres a cavar a terra, pouco profundamente; em seguida abre-se a sementeira que tem de ser conveniente e cuidadosamente guardada por causa das rôlas e outras aves que, afincadamente, procuram os grãos.

Logo que as primeiras plantas irrompem da terra, é certo serem as culturas atacadas pelos veados e, mais tarde, já em pleno desenvolvimento, pelos porcos do mato, que nelas fazem verdadeiras razias ou rázias, como quere Cândido de Figueiredo.

E' então que se torna necessário aturada vigilância nas plantações, costumando os in-

dígenas construir, nos lugares onde os animais bravios são mais teimosos em aparecer, pequenas cubatas, ali permanecendo durante a noite, gritando de espaço a espaço, a-fim-de espantar a bicharada.

Estes animais são tão daninhos que não será exagêro afirmar-se que um terço das plantações são destruídas por êles, não contanto ainda com aquelas que as fortes bâtegas de água inutilizam, porque os indígenas não cuidam de as defender contra as chuvas que, na época própria, cáem nas regiões por êles habitadas.

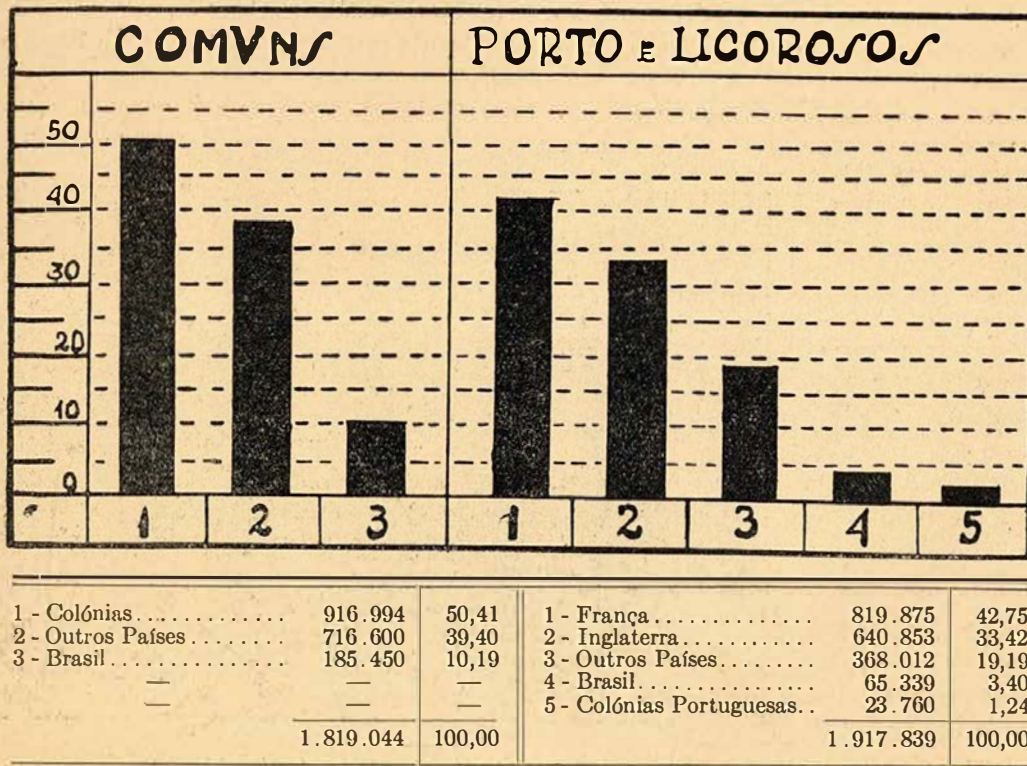
No momento da colheita tôda a gente vai para as plantações, excluindo-se os velhos que, em regra, levam os dias no Povo, estendidos de papo para o ar.

As principais culturas são: batata doce, feijão, ginguba, uando — também conhecida por ervilha do Congo — e mandioca, esta última cultivada em larga escala, sendo, talvez, para o indígena, a mais útil, pois lhe dá um sem número de refeições, desde a raíz até as fôlhas.

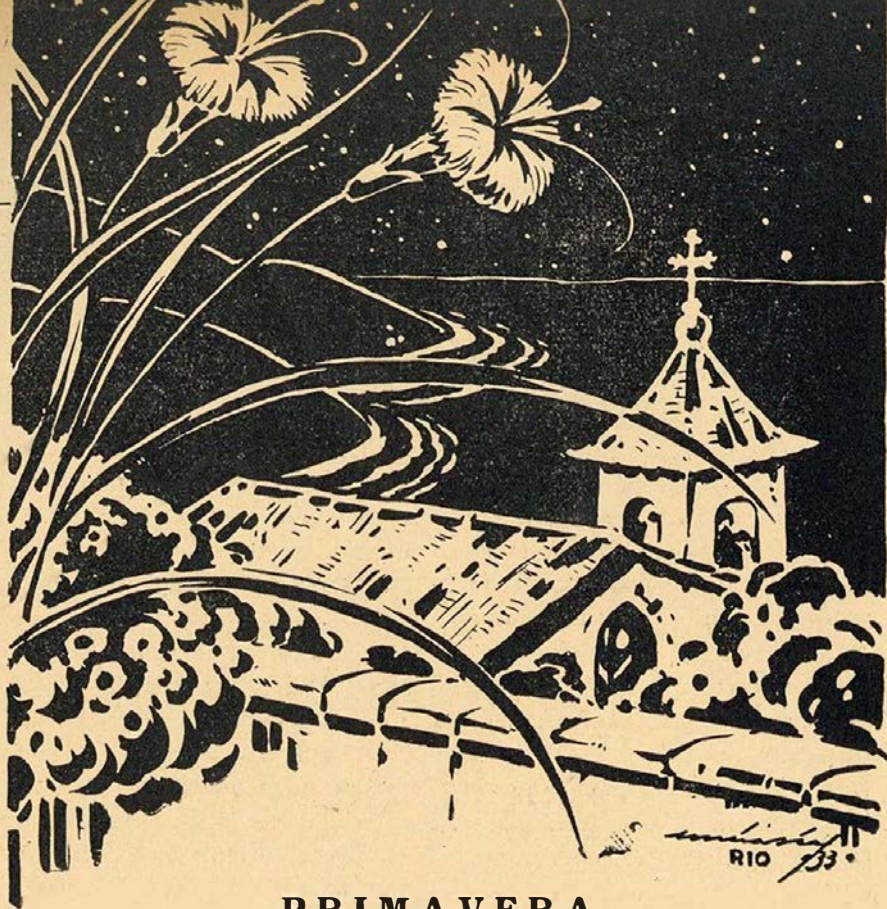
Luanda, Junho de 1933.

## EXPOBTAÇÃO DE VINHOS PORTUGUESES

Segundo o Boletim da Direcção Geral da Estatística, fôram exportadas as seguintes quantidades de vinhos, em decalitros, durante os meses de Janeiro a Junho:



A Sema-  
na das Co-  
lónias é um  
movimento  
em pról da  
Pátria, em  
que todos os  
Portugueses  
sem distin-  
ção de cré-  
do político  
ou religio-  
so, nem de  
meio social,  
podem e de-  
vem colabo-  
rar.



## PRIMAVERA

(INÉDITO)

ILUSTRAÇÃO DE CORREIA DIAS

Fôram-se as névoas. Sabe a primavera.  
A gloriosa calma  
Destas manhãs acorda em minha alma  
Uma inquieta alegria.

Mocinha a terra... um ar extasiado  
Nas coisas... Dir-se-ia  
Um silêncio encantado.

Na verdura das sebes canta a flôr  
Purpúrea dos "cardiais". E, nas ladeiras,  
Árdem as flôres das humildes freiras,  
Dormem as sombras, já descansa o vento.

Anda no ar um gôsto azul de primavera...

De noite, os montes, sob o firmamento,  
Poisam, monstros em paz, coisas eternas...  
Ábrem os cravos nos canteiros das cisternas,  
Floresce o luar. O luar de primavera  
A perturbar de luar  
Este convento que tem por cêrca o mar.

E as mocinhas da Brava, alvoroçadas,  
Chegam ás grades, sobem aos mirantes,  
Olham o mar, suspiram, resignadas...

Anda no claustro do convento a primavera...

Brava, Abril — 1933.

AUGUSTO CASIMIRO

**P**ARA que a adaptação ou a fixação de um povo num país longínquo do seu, se possa dar sem etnicamente e fisiologicamente se depauperar, ou definir é necessário que as condições climatéricas, meteorológicas e nosológicas desse local, sejam pouco diferentes das do seu país primitivo; é necessário que a temperatura, a humidade, a latitude, a altitude e pressão sejam as mesmas ou quasi idénticas, ou que o conjunto desses factores dê em resultado um clima quasi idéntico: de contrário ou há pouca diferença, e a raça se atrofia, ou grande diferença é a raça morre.

Assim comecei o meu trabalho sobre os terrenos de colonização na África portuguesa, apresentado e aprovado pelo 2.º Congresso Colonial Português em 1924.

Foi o que não se deu com a escolha dos locais das mais antigas povoações portuguesas de África, em que se olhou mais ao comércio com o indígena e á defesa delas próprias, que á salubridade de seus habitantes.

Felizmente hoje, devido aos estudos mais ou menos aturados no local, feitos por homens de valor, e persistência, podem-se afoitamente citar com confiança os melhores locais para a vida permanente ou por períodos, que vão de 3 a 10 anos, no máximo, dos colonos europeus e sobretudo portugueses, pois de todos os brancos europeus são os mais adaptáveis á vida em África pela latitude, temperatura e clima da sua terra de origem, e ventos dominantes, pela estada em África dos seus antepassados por muitos anos, e pelo seu bastante cruzamento com o sangue africano, em grande maioria de raça branca.

Esses homens de valor, que refiro, são, entre muitos outros de que não nos recordamos, os seguintes: em Angola, e entre os mais antigos, Silva Porto, Angelo Sárrea e Prado, o Dr. Nascimento, o agrónomo Alfredo de Andrade, o major Paiva, Câmara Leme, Paiva Couceiro, João de Almeida, Massa no-

de Amorim, D. Antonio de Almeida, Dr. Bernardino Roque, Costa Junior, etc.

Em Moçambique sobrelévam os seguintes: Paiva Raposo, Joaquim José Machado, Miranda Monteiro, João de Azevedo Coutinho, Massano de Amorim, Serrão de Azevedo, Castelo Branco, Brito, Sarmento da Fonseca, não esquecendo dos dois lados os que de passagem exploraram a região: Capelo Ivens, Serpa Pinto, Cardoso, e o Grande Almirante Gago Coutinho, que por duas vezes atravessou a África a pé.

Muito devemos também á persistência e trabalho de estrangeiros como fôram os Padres Leconte, Bonfoux e Koeling em Angola, Mr. Vilmier em Moçambique e de passagem em Angola, os Snrs. Garufi, Gregori e Fogler.

Ultimamente têm estudado bastante as melhores manchas para colonização os médicos portugueses, agrónomos e veterinários, entre eles

os Snrs. Dr. Damas Mora, Dr. Pinto da Cruz, Dr. Torres Garcia, Dr. Assunção Velho, Dr. Leitão Pimenta, Dr. Assunção Teixeira, e muito especialmente, no que respeita á doença do sono e locais de *habitat* de gloxíneas, os Snrs. Drs. Ayres Kopke, Magalhães, Santana Aguiar e Sequeira, tanto em Angola como em Moçambique. Entre os agrónomos e veterinários sobrelévam os trabalhos e estudos no local entre outros do Snr. Barjona de Freitas, e mais ou menos de todos os directores das quintas regionais agrícolas e pecuárias.

Prova isto bem os cuidados que tem merecido aos portugueses a moderna colonização da nossa África pelo que respeita aos terrenos, único ponto de vista sob que nós mesmo de há muito temos encarado esta magna questão.

Os estudos, especialmente dos médicos, confirmam que os mosquitos anofelíneos e culicíneos, as carraças, especialmente a mahata, as gloxíneas ou moscas da doença do sono e os planorbis, são os maiores inimigos do homem nestas re-

## Os melhores terrenos para colonização de brancos, na Província de Angola

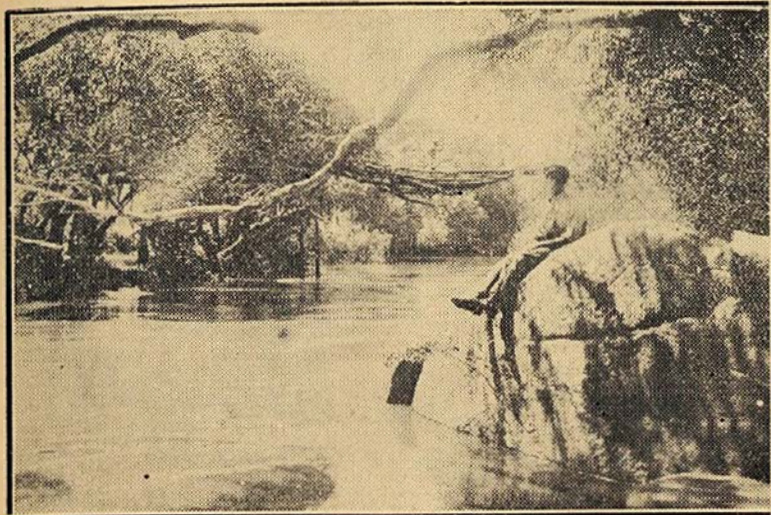
POR CARLOS DE ROMA MACHADO

CORONEL DO EXÉRCITO — COLONIALISTA E ANTIGO SECRETÁRIO GERAL DA "SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBÔA"



UM "MACUMBEIRO" ANGOLANO





CACONDA — (ANGOLA)  
PONTE GENTÍLICA SÔBRE O RIO CATUMBELA

giões. O Congresso médico-colonial internacional de 1923 que teve lugar em Luanda, mostra bem quanto os médicos portugueses se têm mostrado hábeis em debelar as doenças provocadas por estes parasitas.

O engenheiro português Angelo Sárrea e Prado, foi de todos o primeiro que em 1877 comunicou para o antigo ministério da Marinha e Ultramar, que a malária era devida á mordedura dos mosquitos fêmeas e fê-lo muito tempo antes que Ronald Ross tal tornou conhecido em Inglaterra e no mundo científico até hoje.

De todos estes parasitas que menciono acima, os mais perniciosos para o homem branco, são os mosquitos anofelíneos e culcíneos, e a mabata, que dá a febre recorrente. Os restantes só muito raramente atacam o branco, e só são prejudiciais para o indígena, especialmente as gloxíneas. A mabata vive em todas as altitudes e temperaturas de África, e especialmente sobre o capim e herva alta, e por isso os brancos fâcilmente se podem

livrar dela, fugindo das povoações de indígenas. Os planorbis, espécie de caramol que vive dos agriões, só excepcionalmente atacam os brancos mas são muito prejudiciais aos indígenas, que percorrem os terrenos pantanosos e lacústres dando a sua mordidela doenças de rins com sangue e chagas. As gloxíneas da doença do sono que levam o Tripanozoma Castelani, só existem nas matas e mais habitualmente perto do mar, que no interior em altitudes elevadas. Daí se conclui que os maiores inimigos do homem branco são, como disse, os mosquitos anofelíneos e culcíneos.

Desde 1898 a 1929, ou seja durante pouco mais de 30 anos da minha já longa vida, que por África passei, todos os anos, apenas com interrupções de poucos meses em cada um, dediquei-me quâsi sempre a observar o clima, temperaturas, pressões barométricas, latitudes, altitudes, longitudes, observações ipsométricas, direcções dos ventos dominantes, registos de observatórios meteorológicos, tanto em Angola como em Moçambique, fazendo itinerários, observações sôbre a qualidade dos mosquitos, e as temperaturas em que êles de noite resistiam a morrer com a barriga gelada, pelo frio, que por vezes encontrei nas minhas barracas de lona, no mato, quer em Moçambique quer em Angola, em que por vezes a temperatura baixava em Junho a mais de um grau negativo. Pois a essa temperatura notei que as moscas e mosquitos que tinham á noite na véspera poisado no interior do tecto da barraca, se encontravam de manhã mortos com a barriga gelada, sobre a coberta da minha cama. Dessas observações que constam dos meus itinerários, que apresentei na Comissão de Cartografia do Ministério das Colónias, e do que pude saber dos homens citados atrás, e que mais estudaram o terreno, concluí o seguinte que aliás não é hoje novidade nenhuma, e que outros muitos por certo igualmente têm concluído.

Os terrenos devem ser divididos em três classes, baseando-nos nas altitudes e temperaturas limites, em que os mosquitos podem ter a sua gestação, assim é que de 1400 m. de altitude para cima as larvas dos mosquitos não se podem gerar, e em menores altitudes a gestação dos mesmos só se pode fazer em temperaturas superiores a 16 grâus centígrados. Se por acaso se encontram anofélis e culex em altitudes superiores, é isso unicamente devido a serem carregados pelos ventos dominantes, dos vales em que se geram, durando nesses locais poucas horas, e morrendo antes que a temperatura atinja 0 grâus.

A 1.ª classe corresponde á altitude dos planaltos de mais de 1440 m. e temperaturas inferiores a 16 grâus nas épocas de gestação das larvas dos mosquitos.



NOVA LISBOA — (ANGOLA)  
RESIDÊNCIAS DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Esses planaltos só se encontram, salvo raras excepções, na nossa África, do paralelo 12 gráus para sul.

A 2.<sup>a</sup> classe corresponde aos terrenos em que embora os mosquitos se possam gerar, são em muito pequena quantidade, por as temperaturas nas épocas de gestação das respectivas larvas só raramente serem superiores a 16 gráus centígrados, e com poucas excepções do mesmo paralelo para sul.

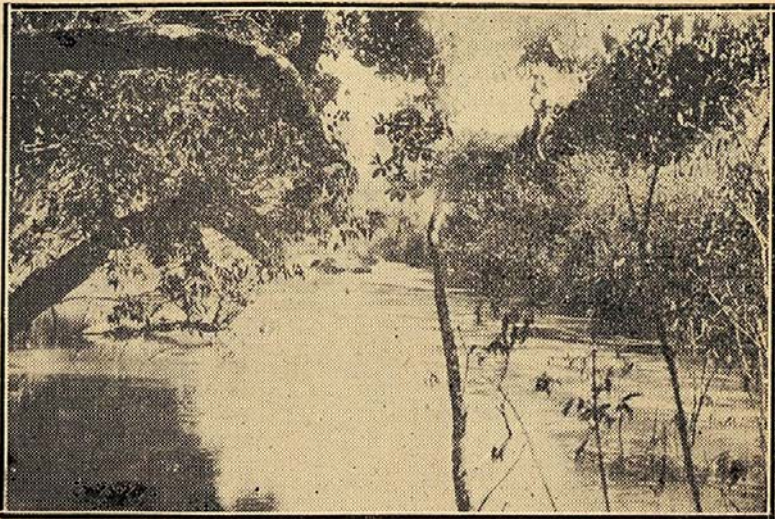
A 3.<sup>a</sup> classe engloba todos os outros terrenos, sejam em que latitudes, altitudes e temperaturas fôrem.

Nos terrenos á beira mar, em que os ventos dominantes são do mar, encontram-se pequenas manchas que estão nas mesmas condições que os terrenos de 2.<sup>a</sup> classe, e como tais se podem considerar.

Daqui se conclui, seguindo o exemplo dos Bóers, que primeiro em África viveram por mais de 3 séculos até hoje, que nesses terrenos de primeira classe podem os europeus, especialmente os de raça portuguesa, viver sem necessidade de virem retemperar á Metropole, e já têm as famílias procriado sem definhamento além da terceira geração, e podem eles próprios lavar e agricultar as suas terras, sem necessitarem do auxílio do indígena, e sem precisarem de cruzamento de sangue novo europeu.

Quanto aos terrenos de segunda classe, embora neles os colonos sejam atingidos pela malária, podem resistir a ela por serem só nas baixas de altitude pouco inferior a 1400 m., pois nesses as partes altas são indemnes de mosquitos que só abundam nas baixas, de temperatura mais elevada todo o ano, e só como excepções, se encontram terrenos até 1600 m. nessas condições que não podem ser considerados como de primeira classe. Nesses terrenos os brancos precisam a ajuda do indígena, para agricultar as suas terras. Mas convem pelo menos em gerações alternadas serem cruzados com sangue novo europeu, e em alguns virem retemperar á Metrópole, por períodos que não devem exceder 10 anos.

Quanto aos terrenos de terceira classe, de todos os mais ricos em produtos coloniais, são os restantes em que o europeu só pode dirigir os indígenas no amanho das terras, mas não trabalhar êle próprio, em que os mosquitos são abundantes todo o ano, em que não se devem constituir famílias de colonos, e os brancos têm de vir de 3 em 3 anos, no pior dos casos, retemperar á Metrópole. Os filhos dos que têm persistido em viver nesses terrenos com família própria, ou são raquíticos ou morrem novos, mesmo que haja cruzamento de sangue em tôdas as gerações com excepções raras. Esta luta pela existência tem-se acentuado muito entre os colonos da Austrália leste, que nos terrenos que se podem considerar de

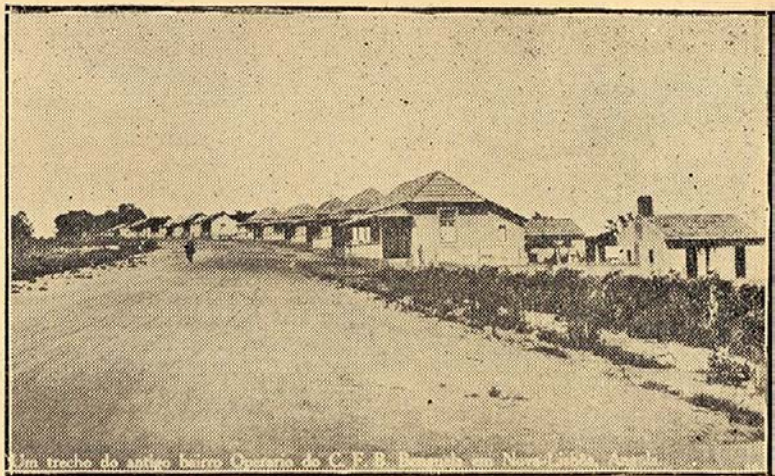


CACONDA — (ANGOLA)

UM LINDO ASPECTO DO RIO CATUMBELA

2.<sup>a</sup> classe, já conseguiram hoje fixar-se depois de muitas mortes, em gerações sucessivas, e com cruzamentos com europeus em gerações alternadas, constituindo uma raça européa perfeitamente aclimatada, com uma mentalidade de primeira ordem, com sentimentos altruístas e tendências artísticas, muito superiores ás dos seus congêneres da Europa.

Tendo em atenção esta divisão dos terrenos damos a seguir e de uma maneira geral, umas tabelas das manchas de colonização com indicações dos locais, áreas, altitudes e número máximo de colonos, ou de residentes, nos terrenos de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> classe e distância aos centros actuais ou á Costa, na provincia ultramarina portuguesa de Angola. Algumas manchas deve haver por estudar ainda, a que nos não referimos, contudo as citadas são mais que suficientes por agora para a colonização por portugueses. (Para pormenores vîde as minhas téses de 1924 a 1930).



NOVA LISBOA — (ANGOLA)

BAIRRO OPERÁRIO DA COMPANHIA DO CAMINHO DE FERRO DE BENGUELA

## NA PROVÍNCIA DE ANGOLA

Nesta província a primeira relação que segue corresponde ás minhas observações indicadas na referida tése de 1924, e a seguir vem o mapa que confêcionei para a tése que apresentei no Congresso de 1930, depois da visita que fiz á grande maioria dos locais em 1929, por ocasião da inauguração do Caminho de Ferro de Benguela a que assisti como representante da Sociedade de Geografia de Lisboa. E' mais detalhada que a antecedente, e abrange a Província tôda e segundo as informações dos citados médicos, além do que eu próprio pude observar.

Quanto às regiões marginais do Oceano, considéro-as hoje de primeira classe apenas a cidade de Mossâmedes e vila de Porto Alexandre e terrenos anexos. Quanto á Baía dos Tigres, e fôz do Cunene só as posso considerar como de segunda classe, visto a falta de água potável e o saneamento local a isso me levarem.

Para norte de Mossâmedes todos os terrenos marginais são de 2.ª e 3.ª classe á beira mar, pois em todos êles até agora os habitantes só em poucas partes, como Lobito e Luanda, podem viver indemnes. Mas o Lobito por ficar por assim dizer no meio do mar, pode na res-tinga ser considerado como de primeira classe.

## NUMERO MÁXIMO DE COLONOS E RESIDENTES

A área colonizável é calculada á razão de 16 hectares por família de 4 pessoas e mais 4 serviçais, ou seja 1/2 homem por hectare ou 50 pessoas por 1 quilómetro quadrado ou 100 hectares. Será esta a máxima população que poderá viver exclusivamente do próprio terreno sem necessidade de importações para seu sustento e não mais do que para permuta.

## PROVINCIA DE ANGOLA

(DA TÊSE DE 1924)

Distritos	Locais	Áreas para roulement de 10 anos 2.ª classe	Áreas para fixação 1.ª classe	Altitudes	Máximo n.º de colonos	Máximo n.º de residentes	Distância dos centros actuais ou da costa
Benguela ...	Planalto	70.000 k2	10.000 k2	1.400 a 2.000 m	3.500.000 p.	500.000 p.	2 dias de C. F. e automóvel 250 a 400 k. 0 k. a 30 k.
	Lobito	280 k2	100 k2	4 a 100 m	14.000 p.	5.000 p.	
Huila. ....	Planalto	12.000 k2	8.000 k2	1.450 a 2.000 m	600.000 p.	400.000 p.	200 k. a 450 de Mossâmedes C. F. e automóvel. 600 k. idem. 500 k. idem.
	Evale	1.500 k2	—	1.000 a 1.200 m	75.000 p.	—	
	Cataratas	750 k2	—	839 a 1.100 m	37.500 p.	—	
Mossâmedes	Cid. e arred. <sup>es</sup>	400 k2	160 k2	4 a 50 m	20.000 p.	8.000 p.	0 k. a 40 k. automóvel. Idem idem.
	Porto Alex. <sup>re</sup>	600 k2	120 k2	4 a 30 m	30.000 p.	6.000 p.	
	Baía dos Tigres	200 k2	—	4 a 10 m	10.000 p.	—	0 k. por mar.
	Foz do Cunene	250 k2	—	4 a 500 m	12.000 p.	—	100 k. a 160 k. dos Tigres.
Total . .	—	85.980 k2	18.380 k2	—	4.299.000 p.	919.000 p.	—

## ROUPAS "RENNER" (Trajes e ternos de lã)

Couros, Artigos de viagem, SPORT, Montaria e Praia

Fabricação de malas de libra SILVIUS

Exclusivo dos brins RAKI, BRANCO e VERDE-OLIVA "FLORIANO" e "TRIUNFADOR"

JOSÉ SILVA &amp; CIA. LTDA.

IMPORTADORES

Caixa Postal 445

58 — Rua de S. Pedro — 60

End. Teleg. "SILVIUS"

Telefones: Armazem 4-0671 Escritório 4-5333

RIO DE JANEIRO

A acção colonial em que anda empenhada a Sociedade de Geografia é de todos e para todos. Ela virá a constituir um capital sagrado de forças espirituais e de acção material que será a melhor parte da herança que legaremos às novas gerações.

**Melhores e mais conhecidos locais para colonização de brancos portugueses  
no planalto de Angola**

(DA TÊSE DE 1930)

Distritos	Terrenos de 1.ª classe	Terrenos de 2.ª classe	Terrenos de 3.ª clas.	Latitudes	Latitudes	Fertildade	Humidade	Observações
Lunda . . .	—	Saurimo	Todos os restantes terrenos em graus diversos	1200 m	8 gr.	pequ.	seco	
	—	Camaxilo		1000 >	8 >	>	>	
	—	Muxaila		1000 >	>	>	>	
	—	Caungula		1000 >	>	grande	>	
	—	Luma		1300 >	11 >	>	regular	
	—	Biula		1250 >	>	>	>	
	—	Dala		1300 >	>	>	>	
	—	A. Chicapa		1300 >	9,5 >	>	grande	
	—	Minungo		1500 >	10,5 >	regular	>	
	—	Chiumbe		1300 >	>	>	regular	
—	A. Luaximo	1350 > ?	>	>	>			
Moxico . . .	—	Munhango	Todos os restantes terrenos em graus diversos	1402 >	11 >	>	>	
	—	Caxipoque		1400 >	11,5 >	grande	>	
	—	V. Luso		1220 >	>	>	>	
	—	Bussaco		1200 >	>	>	muita	matas
	—	Cazombo		1200 >	>	>	>	>
Malange . . .	—	Quela	P. Andongo	1250 >	9 >	>	regular	melhores terrenos para trigo
	—	Malange		1168 >	9,5 >	>	>	> > > >
Quanza N.	—	—		1020 >	>	>	>	
Quanza S.	—	Quibala	Todos os restantes terrenos em graus diversos	1252 >	10,5 >	excep- cional	grande	melhores terrenos para café
	—	Cariango		1000 >	>	>	>	> > > >
Benguela . .	—	Cassongue	Todos os restantes terrenos em graus diversos	1670 >	11,7 >	regular	regular	
	—	Bailundo		1650 >	12 >	>	>	
	—	Chibanda		1620 >	12,3 >	>	>	
	—	Biele		1830 >	12,5 >	>	>	
	—	Mungo		1798 >	12 >	>	>	
	—	Quipeio		1621 >	>	>	>	
	—	Bimbe		1703 >	11,8 >	>	>	
	—	Lépi		1857 >	12,9 >	>	>	C. F. B.
	—	Cahala		1800 >	12,8 >	>	>	>
	—	Huambo		1710 >	>	>	>	C. N. Lx. C. F. M.
	—	V. Nova		1872 >	12,6 >	>	>	C. F. B.
	—	B. Vista		1842 >	>	>	>	Sanatorio
	—	Chinguar		1798 >	>	>	>	C. F. B.
	—	Chiua		1690 >	13 >	grande	>	>
	—	Cuima		1617 >	13,1 >	>	>	>
—	Cicumá	1726 >	13,1 >	>	>	>		
—	Caconda	1605 >	13,5 >	>	>	>		
—	Sambo	1685 >	13 >	>	>	>		
Bié . . . . .	S. Porto	—	Todos os restantes terrenos em graus diversos	1712 >	12,2 >	>	regular	bons terrenos para trigo
	Catabola	—		1512 >	12,1 >	>	grande	
	Camacupa	—		1480 >	12 >	>	regular	
	—	A. Quanza		1451 >	13,2 >	regular	>	
Huíla . . . . .	Lubango	—	Todos os restantes terrenos em graus diversos	1750 >	14,6 >	grande	>	C. F. M. bons terrenos
	Huila	—		1700 >	15 >	>	>	> bons terrenos
	Chibia	—		1407 >	15,1 >	>	>	> bons terrenos para trigo
	Humpata	—		1860 >	15 >	>	>	Sanatorio
	—	Quihita		1300 >	15,3 >	>	>	terrenos bons para gado bovino
	—	Gambos		1200 >	15,5 >	regular	seco	> > > >
	—	Nanguari		1000 >	17 >	peq.	>	> > > >
—	Chabiquá	1000 >	>	>	>	> > > >		

C. F. B. — Caminho de Ferro de Benguela  
 C. F. M. — Caminho de Ferro de Mossâmedes  
 C. N. Lx. — Via marítima — Companhia Nacional de Lisboa



*Mousinho de Albuquerque*

MÁSCARA DE JOSÉ TAGARRO, JOVEM ARTISTA  
PORTUGUÊS, FALECIDO EM PLENO DEALBAR  
DO SEU FORMOSO E PUJANTE TALENTO.



**Copacabana Palace  
Enceada de Botafogo  
Praia de Copacabana**



**BRASIL**

**PORTUGAL**



**Estoril Palace  
Vista do Estoril  
Praia do Estoril**



**Rio de  
Janeiro**

**Costa  
do Sol**



## MINISTRO PEDROSO RODRIGUES



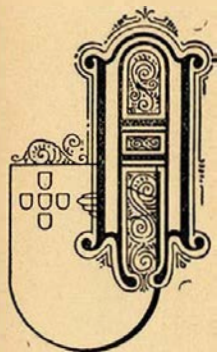
Correcção inexecdível, patriotismo acendrado, afabilidade cativante, noção exactíssima dos deveres e das responsabilidades, elegância de espírito, rara sensibilidade de Artista, generosidade espontânea e superior temperamento de diplomata, — eis as mais notáveis e fundamentais características de S. Ex.<sup>a</sup> o Senhor Ministro Pedroso Rodrigues, personalidade ilustre a quem respeitosa e saüdamos e tributamos o preito da nossa gratidão imperecível.

# ILHA DE S. TOMÉ

POR TOMÉ AGOSTINHO DAS NEVES

ESPECIAL PARA ESTE BOLETIM

ADVOGADO — ESCRITOR E JORNALISTA  
SÓCIO-CORRESPONDENTE DA "SOCIEDADE LUSO-AFRICANA  
DO RIO DE JANEIRO"



NTIGAMENTE, quando um pai se via em palpos de aranha com as diabruras do filho, acabava por lhe pôr um dilema formidável, uma espécie de atrocidade que, embora lhe confrangesse a alma, era como que um recurso necessário e último para terminar com eficácia a legião de actos vergonhosos que se antepunham na sua frente e embranqueciam os seus cabelos. Era ir para a ilha de S. Tomé,

onde o calor sufoca e as febres matam.

E' que as notícias que desta ilha iam para os quatro cantos de Portugal, em todos os seus pormenores, começavam e acabavam pela descrição dos sofrimentos, torturas e morte de dezenas de europeus, que em demanda da fortuna, iam encontrar a morte nos braços da biliosa, perniciosa doença do sono e demais doenças que hoje constituem a raridade das raridades.

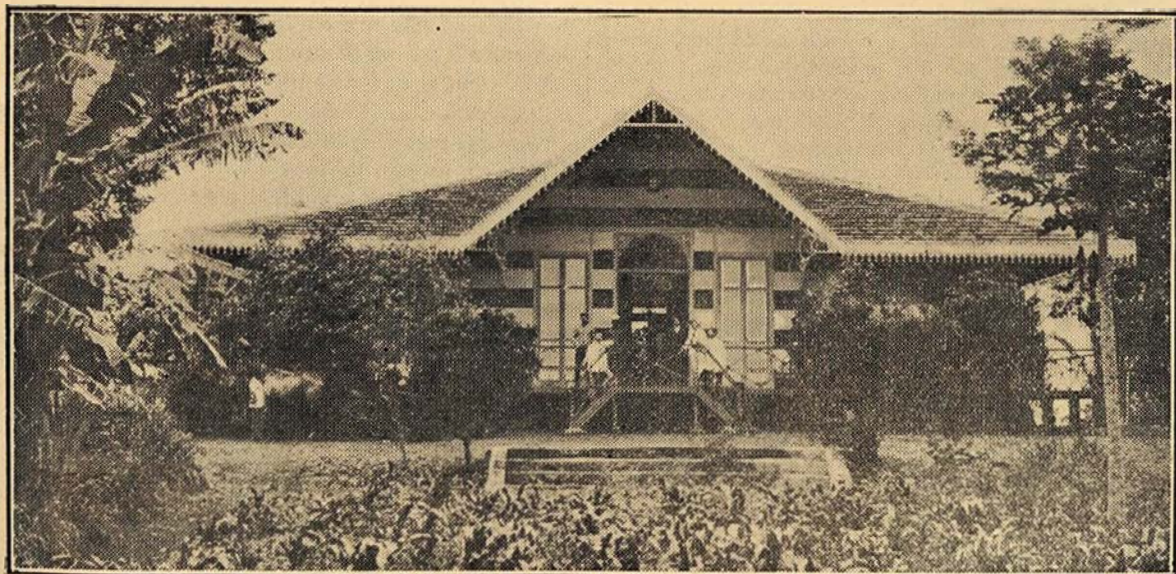
O certo é que o filho, emface da tal proposta, punha de parte as noitadas e demais *virtudes* que fazem dum homem são, um inútil, um enojado da sociedade.

Porém o génio português, aquele génio que o distingue em tôda a parte do mundo, aquele génio onde existe muito do assombro e da temeridade que conduziram de

novo a alma de Portugal ao Brasil em 1922, aquele génio de gigante, conseguiu á custa de muitas vidas e heróicidades, fazer desta pequenina ilha de S. Tomé um florescente e adorável cantinho de terra onde já a vida é possível, um pequenino jardim como, com certeza, não existe outro no mundo. Infelizmente pouca gente sabe o que esta ilha é. Pouco se tem feito em matéria de propaganda, talvez porque a vida material de hoje mais se preocupa com o aspecto económico-lucrativo.

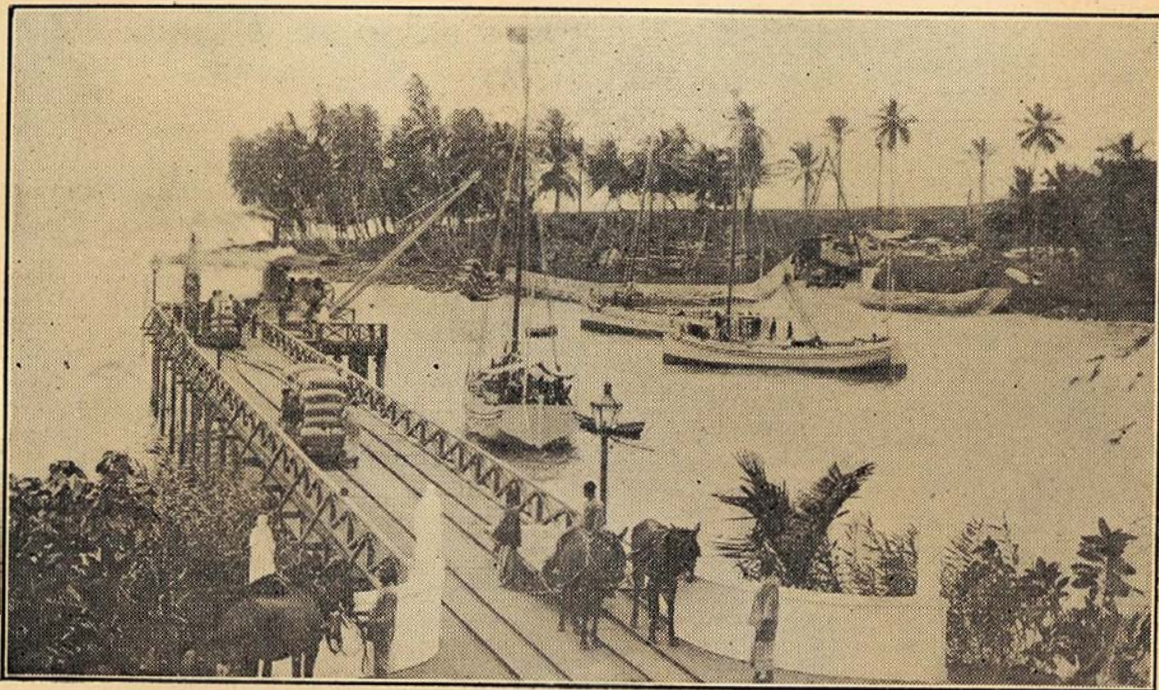
De facto, só determinados centros industriais onde se consome o cacau e café conhecem e sabem que Portugal tem uma ilha que produz cacau de especialidade, onde reside a fortuna dos seus produtores. Pouco mais se sabe. Entretanto a ilha em si tem tanto em que se ocupar o espírito! A sua beleza natural é qualquer coisa de estranha, de encantadora. A sua vegetação abundante e variada enche-nos os olhos de pasmo, delicia a alma e convida ao sonho, na contemplação religiosa duma policromia sem igual. Quem em viagem de contorno quizer apreciar este pequenino paraíso, não saberá que mais admirar, se a elegância dos seus recortes, se a paisagem cheia de encanto e doçura que cobre este sólo privilegiado onde existe o melhor ouro do mundo — o cacau.

O seu relêvo elegante e belo faz-nos lembrar as serras de Portugal, cheias de alcantís, mas suaves á vista, cobertos de arvoredos, de verdura, onde apetece viver, longe das tricas dos homens, porque a natureza é bela



S. TOMÉ — TIPO DE HABITAÇÃO, NUMA DAS SUAS MODELARES ROÇAS





S. TOMÉ — PONTE DE EMBARQUE DO CACAU DA ROÇA "COLÓNIA AÇORIANA"

e a morte não espreita porque não existe, assim como nas ravinhas e grotas; os vales são leitos onde cantam os ribeirinhos que em tôda a parte sùrgem para fertilizarem o terreno argiloso ou ferruginoso. Sôbre tôda esta natureza bela, pontífica majestoso e imponente, o Pico-Grande, monstro de terra que espreita o mar a 2.140 metros de altura, em desafio à fúria dos elementos, coberto quasi sempre de nuvens brancas. Geralmente, depois duma pavorosa e desejada tempestade é que se digna mostrar-se em tôda a sua plenitude aos olhares ávidos dos profanos, ou depois da cedência de vez por parte da noite ao rei Sol que principia a chamar ao trabalho o homem que pensa no porvir, no dia de amanhã dos seus filhos.

S. Tomé tem hoje um clima suportável; o europeu vive perfeitamente, embora o calor seja húmido, penetrante. A cidade já não é a pocilga de outros tempos, onde enxameavam os pântanos e mosquitos. A pouco e pouco a tenacidade e persistência a um tempo do Estado e da iniciativa particular conseguiram transformar o ar macilento que dominava o colono, no ar sândio e pimentão que só na Europa era dado obter.

Nas herdades, ou antes plantações ou roças, como aqui soe dizer-se, tudo corre como se fôsse na Europa, mercê do conforto e higiene que aqui se observa como o fazem os ficis de Cristo. O trabalhador já não sente aquela vida de horrores de há 50 anos. E' hoje um homem que se vai educando lentamente para a civilização; e assim é raro aquele que depois duma estadia de três anos se não vista á europeia, assimilando os seus hábitos e necessidades, a ponto de até já saber ler e escrever e sentir que nesta terra está melhor do que na sua.

A população nativa é incontestavelmente civilizada; descendente na sua maioria de antigos escravos, sente orgulho em ser aquilo que por vezes lhe chamam, em sentido pejorativo — "forro", isto é, homem escravo que teve a carta de alforria.

Sem que se lembre daquele tempo em que o senhor tinha direito de vida e de morte sôbre o seu escravo, comprado por processos vários, o nativo nutre uma repugnância de morte a tudo quanto se queira assemelhar ao cerceamento dos seus direitos de cidadão que a muito custo conseguiu obter, quer pela força, quer pela nova doutrina generosa que circuloou o mundo inteiro em prol do homem negro.

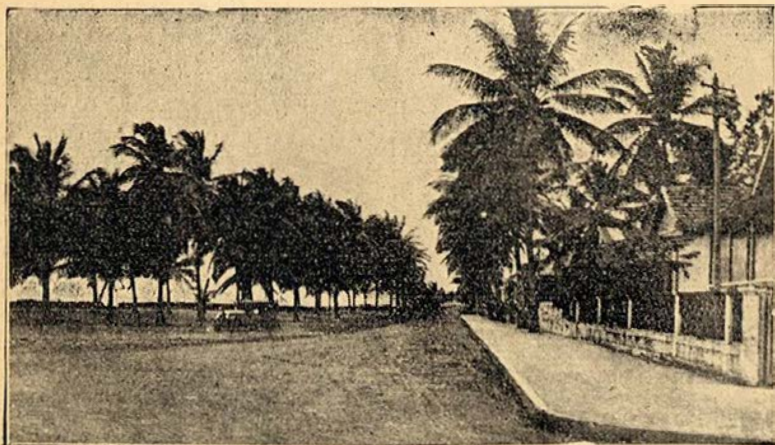
E assim não está êle incluído na definição legal do *indígena* contida no Código do Trabalho dos Indígenas.

E' que aquella definição legal diz serem indígenas todos aqueles indivíduos da raça negra ou dela descendentes que não se afastam do comum daquela raça.

Ora o comum da raça é o gentio, o selvagem que quasi ainda vive à primitiva. Nesta ilha tôda a gente tem os usos e costumes europeus, em maior ou menor escala. Quasi na sua totalidade falam e escrevem português. Existe um dialecto, ou antes miscelânea, onde predomina a língua portuguesa estropeada; encontram-se muitos vocabulos franceses e holandeses e mesmo angolanos, como prova da passagem desses povos por cá. Assim a construção negativa, é feita com duas negativas, tal qual o francês. Exemplo: *ná sêbê fá* (não sei), o tal *je ne sais pas* francês. Mas *póçom* (cidade) não é senão *povoação* antigo, e povoação de hoje.

"Para falar ao vento, bastam palavras: para falar ao coração, são necessárias obras".

"Palavras sem obras, são tiros sem bala; atrôam, mas não fêrem". — ANTÓNIO VIEIRA



S. TOMÉ — AVENIDA DA ARMADA

Outra parte da população é descendente de brasileiros que cá vieram dedicar-se ao cultivo da cana sacarina. Esta mistura de raças de vária procedência deu uma população que nutre no peito o orgulho de ser portuguesa, pouco disposta a tolerar um outro e qualquer povo que olhe para as colônias portuguesas com a cobiça de ave de rapina.

S. Tomé constitue uma glória para a história da colonização portuguesa. O esforço português conseguiu quase exterminar o analfabetismo nesta ilha. Talvez 5 % da população não conheça as delícias da leitura e escrita, o que infelizmente já não acontece na mãe-pátria onde parece existirem 30 a 40 % de analfabetos. Mas onde o esforço, o trabalho, a persistência e o heroísmo nacional mais avulta é no aproveitamento da terra. Gastaram-se rios caudalosos de energia e de dinheiro para hoje podermos contemplar em êxtase as roças, grandes plantações onde abundam soberbas estradas, encantados palácios, uma organização modelar de propriedade contendo tudo quanto é necessário para uma boa administração, como sejam casas admiráveis para os empregados e trabalhadores, hospitais soberbos, terreiros enormes, caminhos de ferro de via reduzida, parques,

jardins, máquinas para tudo, enfim, cidades em miniatura, pois roças há que até têm campo de touros. Não existe um metro de terreno por ocupar e portanto por cultivar. Hoje mais do que nunca toda a gente aplica a maior atenção no amanho das suas terras e defende-as a todo o custo.

A crise que avassala a colônia, traz-nos num certo pânico, com esperanças num futuro melhor, porque de modo algum se poderá admitir que depois de tantos esforços, S. Tomé fique reduzida a um montão de escombros onde jaz o exemplo dos nossos maiores. O tempo que começou a decorrer depois da guerra trouxe uma ilusão a toda esta gente que começou a nadar em dinheiro sem se lembrar de que não há bem que sempre dure.

Hoje sofre-se muito o mal da imprevidência; mas a inteligência e persistência da gente lusa mais uma vez saberá sair-se deste abismo, onde a miséria da produção vive de braço dado com a miséria do preço, conjurando a época das vacas magras, elevando esta ilha ao apogeu a que tem direito, ilustrando mais uma vez a gloriosa história de Portugal e das suas faculdades de colonização.

S. Tomé, Julho de 1933

“A história de Angola está por fazer. Essa história mostrará quanto a magnífica região foi logo de comêço adivinhada pela alma da Nação. Nunca a perdemos de vista, nunca a abandonamos, mesmo nas horas mais dolorosas e de maior desânimo da vida nacional”.

NÓRTON DE MATOS



S. TOMÉ — PRAÇA DA REPÚBLICA

“Sob a lei portuguesa, todos os homens são iguais: os grãos da cor não se traduzem em castas sociais, o sangue negro não é desprezado. Se eu fosse negro, preferiria infinitamente ser súbdito português a sê-lo de outra qualquer nação”.

(Da Conferência de ALEXANDER KEITH JOHNSTON, na “Society of Arts”, em fevereiro de 1884).

# O "RÈPÚBLICA" NO RIO ZAIRE

O "Rèpública", da nossa Marinha, visitou o Zaire em Agosto. O acolhimento que teve na cidade belga de Boma excedeu em muito as normas usuais com que são acolhidos os navios de guerra nos portos que visitam. Basta dizer-se que a cidade esteve tóda embandeirada com as côres belgas e portuguesas durante os quatro dias que durou a visita e que o pavilhão português se manteve içado durante esses quatro dias ao lado do belga no Palácio do Governo de Boma. Num concurso de tiro realizado entre belgas e portugueses, os marinheiros do "Rèpública" alcançaram a vitória, com grande regosijo dos nossos compatriotas que constituem a importante colônia portuguesa naquela cidade.

Outra nota interessante da viagem foi a afluência, á margem portuguesa do rio, dos indígenas das povoações vizinhas para vêrem e saudarem o navio. Desabituaçados, como estão, de vêrem navios de guerra daquela tonelagem sulcando o rio, entusiasmavam-se ven-



do nêle a bandeira portuguesa e gritavam das praias, em voz estridente: "Viva a nossa Pátria! Viva o navio de Portugal!"

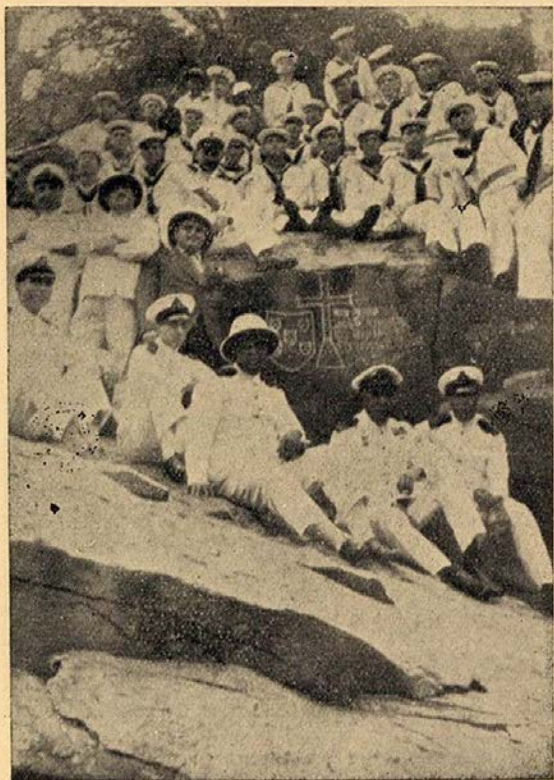
A nota mais interessante de tódas foi, porém, a romagem que a guarnição do "Rèpública" efectuou ás Pedras do Ielala, onde está insculpida há quatro séculos e meio a inscrição assinada por Diogo Cão e por alguns dos seus companheiros de descoberta.

Essas pedras, como se sabe, encontram-se algumas milhas acima de Matadi, em território que é hoje belga. O Ielala constitui o primeiro grande obstáculo da navegação na subida do Zaire estendendo-se o seu degrau de pedras de margem a margem do rio. A juzante, porém, e desde pouco depois de Matadi, já a navegação, entre rochas e torvelinhos de água, vem sendo difícil e perigosa, e só pequenas embarcações de motor potente e bem conduzidas por práticos empreendem a sua realização.

Com auxílio de embarcações e práticos fornecidos pelas autoridades belgas e acompanhada a romagem, como requinte de atenção, por um representante do Governo do Baixo-Congo, realizou-se em 9 e 10 de Agosto a visita de dois grupos da guarnição do "Rèpública" a essas pedras históricas.

Avaliando, com a própria experiência, a dificuldade gigantesca da subida do rio realizada pelos nossos navegadores do século XV, os marinheiros portugueses de hoje prestaram assim aos seus antecessores a mais respeitosa das homenagens.

O grupo fotográfico junto, em que o comandante, o ilustre colonialista e grande português Sr. Henrique Correia da Silva, ornamento dos mais brilhantes da nossa Armada, alguns oficiais, alguns sargentos e marinheiros do "Rèpública", com o Vice-Consul de Portugal em Matadi e o funcionário belga representando o Governo da Colônia, estão fotografados juntos ás inscrições, ficou registando essa homenagem ao valiosíssimo monumento da História Portuguesa que são as inscrições do Ielala.



# I N D I A

(ESPECIAL.)

POR MANUEL ANTÓNIO FERREIRA

TENENTE DO EXÉRCITO — PUBLICISTA  
E SÓCIO-CORRESPONDENTE DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA  
DO RIO DE JANEIRO

De 3 distritos se compõe o Estado da- Índia — Gôa, Damão e Diu.

O distrito de Gôa, com 9 concelhos, na costa de Malabar, extrêmo sudoeste da província inglesa de Bijapur, com uma superfície de 3.806 quilómetros quadrados, na zona tropical, e com uma população de 579.969 habitantes, densidade de 153, confina ao N. com o estado nativo de Saunt-Vadi, a W. com o Mar Árábico, a S. com o Canará e a L. com a cordilheira dos Gates.

De N. a S. tem, de comprimento, 105 quilómetros e, de largura, de L. a O. 60.

Em Nova-Gôa, séde do Governo Geral, e donde irradia toda a orientação administrativa, existem, além das 6 Direcções de Serviços e 3 Repartições Técnicas que superintendem na engrenagem da Pública Administração, mais o Patriarcado das Indias Orientais que um patriarca e um bispo auxiliar dirigem — com influência sôbre os bispados de Cochim, compreendendo os extensos territórios situados parte em Cochim Britânica e parte nos Estados Nativos de Cochim e Travancore; de S. Tomé e Meliapôr, compreendendo o território de S. Tomé e o de Tanjor; e o de Macau compreendendo os vicariatos gerais de Macau e Malaca e as Missões de Timor — e um Tribunal da Relação compôsto de 1 presidente e 4 juizes que superintende nas justiças da India, Macau e Timor.

A rêde de estradas abrange uma extensão de 410,281 quilómetros as nacionais e de 700,737 as municipais.

A instrução pública, porque a percentagem de analfabetos é de 13,7 tem merecido atenções especiais, e assim, hoje, temos os seguintes estabelecimentos onde é ministrada instrução á mocidade goenense:

Escola Médica, instituida em 1842.....	1
Liceu Central.....	1
Liceus Municipais, com sédes nas vilas de Margão e Mapuçá.....	2
Escolas de Instrução Primária.....	113
Seminário de Rachol, no Concelho de Salsete...	1
Escola Elementar Agrícola, estabelecida em Tolem do Concelho de Sanguem.....	1
Escola Profissional anexa ás oficinas das Obras Públicas.....	1

Além das escolas officiais há mais, e com certa abundância em Gôa, as particulares de português, marata e inglês e ainda as paroquiais onde são ministradas as pri-

meiras letras, canto e musica.

A abundância do culto católico sobressai como bem se evidencia pelo grande número de templos existentes, pois além da Sé Patriarcal há centenas de igrejas e capelas.

Tem 5 Tribunais Judiciais cujas sédes são na capital do Estado de Nova-Gôa, vilas de Margão e Mapuçá e cassabés de Bicholim e Quepen e ainda dois Julgados Municipais que se encontram na cidade de Vasco da Gama e cassabé de Pondá.



TENENTE MANUEL ANTÓNIO FERREIRA



LICEU CENTRAL DE AFONSO DE ALBUQUERQUE, EM NOVA GOA

E' do tipo scito-drávida a sua população segundo Risley e ario-drávida segundo Vaidya, constituída por cristãos, indús e maometanos, predominando, com uma percentágem maior o claim indú que, como os cristãos, se divide em castas, as principais são: — bramane cxatriá, váixia e sudra, as quais, por sua vez, se subdividem em numerosíssimas sub-castas.

E' Gôa altamente beneficiada pelo sistema hidrográfico que possui e que permite a navegação em grandes extensões, nos seus rios principais — Zuari, Mandovi, Chaporá, Talpona, Betul, Galgibaga, etc., — que bastante concorrem para a sua riqueza.

No seu solo, que uma vegetação densa e luxuriante cobre, especialmente nas Novas-Conquistas, encontra-se em regular quantidade manganés, ferro e alumínio.

A sua função económica resalta nítida pelos números seguintes, indicativos da sua riqueza:—

Importação em 1931 — Rps. 58.013.002, compreendendo a importação para consumo, reexportação e transito internacional.

Exportação em 1931 — Rps. 44.150.587, compreendendo exportação nacional e nacionalizada, reexportação e transito internacional.

Importação para consumo — 17.049.810 Rupias.

Exportação nacional e nacionalizada 3.187.395 Rupias.

#### Principais mercadorias importadas:

Arroz sem casca.....	2.707.802	Rupias
Arroz com casca.....	572.350	»
Açúcar.....	608.313	»
Trigo.....	229.865	»

Farinha de Trigo.....	1.983.737	Rupias
Vinhos de Portugal.....	115.616	»
Vinhos e bebidas alcoólicas estrangeiras.....	63.505	»
Cerveja.....	120.325	»
Gado vacúm.....	376.101	»
Oleo de Kerosene.....	477.722	»
Tabaco, charutos, cigarros, etc.....	531.734	»
Tecidos.....	2.268.137	»

#### Principais mercadorias exportadas:

Côco.....	924.669	»
Cópra.....	73.711	»
Castanha de cajú.....	614.081	»
Arêca.....	207.657	»
Mangas.....	246.940	»
Sal.....	220.903	»

A lingua oficial é a portuguesa mas geralmente o povo fala a concani. A população indú fala mais o marata, lingua que utiliza na sua correspondência particular e comercial.

Tem Gôa um excelente pôrto — o de Mormugão —, um dos mais importantes da costa, bem apetrechado, com regular tráfego, e testa do Caminho de Ferro de Mormugão que além de servir o território português que algo valorizou, muito beneficia o hinterland da India Britânica, que é quem o mantém, porque em perfeita cooperação com o sistema ferro-viário da colônia vizinha vive sendo até explorado por capitais ingleses, da Southern Maharatta Railway & Co.

\*

O distrito de Damão, que um governador administra, e que desde o século XV se encontra sob o domínio português, é constituído de dois concelhos — o de Damão e Nagar-Aveli. Assenta na costa ocidental da India a E. do

Golfo de Cambaia. Possui um bom pôrto na foz do rio Sandalcalo e tem de área 455 quilômetros quadrados e a sua população, constituída de cristãos, indús, mouros e alguns poucos parses é de 58.001 habitantes, censo de 1931.

Funcionam ali um Tribunal Judicial e também um Seminário, quatro escolas de português e sete de guzerate.

O seu movimento comercial evidencia-se pelos números que séguem.

Importação em 1931 — 774.210 Rupias

Exportação — 101.453 Rupias.

\*

O distrito de Diu, constituído de uma ilha de natureza vulcânica é de insignificante área, 37 quilômetros quadrados, e fica na península do Guzerate.

As suas coordenadas geográficas são: Lat. N. 20°, 43' e Long. E. de Greenwich 71°, 2'. E' governado por um governador de distrito e tem uma única administração do concelho.

Possue um Julgado Municipal e 4 escolas, sendo uma de português e 3 de guzerate.

A sua população, segundo o censo de 1931, é de 16.687 habitantes. —

Tornou-se notável pelos dois cêrcos que teve em 1538 e 1546 e, em tempos longínquos foi pôrto de grande valor estratégico e comercial. Hoje, o seu valor é provado pelos números que séguem, bem indicativos da sua decadência:

Importação em 1931 — 599.461 Rupias.

Exportação 136.915 Rupias.

Nova Gôa, Julho de 1933.



PAGODE (TEMPLO INDÚ) DE QUENLÁ, NO CONCELHO DE PONDÁ



PARA INTERESSE SEU E DE SEUS AMIGOS, USE E ACONSELHE  
AS ELEGANTES ROUPAS DA

# Alfaiataria GLOBO

A mais popular do Brasil

Matriz: Avenida Marechal Floriano, 62 — Telef. 4-2900 — Rio de Janeiro

Filiais: Rua Marechal Floriano, 384 — Nova Iguassú — Estado do Rio

Avenida Amaro Cavalcanli, 623 — Engenho de Dentro — Telefone 9-1202

# A PEROLA DO ÍNDICO

Lourenço Marques, — a encantadora capital da Província de Moçambique —, é uma cidade ainda jovem mas já notável pelo pintoresco das suas paisagens, pelo amplo traçado das suas artérias, pela excelência do seu pôrto, pela sumptuosidade do seu *palace*, o *Polana*, e pela garridice das suas praias sôbre cujas areias fulvas o Índico vem espreguiçar-se voluptuosamente, cujas graças aumentam dia a dia, mercê do esforço admirável dos nossos irmãos que lá vivem e trabalham na consolidação de um Portugal Melhor.

O seu progresso é um facto indiscutível,

como temos provado nas páginas deste BOLETIM e como hoje voltamos a demonstrar com estes dois clichés do moderníssimo Cine-Teatro Gil Vicente, recentemente construído e inaugurado.



FACHADA DO CINE-TEATRO GIL VICENTE



UM ASPECTO DA PLATEIA NA NOITE DA INAUGURAÇÃO

Povoar não é somente acumular elementos humanos em determinada região. Sem prévia verificação das condições do meio físico, sob o triplice aspecto de terra fértil, salubre e de fácil acessibilidade aos escoadouros normais da produção; sem assistência social e auxílios técnicos, não é possível fixar, com segurança de êxito, populações que apenas dispõem, para progredir, do esforço próprio e do trabalho rudimentar.

DR. GETULIO VARGAS

# A epopeia de Massangano Reconquista de Luanda

Conferência realizada no "Grémio Recreativo e Beneficente do Lubango", no dia 21 de agosto de 1932 e gentilmente cedida para este Boletim.

POR GASTÃO DE SOUSA DIAS

OFICIAL DO EXÉRCITO — ESCRITOR — PROFESSOR E PUBLICISTA  
SÓCIO-CORRESPONDENTE DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO

(Conclusão)

## II

D. João IV por carta régia de patente de 20 de Setembro de 1647, confiara a Salvador Correia de Sá e Benevides, almirante do mar do Sul, general e cabo das frotas do Brasil, nomeando-o Governador e capitão general do Reino de Angola, o encargo de realizar a sua reconquista.

Para êsse fim partiu Salvador Correia para o Brasil, onde, desenvolvendo uma febril actividade para a organização da armada, conseguiu dos moradores do Rio de Janeiro um empréstimo de 55.000 cruzados para o aparelhamento de 6 navios, com 900 homens de desembarque, e adquiriu à sua custa mais 4 navios, os quais, com outros 5 que lhe foram fornecidos pelo conde de Vila Pouca, almirante da armada real da Bafa, perfaziam um total de 15 barcos de guerra.

A 12 de maio de 1648 a esquadra levantava ferro do Rio de Janeiro com 1.200 homens, alcançando a costa africana nas alturas do Cabo Frio e navegando para o norte até ao pôrto de Quicombo, a sul de Benguela-Velha, onde sofreu um temporal que fez sossobrar a nau almirante, morrendo cerca de 300 homens e o próprio almirante, Baltazar da Costa de Abreu.

Salvador Correia reúne o conselho dos seus oficiais e expõe-lhes a situação angustiosa do punhado de portugueses de Massangano, a quem os holandeses faziam o maior mal. Atendendo à sua posição precária e ainda ao facto dos holandeses terem quebrado as tréguas estabelecidas, propôs que, em vez de construírem um forte em Quicombo, seguindo por terra em seu auxílio, como era de seu regimento, continuassem imediatamente a navegação para Luanda, chave de Angola, e a tomássem à viva força, se o flamengo a não quisesse entregar. A sua proposta foi aceita e a esquadra levantou ferro em direcção a Luanda.

A armada, tendo entrado pela barra da Corimba, fundeou por cima do forte do Penedo. Logo Salvador Correia mandou a terra um emissário, que dêsse a conhecer aos holandeses as suas intenções de atacar a cidade, atentas as deslialdades havidas para com os portugueses. O director holandês pediu oito dias para resolver, contando reunir em Luanda cerca de 300 soldados que tinha no interior e muito gentio aliado. O emissário porém levava instruções para conceder apenas três dias. E, acabados êstes, de novo o emissário foi a terra para saber quais as resoluções tomadas: os holandeses, re-

colhidos nos fortes do Mórro, de Nossa Senhora da Guia e de Santo António, negavam-se a entregar a cidade.

Na armada foi logo disparado um tiro de peça, sinal estabelecido para o desembarque. A infantaria ganhou rapidamente as alturas próximas, onde ouviu missa, avançando de seguida até ao mosteiro de S. José, já sob o fogo da artilharia holandesa. Aí fez alto, enquanto se procedia ao reconhecimento das trincheiras da cidade.

No dia seguinte, 15 de Agosto, as tropas fizeram uma enérgica avançada, levando à frente duas companhias de mosqueteiros, comandadas por Francisco Vaz Aranha o Tormenta e Manuel Dias, que se encontraram com os muxilundas, repelindo-os para além das trincheiras e forçando-os a recolher à cidadela do Mórro de S. Paulo. E' tomado o corpo da guarda e as casas do govêrno.

A companhia de Manuel Dias avança contra o forte de Santo António, que, em face da decisão do ataque é abandonado pelos ocupantes.

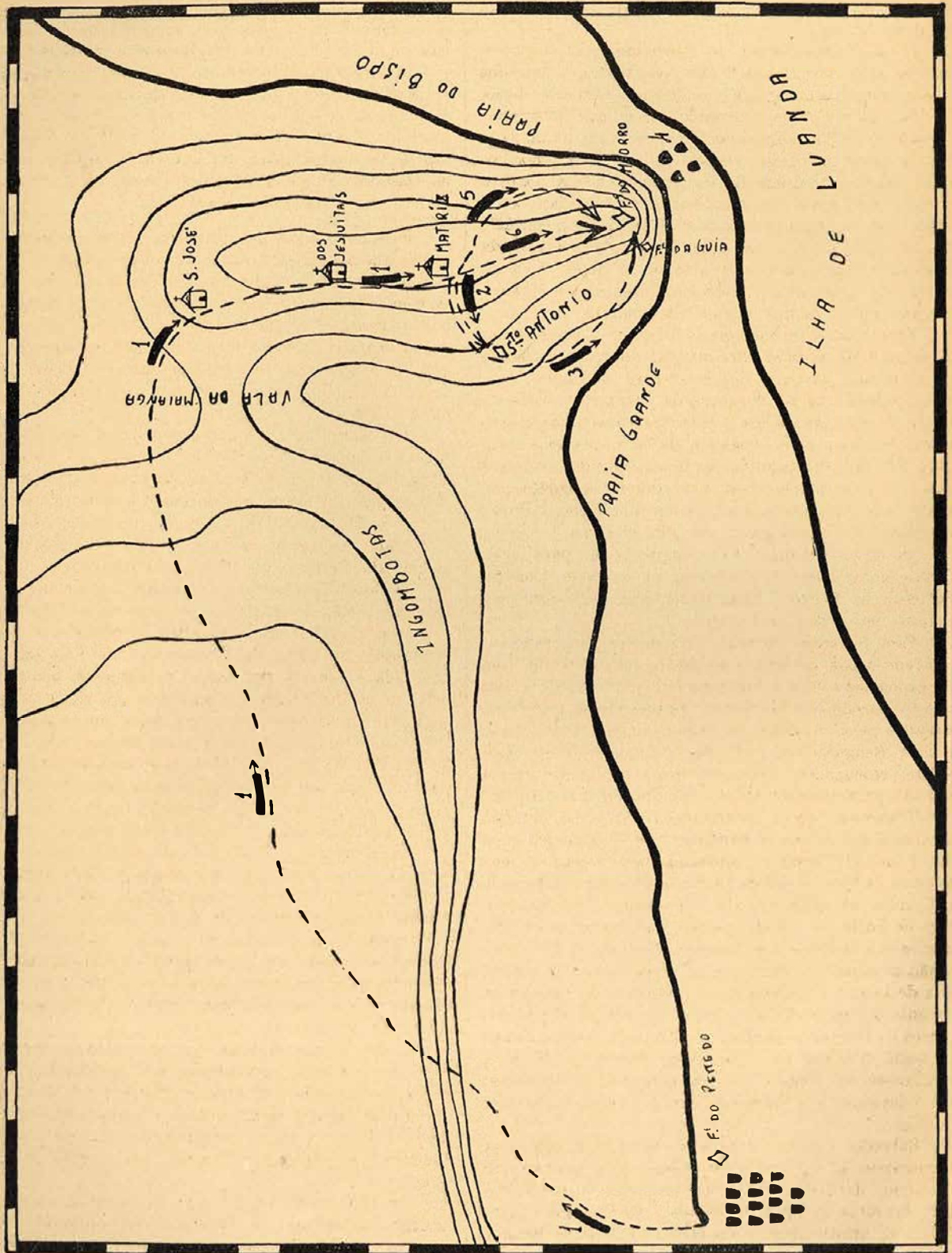
Respondendo à artilharia do mórro que bombardeia a cidade, Salvador Correia manda estabelecer duas baterias na Matriz e começa a bater enérgicamente o forte, onde se haviam recolhido os moradores holandeses e a guarnição da cidade.

Entretanto Salvador Correia é avisado de que os portugueses de Massangano, na última extremidade, estavam prestes a render-se. Manda apressar a avançada ao forte do Mórro, dando ordem ao sargento-mór, Diogo Coelho de Albuquerque, para dispôr as fôrças, que fôram distribuídas em quatro colunas, destinadas a um ataque simultâneo: a primeira, sob o comando de António da Fonseca de Ornelas, desceria à Praia Grande, subindo depois pela rampa que ligava o forte da Guia ao Mórro; a segunda, comandada pelo capitão João Sarmento, realizaria um ataque demonstrativo em batéis e chalupas pelo lado do mar; a terceira seguiria pela Praia do Bispo; a última, e mais importante, sob o comando do capitão Manuel Jorge Carmelo avançaria da Matriz sôbre o forte, em ataque directo.

Não foi porém mantida a simultaneidade dos esforços: mercê da noite, as colunas perderam a ligação e o assalto directo desenvolveu-se isoladamente, sendo repellido; e, quando o dia nasceu, verificou-se que as perdas eram de 163 mortos e 160 feridos!

Mas a férrea vontade de Salvador Correia não dobra perante tão pesado insucesso: manda activar o bombardeamento sôbre o Mórro e já preparava um novo assalto,





Somos uma grande nação colonial. Fortalece-a com o teu estudo, com o teu esforço continuado e, se fôr necessário, com o teu sacrificio, e seremos uma nação forte.

quando, com surpresa de todos, no forte foi içada uma bandeira branca !

O bombardeamento é imediatamente suspenso; um parlamentar avança à fala dos sitiados; e, trocados refens, começa sem demora a conferência para a rendição.

Salvador Correia, querendo evitar que do interior chegassem os 300 holandeses que operavam juntamente com a gente da Ginga, aceitou as condições propostas pelos vencidos. Saiam do forte "com toda a honra e decôro, com gente formada, bandeiras tendidas, corda acêsa, bala em boca, ao toque de suas caixas e clarins", em direcção à praia, onde seriam desarmados e de seguida embarcados nas náus que os levariam ao Brasil. Ao todo saíram da fortaleza mil holandeses, franceses e alemães e quasi outros tantos negros muxilundas.

Embarcados os holandeses, Salvador Correia tomou as necessárias medidas para quebrar qualquer veleidade de resistência da parte dos holandeses internados, que, acompanhados de 2.000 negros da Ginga e vassallos do rei do Congo, avançavam a marchas forçadas para acudir à cidade, onde chegaram de facto passados cinco dias. Em face das capitulações já estabelecidas, os holandeses resolveram render-se, com grande indignação do gentio que os acompanhava, embarcando em chalupas na praia de Cassandama, em direcção aos 3 navios, em que os seus compatriotas os aguardavam para poderem levantar ferro. As fortalezas da barra de Cuanza, da barra do Bengo e Ensandeira fôram entregues pela própria letra das capitulações.

Para Benguela seguiram dois navios, entregando-se a cidade depois de fraca resistência; para S. Tomé, iam ser expedidos navios e dois patachos com o fim de ajudarem os moradores a libertar-se dos holandeses, mas estes, avisados pelos vencidos de Angola, tinham abandonado a ilha; Benguela-Velha, Pinda, e Luango foram facilmente recupados pelos portugueses. Reconquistada Luanda, em dois meses Angola veio de novo à nossa mão !

Tratava-se agora de restabelecer o nosso domínio perante o gentio que se bandeára com o flamengo: o rei do Congo, D. Garcia II, ameaçado pelas fôrças de Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha, enviou uma embaixada a Luanda, acompanhada do capuchinho Frei Boaventura de Sorrento, a pedir perdão, que lhe foi concedido, mediante a cedência dos "montes nos quais se diz que se achão as minas de ouro e prata," dando como garantia a ilha de Luanda, devendo ainda sujeitar-se ao pagamento de uma indemnização e de imposto, cedendo aos portugueses os territórios para sul do Dande; a raínha Ginga acossada enêrgicamente por Diogo Gomes de Morales, refugiou-se nos confins dos seus domínios, enviando daf humildes súplicas a Salvador Correia no sentido de obter perdão.

Salvador Correia convida os antigos moradores a regressarem às suas casas da cidade, cuja reconstrução promove, dando-lhe terras de sesmarias e concessões para lavouras ao longo do Dande e do Cuanza, e mandando ao mesmo tempo reparar os edificios do Estado, arruinados pelo bombardeamento. Mais tarde concede moratória aos moradores de Angola para, durante dois anos, não poderem ser demandados por dividas contraídas antes da invasão holandesa.

Para recompensar a dedicação e o sacrificio daquelles que tão bizarramente se haviam batido pela libertação da Colónia, montando ao mesmo tempo a admi-

nistração, com gente de inteira confiança, nomeia para os cargos administrativos e de comando os que mais se haviam distinguido pela sua firmeza e lealdade.

Mas Salvador Correia não se revelou somente como valoroso guerreiro e sábio administrador. A sua bondade e clemência conquistaram-lhe a estima de todos: a Câmara de Luanda ofereceu-lhe, em sinal de reconhecimento pelos seus feitos, um terreno na cidade, no sítio da Quitanda Pequena e instituiu festividades religiosas para o aniversário da reconquista.

Passado o rigor das primeiras repressões contra o gentio que se bandeára com o holandês, Salvador Correia recomenda a João Guterres de Moraes, que em 1649 foi nomeado sargento-mór do reino do Congo, a respeito dos indígenas "o perdão dos seus crimes, como estão obrigados, evitando alguma força, que seus credores lhe façam, pela satisfação das suas dividas, fazendo-os cumprir com suavidade que se requiere para subditos novamente sujeitos".

Aos chefes indígenas que estiveram ao lado dos portugueses concedeu isenção de tributos; ao quilamba Bangobango, que desde a perda de Luanda acompanhou fielmente Pedro César, foi concedido o hábito de Cristo; e o rei do Dongo, D. Filipe Airi, foi recebido em Luanda com tôdas as honras militares, sendo-lhe oferecido no palácio do Gôverno um esplêndido banquete.

Os holandeses porém não haviam largado por completo as costas de Angola, onde procuravam continuar a exercer o tráfico da escravatura e dificultar a nossa navegação: no pôrto de Pinda uma náu flamenga foi abordada e tomada por barcas portuguesas; pouco depois um socôrro de gente e munições que vinha de Portugal, foi aprisionado pelos holandeses no Luango; em 1650, cinco navios flamengos tomaram-nos dois barcos do Brasil; e no ano seguinte de novo os holandeses apareceram, indo ao seu encontro com três navios João Duque, que foi morto em combate, tendo a tripulação portuguesa continuado a luta até à retirada do inimigo.

Em Benguela, o Governador Duarte Lemos foi massacrado com as suas fôrças no sobado de Gola-Angimbo. Avança para alí por terra com um grande poder o tenente-general Francisco Ribeiro de Aguiar, que morreu no Libolo, tomando o comando da coluna o valoroso Diogo Gomes de Morales. Depois de grandes e penosas marchas os portugueses alcançam o local onde se déra a morte de Duarte Lemos, travando luta vantajosa e atingindo a coluna as márgens do rio Cuvo.

Contra o soba Ambuíla, que se opunha ao exercicio livre do comércio, concentra-se em Massangano uma coluna comandada por António Teixeira de Mendonça que, tendo seguido para Ambaca e atravessado os rios Zenza e Dande, o ataca, obrigando-o a mandar à pressa embaixadores a Salvador Correia com pedido de vasalagem.

Em 1651, após um Gôverno de exemplar energia e intelligência, deixando a Província reconquistada e pacificada, Salvador Correia retirou para o Rio de Janeiro.

\*

Peço-vos desculpa se não correspondi àquilo que de mim esperáveis. Mas o trabalho que vos li é filho de algum estudo e applicação, por meio dos quais foi possível arrancar de papéis poeirentos e de livros envelhecidos, o quanto de verdade a história pode dar.



Na evocação dos assuntos históricos, é fácil caminhar quando as fontes são poucas, por que então ainda entre elas se mantém uma tal ou qual coerência. Logo que as fontes se multiplicam, começam as dúvidas e as contradições. Já Anatole France, na sua leve ironia de céptico, o tinha notado: "As perplexidades começam logo que os acontecimentos são relatados por duas ou mais testemunhas, porque os seus depoimentos são sempre contraditórios e sempre irreconciliáveis." E' éste um dos casos em que o próloquio *quod abundat non nocet* não é verdadeiro...

Nestas condições o trabalho de evocação histórica transforma-se numa luta de análise em que o escritor tem de pôr em jôgo tôdas as suas faculdades de crítica, para comparar, medir, recusar ou escolher definitivamente. Simples e insignificantes detalhes, uma data, um nome, uma indicação fortuita, assumem por vezes nesta natureza de trabalhos uma importância excepcional.

Por isso a história não é por forma alguma um quadro frio e descolorido. Erram aqueles que a julgam reduzida a um trabalho de coordenação de factos, uma crónica fria de acontecimentos mortos. O homem que faz história deve procurar extrair dos documentos o quanto de verdade êles encerram, e, uma vez na posse desses elementos, dar-lhes vida, animação, de forma a tornar a história palpável e animada aos olhos de todos, sem diminuir o drama patético que ela em si comporta.

Tentei animar perante vós uma página da nossa história ultramarina, em que homens da nossa raça desenvolveram um esforço sôbre-humano.

Se por meio dela consegui fazer vibrar na vossa alma de portugueses o orgulho de o sêrdes e a disposição ou anseio de os imitar no momento próprio, não foi em vão que trabalhei, porque a história, para ser história, precisa acima de tudo de conter em si uma lição de alta e nobre moralidade!

*Gustavo Sousa da*



#### ACTUAIS GOVERNADORES DAS PROVINCIAS ULTRAMARINAS

ANGOLA — Coronel Eduardo Ferreira Viana.

MOÇAMBIQUE — Coronel José Ricardo Pereira Cabral.

GUINÉ — Major Luís António de Carvalho Viegas.

CABO-VERDE — Capitão Amadeu Gomes Figueiredo.

S. TOMÉ E PRINCIPE — Cap. Vaz Monteiro.

TIMOR — Major Dr. Raul Manso Preto.

INDIA — General João Carlos Craveiro Lopes.

MACAU — Coronel Bernardes de Miranda.

## NOVO DICCIONARIO POPULAR

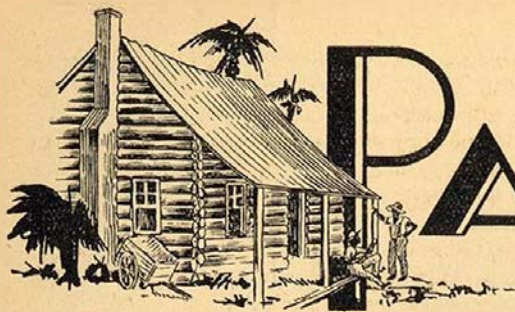
DO PROF. JOSÉ OITICICA

Cada Fascículo: 1\$000 Réis  
EM TODO O BRASIL

PEDIDOS Á INDUSTRIA DO LIVRO EDITORA (ANTIGA CASA A ENCADERNADORA — FUNDADA EM 1890)

J. DE OLIVEIRA TELLES

RUA S. JOSÉ, 35 — Telef. 3-0804 — RIO DE JANEIRO



# PANORAMA

## Exposição Colonial do Pôrto

O Pôrto, terra de Homens Bons, que D. João I tanto apreciára, berço do Infante D. Henrique, o místico dos Descobrimentos; cidade de trabalho cujos bríos patrióticos seria supérfluo encarecer, tão conhecidas e apreciadas são de todos os portugueses as suas jornadas cívicas desde os primórdios da nacionalidade, prepara-se com o entusiasmo e a gallardia que lhe são habituais para mostrar na máxima plenitude à maioria dos seus habitantes e aos milhares de forasteiros, nacionais e estrangeiros, que em meados do corrente ano visitarem os amplos salões e os caprichosos jardins do seu Palácio de Cristal, o valor e os recursos do Império Português, repartido ainda hoje pelos continentes de Europa, Ásia, África e Oceania.



Por intermédio da imprensa temos tido o grato prazer de verificar que dia a dia se acelera o afan dos organizadores deste grande *certamen*, dirigidos pelo espirito dinâmico do Sr. Tenente Henrique Galvão e amparados pelo apoio moral de todos os portugueses e particularmente de todos os *tripeiros* ferrenhos, — e ainda está por nascer o portuense que não seja um bairrista acérrimo, *até debaixo de água* —, os quais desejam aproveitar este novo e honroso ensejo para afirmarem triunfantemente os seus nobres sentimentos patrióticos e o seu justificado orgulho por ter sido a capital nortenha a escolhida para a realização da primeira Grande Exposição Colonial Nacional.

## OS FILMS COLONIAIS

Não tendo correspondido á expectativa do público, muito pelo contrário, os *films* coloniais exibidos durante a semana portuguesa da Feira de Amostras do Rio de Janeiro, deixamos de fazer-lhes o menor comentário, quando mais não seja para nos esquecermos completamente de tão lamentáveis exhibições.

## Congresso da Raça Negra

Deve realizar-se nas cidades de Lisboa e Porto, em data ainda não fixada do ano vindouro, o primeiro Congresso Nacional da Raça Negra, sob o patrocínio da Junta Nacional Africana, que deste modo procura cumprir o programa do Pacto de Aliança de 20 de Junho de 1933, mercê do qual foi constituída a Frente Unica dos Africanos Portugueses.

Tanto em Portugal como nas Províncias Ultramarinas há grande e vivo interesse à roda deste acontecimento, motivo pelo qual já é elevado o número dos congressistas inscritos.

## A Exposição de trabalhos coloniais executados pela Marinha Portuguesa

Tôda a imprensa de Portugal se referiu elogiosamente á exposição de trabalhos coloniais executados pela nossa marinha de guerra e levada a efeito em meados do corrente ano, nas salas da Sociedade Nacional de Belas Artes.

Do que foi este brilhante acontecimento, dirá no próximo número do *BOLETIM*, com os seus conhecimentos e com a sua autoridade de organizador da exposição, o nosso ilustre colaborador, Sr. Capitão-Tenente Jaime do Inso, o que não obsta, porém, a que, para darmos aos nossos leitores uma idéia da grandiosidade do certamen, transcrevamos do "Diário de Lisboa", o simpático e difundido vespertino, a seguinte apreciação:

“Não é sem uma forte emoção patriótica que se olham os mapas, as fotografias, as armas gentílicas, os padrões, as cartas hidrográficas, as bandeiras, as mil e uma curiosidades expostas, representativas do esforço glorioso da armada, nas terras dilatadas de além-mar. Não houve a pretensão de reunir, no recinto, que apesar de grande é acanhado para esta exposição, os três continentes, onde há terra, sangue e língua portuguesa. Cada colônia tem, digamos assim, o seu “stand” decorado com gosto e simplicidade.

Angola está documentada por centenas de fotografias, algumas célebres, como as que dizem respeito ás operações do batalhão de Marinha, no sul da província, durante a grande guerra. Há uma do desembarque da coluna, em Mossâmedes, bem significativa pelo entusiasmo, pelo heroísmo e pela nobreza de que dão mostras as praças. Muitos “clichés” de reconhecimentos e explorações ao interior, bem como estradas, delimitação de fronteiras, altas de tropas, caçadas, indígenas que acompanharam os nossos exploradores nas suas expedições, etc.

Algumas metralhadoras e espingardas, usadas pelo fogo, decoram o “stand” do nosso maior domínio ultramarino.

Há que abrir um parágrafo especial para Macau, que tem uma longa e curiosa documentação. Nela se vê, sobretudo, a obra do grande marinheiro Carlos da Maia, lealíssimo até ao sacrifício. Impressiona ver o seu retrato, de olhar puro, reflectindo bondade. Tôdas as fotografias são muito curiosas, revelando aos portugueses que nunca saíram da metrópole, a importância de Macau, linda cidade, duma sugestiva arquitectura, metade europeia, metade chinesa. Entre as peças de importância, figuram uma carta do grande revolucionário Sun-Yat-Sen, escrita em francês a Carlos de Maia, e dois cachorros de pedra, do século XVI, que estavam á entrada do primeiro collegio de jesuítas portugueses, fundado na China.

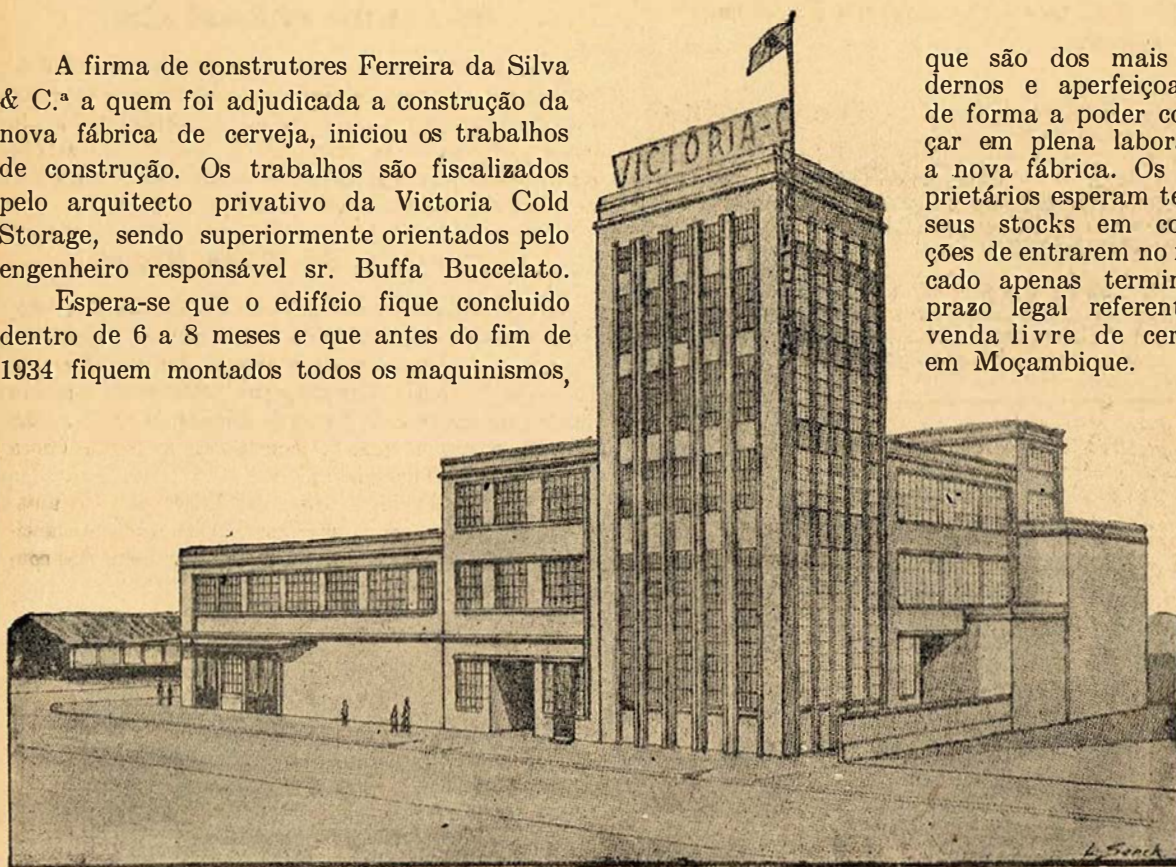
Moçambique, S. Tomé, Guiné, India e Cabo Verde estão, largamente representados, com fotografias, cartas geográficas e outros documentos de alto interesse científico e histórico”.

## O PROGRESSO DE LOURENÇO MARQUES

A firma de construtores Ferreira da Silva & C.<sup>a</sup> a quem foi adjudicada a construção da nova fábrica de cerveja, iniciou os trabalhos de construção. Os trabalhos são fiscalizados pelo architecto privativo da Victoria Cold Storage, sendo superiormente orientados pelo engenheiro responsável sr. Buffa Buccelato.

Espera-se que o edificio fique concluido dentro de 6 a 8 meses e que antes do fim de 1934 fiquem montados todos os maquinismos,

que são dos mais modernos e aperfeiçoados, de forma a poder começar em plena laboração a nova fábrica. Os proprietários esperam ter os seus stocks em condições de entrarem no mercado apenas termine o prazo legal referente á venda livre de cerveja em Moçambique.



*Se puderes, vai ás colónias. Mas prepara-te primeiro. Há lá lugar para a tua actividade sabedora. A Nação portuguesa, grande Império Colonial, precisa viver una e forte. Conta para isso com o teu esforço calmo mas sem desânimos.*

*Bem conhecer as colónias é um dever de todos os Portugueses. Cumpre o teu dever.*

## VISÕES DA CHINA

POR Jaime do Inso  
CAPITÃO-TENENTE



O Sr. Comandante Jaime do Inso é, na geografia da literatura portuguesa, o representante e o paladino do Extremo Oriente, — dessa região de maravilhas e sortilégio, cujo clima cultural e artístico enfeitiçou e prendeu até á morte o espírito gentil de Wenceslau de Moraes, da mesma forma que, embora diversamente, havia impressionado em tempos remotos o autor da *Peregrinação*, Fernão Mendes Pinto, o nosso ainda hoje encantador Fernão Minto...

O enigma oriental, ou seja o Oriente com os seus mistérios — mistérios que se conservam intactos ao longo do tempo e do espaço, e mais impenetráveis que a famosa muralha — exerceu sobre o espírito do Sr. Comandante Jaime do Inso, durante os anos que viveu em Macau e por lá andou, uma influência carinhosa e atraente, uma paixão igual em sinceridade mas sem paralelo em intensidade com a que empolgou o delicado anacoreta de Tokushima...

Que semelhante influência e tal paixão subsistam são os nossos votos, afim de que o Sr. Comandante Jaime do Inso nos continue a brindar com outros livros do teor de "O Caminho do Oriente" e "Visões da China" — livros que nos descrevem e falam dessa região longínqua e lendária, cujo mistério "se respira na atmosfera baça e húmida da maior parte do ano, na tristeza fatalista do ambiente, nos caracteres cabalísticos da sua ideográfica, espalhados por toda a parte, na compleição búdica dos seus habitantes, na música estranha da sua linguagem, nas linhas fantásticas dos seus barcos, na super-imaginação do pensamento, traduzida a cada passo — desde o teatro ao casamento, ás festas e á morte!"

Ainda um pormenor que muito recomenda estes livros: o esforço patriótico do autor em chamar a atenção dos comerciantes e dos industriais portugueses para o panorama económico do Oriente, onde poderão ser colocados com êxito alguns dos nossos produtos.

## PEDRAS PARA O TEMPLO

POR Hipólito Raposo



Este novo livro do Dr. Hipólito Raposo — um dos mais altos expoentes do integralismo lusitano — compõe-se de estudos esparsos por jornais e revistas doutrinárias e agora compilados em volume, por sinal uma elegante brochura de duzentas e cinquenta páginas, editada pela Livraria Civilização, do Porto.

Acham-se esses estudos divididos em duas partes: *Entre gente remota* e *Na casa lusitana*.

Na primeira parte o illustre escritor faz, de acôrdo com as suas ideologias, o estudo e a

apreciação de certos actos relacionados com a vida do nosso Ultramar, principiando com um trabalho acêrca dos planos de D. Sebastião e dos motivos que o levaram a tentar apoderar-se de Marrocos. Mesmo aqueles que não concordam com as conclusões do autor não podem furtar-se a reconhecer a seriedade do trabalho e a nobreza das intenções que o ditaram.

Na segunda parte versa sobre homens e coisas da velha casa lusitana, merecendo leitura e especial relêvo o trabalho acêrca de Henrique da Gama Barros, o infatigável historiador que o Dr. Hipólito Raposo classifica como sendo "o último dos grandes representantes do pensamento construtivo em Portugal no século passado".

"Herculano, — escreve o autor —, discípulo latino dos métodos germanicos, escreveu a história com a solenidade de quem gravasse para todos os séculos, uma inscrição de bronze; Oliveira Martins, transportando para o passado o pessimismo do seu tempo, viveu a história como um drama de tese moral; Alberto Sampaio interpretou-a com a continuidade da nossa genealogia étnica, solidarizando os séculos aos milénios, pelo arado, pela lança e pela âncora; Gama Barros empreendeu uma restituição da vida já vivida, recompondo friamente o dinamismo da velha sociedade portuguesa."

Digno também das melhores palmas o capítulo intitulado: Lusitanidade — "roteiro do mundo, esplendor heróico, evangelho de gentios, baptismo de estrelas!"

## MARIA DA LUZ

POR José Castilho



José Castilho, inspirado poeta e brilhante prosador limiano, companheiro querido e saúdoso de horas altas de esperança e de ilusão, mandou-nos o seu mais recente trabalho literário, uma linda novela a que deu o nome saboroso e meigo de *Maria da Luz*, lançada a público em elegante brochura e com uma capa encantadora de finura e de expressão, da autoria do illustre pintor Fausto Gonçalves.

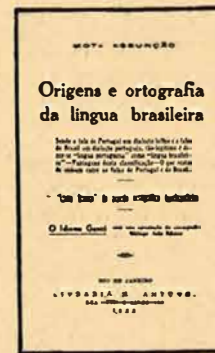
A-pesar de insulado na provincia, lá para os Arcos de Valdevez, em pitoresco e bucólico recanto minhoto, — dos

mais sugestivos e formosos que meus olhos viram —, por conseguinte longe das arenas da fama, das igrejinhas literárias do "Chiado" e da "Garrett", onde, a par de escritores e artistas de comprovados méritos, se exaltam e enchem de vento tantas mediocridades e tantos talentos de pacotilha, José Castilho vai seguindo triunfalmente a sua carreira literária, iniciada sob os maiores auspícios e os mais honrosos louvores com o livro "Contas do meu rosário".

Neste seu recente trabalho, *Maria da Luz*, o festejado escritor vence com galhardia tôdas as dificuldades de uma novela bem urdida, de modo que consegue dar-nos em cento e meio de páginas de boa prosa, *branda e clara* como as águas transparentes do nosso Lima, — desse Lima de encantamento que da sua janela o autor vê "passar, carpindo máguas que jamais ninguém compreendeu." — um caso de amor, arrancado á vida, em que se destaca pela sua constância, seu estoicismo e sua fidelidade heróica, uma linda figura de Mulher, esposa humilde e resignada, de cujos martírios, impostos pelo marido que se aventura por terras estranhas em busca da fortuna, o próprio marido a confôrta e consola, num regresso definitivo que é um acto de contrição ante o rincão florido em que nascemos.

## A LÍNGUA BRASILEIRA

POR Mota Assunção



Com este titulo acaba o Sr. Mota Assunção de reunir em volume os artigos que publicára in-"A Noite", a respeito do para todo o sempre malfadado acôrdo ortográfico do Sr. Júlio Dantas, — babilónia cacográfica que ficamos a dever ao presidente da Academia de Ciências de Lisboa, o qual firmou um acôrdo que é o mais perfeito e completo desacôrdo que se poderia conceber, e de tal sorte que cada um passou a grafar as palavras consoante as pronuncia, transformando ir-

remediavelmente o idioma num labirinto inextrincável, numa Cafarnaun onde toda a gente berra e ninguém se entende.

Que as conseqüências de semelhante balbúrdia só podem ser lamentáveis e perigosas para a integridade da lingua portuguesa, ameaçada de ser desfigurada ao sabor dos caprichos e da pronúncia de cada um, — ainda há dias foi a nossa atenção chamada para um anúncio em que a palavra acessórios aparecia *aquicessórios* —, é coisa assente e que não admite dúvidas, a não ser para o Sr. Júlio Dantas, o qual continuará como até agora a replicar aos que o accusam da leviandade que praticou:

— *Mas isto é descer, meus senhores?*

Quanto ao livro do Sr. Mota Assunção, publicado com a louvável intenção de esclarecer desassombradamente determinados eufemismos, de pôr á mostra certos factos que os convencionalismos trazem encobertos, diremos que deve ser lido por brasileiros e portugueses, que nele encontrarão entre algumas coisas menos exactas, verdadeiras como punhos e aos centos.

O autor, que é português mas vive no Brasil desde os quatro anos de idade, pôde por este facto explicar a razão de certos fenómenos de agressividade que por vezes nos deixam perplexos. Eis, quanto a nós, o principal mérito do livro do Sr. Mota Assunção, que lemos com muito agrado e proveito.

Gravador Pastor  
R. PEDRO 1º 47 TELEF. 2-7095  
RIO DE JANEIRO

CLICHÉS  
EM ZINCO E CORRE  
TRICROMIAS  
DOUBLES  
GRAVURAS E ZINCO  
GRAFIAS ETC.



TOMA-SE UMA VEZ  
E REPETE-SE TODA A VIDA

## F. JORGE DE OLIVEIRA &amp; C.

Compradores e vendedores em grande escala de sólas, couros nacionais e estrangeiros e acessórios para fabricação de calçado

Importação e Exportação

CASA FUNDADA EM 1899

A MAIS SORTIDA — OS MENORES PREÇOS  
RUA ANDRADAS, 93 e 95

Telefone 4-1804 — Caixa Postal 1366

End. Teleg.: TRONCAL Cods.: Ribeiro e A. B. C., 5.ª ed.

RIO DE JANEIRO

# O Início da Colonização Portuguesa

CEDIDA GENTILMENTE PARA ÊSTE BOLETIM

Conferência realizada na "Sociedade de Geographia de Lisboa", durante a Semana das Colónias de 1932

(Conclusão)

por CARLOS COIMBRA

**E**m 1582 e 1595 foi aquêl arquipélago saqueado pelos ingleses e em 1712 pelos franceses.

Em Macau também os holandeses fôram perturbar os nossos estabelecimentos. Em 24 de Junho de 1622 tentaram o desembarque

São ainda os holandeses quem, apròximadamente de 1732 a 1769, instiga o gentío de Timor contra o nosso domínio, chegando ao extremo de ser ministrado veneno por Francisco Homay ao governador Dionísio Gonçalves Rebelo.



D. JOÃO DE CASTRO

com 13 náus, no que fôram impedidos pelos nossos; em 1627 fizeram nova tentativa igualmente infrutífera.

Mas felizes ou não, a verdade é que as visitas desta ordem não eram de molde a impulsionar o comércio de uma província.

Escudando-se com o pretexto de que sustentavam uma guerra com a Espanha, durante o domínio castelhano, introduziram-se naquela nossa colónia, revoltaram o indígena, falsearam os tratados e ilegalmente se instalaram numa possessão que a título algum lhes pertencia.

São ainda os holandeses quem cêrca Malaca durante o govêrno de D. Aleixo de Meneses; depois seguiu-se Cochim, tôda a costa do Malabar e, por fim, os nossos estabelecimentos da Oceânia.

Foi nestas deploráveis circunstâncias que o mais pequeno povo da Europa, o mais pequeno em população e superfície territorial, mas dos maiores em grandeza de alma, se revelou o seu maior povo colonizador.

As dificuldades naturais que se antolhavam nada eram ao pé da necessidade de policiar todos os mares contra esquadras que, clandestinamente ou não, nos assolavam os domínios e assaltavam os barcos de comércio.

E não obstante, a obra realizou-se. A nenhuma dessas nações interessava no mais pequeno gráu o destino do gentío, o estado moral e material, superior ou inferior, em que se pudessem encontrar as tribus africanas ou os povos asiáticos.

O que os atraía era o lucro, quer da venda de material de guerra ao negro para que êle mais fâcilmente se pudesse revoltar contra nós, quer o assalto ás galeras de mercadorias. E, no entanto, como tudo isto é diferente do que se passava em Portugal!

Nunca em nossos portos se armaram flibusteiros para prejudicar o comércio de qualquer nação; nunca se foi, nos nossos actos coloniais, contra os interesses de estranhos. Estes é que, uma vez realizados os descobrimentos, e começada a obra de colonização, queriam colher ilegalmente os frutos sem correr os riscos.



Situação cômoda esta que, para honra do nosso bom nome de portugueses, nunca ocupamos. Aquêlê estado de coisas manteve-se até ao fim do século XVIII e a obra realizou-se.

Guardei propositadamente para o fim o ponto que eu considero mais importante de tôda a nossa obra colonial e ao mesmo tempo fulcro das mais graves acusações que se têm feito á nossa capacidade colonizadora.

Da campanha organizada contra os nossos domínios ultramarinos, numa altura em que era mais fácil e mais cômodo o govêrno dos povos coloniais, sobressaía, com um *mot d'ordre* de antemão combinado, a calúnia de escravagistas.

Não nos defendemos da acusação nem com o fundamento, a rispidez ou sequer a energia que se tornavam necessários. Ante a nossa defesa frouxa a mentira medrou, floresceu, frutificou!

No seu manifesto a propósito do *bill* de Lord Palmerston diz o Visconde de Sá da Bandeira que Portugal foi o primeiro país cristão que publicou uma lei contra a escravatura pois que em 1773, por um decreto do Rei D. José I foi abolida nas ilhas dos Açôres e da Madeira. Ora a verdade é que as leis portuguesas coibindo e proibindo a escravatura são muito anteriores.

Nas Ordenações Manuelinas ainda os escravos em Portugal, como de resto em todo o mundo, eram considerados como irracionais. Mas os costumes vão pouco a pouco melhorando e, assim como em todos os outros ramos de administração colonial, fômos também no terreno particular da escravatura os precursôres.

Em 1567, o primeiro Concílio Provincial determinava no Decreto 16.º da Acção Segunda:

“Conformando-se êste Sinodo com os cânones antigos ordena que nenhum infiel possa ter escravo fiel,

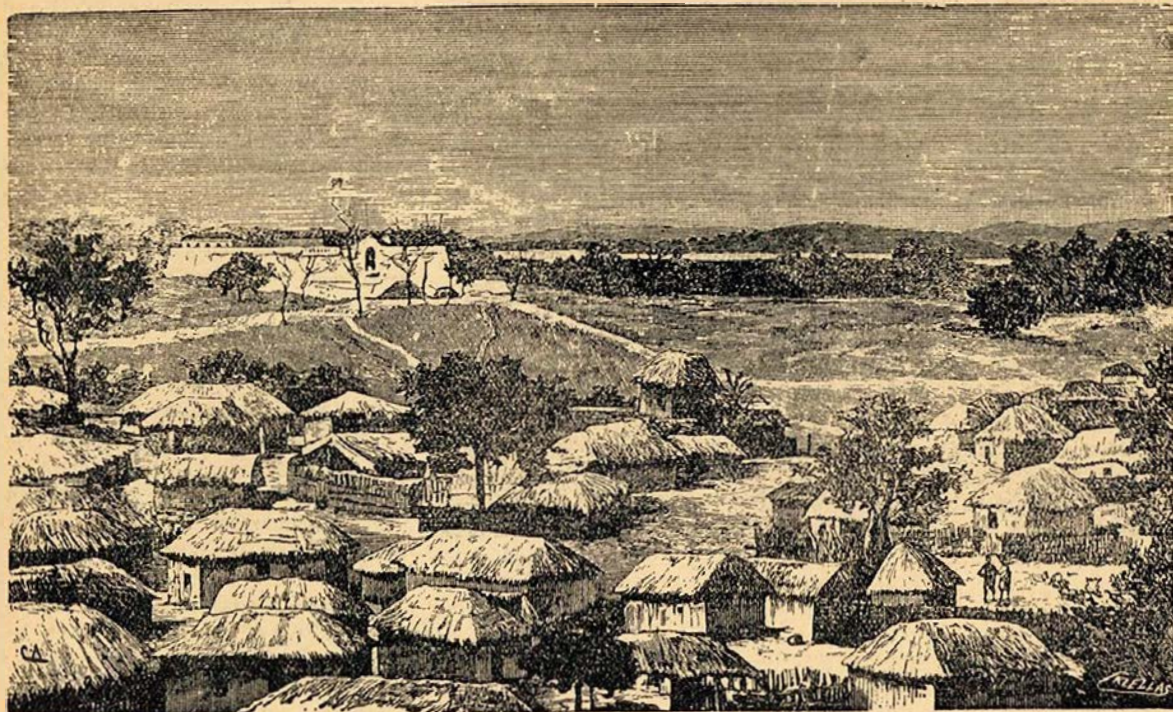
comprando-o ou havendo-o de qualquer maneira fique fôrro. E se algum escravo de qualquer infiel se viêr fazer cristão, da mesma maneira ficará fôrro sem por êle lhe darem preço algum...”

O Decreto 18.º da mesma acção diz:

“Em Malaqua... ordenamos que as mulheres e moços de pouca idade (em que comumente não ha perigo de se baptisar com intenção de fugirem) fiquem fôrros: e os homens em que pode haver o dito perigo, examinará o bispo de Malaqua; e vendo que são pessoas de que se espera perseverança na fé, o fará liberto...”

Na acção quarta, e entre outras disposições quanto ao tratamento dado aos escravos que manda seja melhorado, chegando mesmo ao ponto de proibir com determinado número de castigos por desumanos em excesso, estabelece o Decreto 10.º:

“Por entender que nesta provincia há muitos escravos mal cativos com grande detrimento das almas, assim dos que os trazem de suas terras, como dos que os possuem ..... declara conforme a informação que se tomou, que nestas partes por cinco casos sòmente pode haver cativos. O primeiro quando alguma pessoa é filho de escravo. O segundo sendo tomado em justa guerra por seus inimigos. O terceiro quando alguém sendo livre se vendeu, concorrendo das condições declaradas em direito as que são conformes á lei natural. O quarto quando o pai estando em extrêma necessidade vendeu o filho. O quinto se em terra de tal escravo, não houvesse alguma lei justa que mandasse cativar por razão de algum delito a seus transgressores: ..... “E não sabendo da maneira que foi cativo ..... “...assim pelo favor que á liberdade se deve, como pela



UM ASPECTO ANTIGO DE LOURENÇO MARQUES

probabilidade que há de pela maior parte serem furtados e mal cativos, e como os senhores estão em perigo provável de suas consciências lhe recomenda se inclinem a favor da liberdade...”

Tôdas estas determinações, independentemente de terem sido tornadas lei por carta do mesmo ano de 1567 de D. Antão de Noronha, vice-rei da Índia, fôram confirmadas por carta do rei D. Sebastião dada em Almeirim a 19 de Março de 1569 onde diz:

“Hei por bem e me apraz de dar comissam aos ditos prelados e justiças eclesiásticas das ditas partes da Índia, para que por tempo de cinco anos sômente, que começaram no mês de Setembro que vem dêste ano presente de quinhentos e sessenta e nove, e acabarão em Setembro do ano de setenta e quatro, possam por si, e por seus ministros dar a execução e fazer cumprir com efeito todos os capítulos das cousas, que no dito concílio me foram pedidas e que são declaradas em uma minha previsão, que ora passei...”

Como se depreende da leitura dos textos oficiais, a primeira tentativa feita contra o tráfico da escravatura foi estabelecida sôbre a base religiosa, a maior força da época. Isto passava-se em meados do século XVI; seria curioso comparar êstes diplomas com o que então se pensava, sôbre escravos, nos chamados países libertários europeus.

A facilidade de conversão dos orientais á fé cristã tirava ao esclavagismo aquelas características de negócio rendoso que o fizeram perdurar até além de 1850 nas rêplicas americanas. O tráfico tornava-se arriscado e a venda difícil por temor dos compradores que os escravos se convertessem e adquirissem, conseqüentemente, o direito á liberdade. Por outro lado eram sensivelmente diminuídas as condições em que os gentíof podiam ser cativos.

Qualquer das providências pode ser considerada hoje como pouco satisfatória, mas devemos-nos lembrar que isto se passava há perto de quatro séculos e que a moral de então era muito diferente da de hoje. Há um século, pouco mais ou menos, ainda nos países onde as liberdades são mais apregoadas se afirmava que o negro nascia escravo por uma questão de côr de pele.

As providências do Concílio de Gôa têm a avolumar-lhe a importância o facto de ser a primeira tentativa e de se ter realizado em épocas muitíssimo mais recuadas. E assim como na Índia se procedia em todos os outros domínios portugueses.

No Brasil eram igualmente determinadas e diminuídas as condições em que se podiam reduzir os naturais a escravos por carta de lei passada em Évora em 20 de Março de 1570.

“Defendo e mando — diz a carta de lei em questão — que daqui em diante se não use nas ditas partes do Brasil dos modos que se até ora usou em fazer cativos os ditos gentíof, nem se possam cativar por modo nem maneira alguma, salvo aqueles que forem tomados em guerra justa, que os portugueses fizerem aos ditos gentíof com autoridade e licença minha, ou do meu governador das ditas partes, ou aqueles que costumam saltar os portugueses, ou a outros gentíof para os comerem: assim como são os que se chamam Aymorés, e outros semelhantes.

“E os gentíof, que por qualquer outro modo, ou maneira forem cativos, nas ditas partes, declaro por livres:

e que as pessoas que os cativarem não tenham neles direito, nem senhorio algum”.

As condições de justo cativo fôram reduzidas só para o caso de guerra por lei de 11 de Novembro de 1595 e anuladas totalmente por uma Previsão de 5 de Junho de 1605.

Confirmando esta última Provisão era em 30 de Junho de 1609 publicada uma lei em que se determinava:

“... declaro todos os gentíof daquelas partes do Brasil por livres conforme o Direito, e seu nascimento natural, assim os que já foram baptisados e reduzidos á nossa Santa Fé Católica, como os que ainda viverem como gentíof conforme os seus ritos e cerimónias; os quais todos serão tratados, e havidos por pessoas livres, como são; e não serão constrangidos a serviço, nem a coisa alguma contra a sua livre vontade; e as pessoas, que deles se servirem nas suas fazendas, lhes pagarão seu trabalho, assim, e da maneira, que são obrigados a pagar a tôdas as mais pessoas livres de que se servem...”

Como se vê, em matéria de combate á escravatura não se ficou pelas decisões do primeiro Concílio Provincial de Gôa; em 1609 já era dada plena e completa liberdade a todos os gentíof do Brasil.

Numa Provisão passada em Sintra em 20 de Setembro de 1570 mandava El-Rei:

“... que daqui em deante português algum não possa resgatar, nem cativar Japão; e sendo caso, que resgatem, ou cativem algum dos ditos Japões, os que assim forem resgatados, ou cativos ficarão livres, e alem disso as pessoas que os cativarem, ou resgatarem incorrerão em perdimento de toda a sua fazenda...”

Por lei de 19 de Fevereiro de 1624 e confirmada por carta régia de 20 de Março de 1758 “... foi determinado que os chins não podiam, nem deviam ser escravos.... “Para arrancar por uma vez pelas raízes um absurdo tam inaudito, e de tam funestas e perniciosas conseqüências.....

“Sou servido, que da publicação dêsta em deante não haja mais escravidão de chins, nem ainda temporal de certos anos, antes pelo contrário todos os referidos chins de um e de outro sexo são livres, e por tais reputados, sem que para se reterem como cativos possa haver título, ou posse alguma, pois como contrário a Direito Natural e Divino”...

Continuando na luta contra o tráfico é publicado em 2 de Abril de 1761 um alvará declarando os cristãos da Índia em tudo iguais aos portugueses e em 19 de Setembro, também de 1761, um outro alvará determinava:

“... que do dia da publicação desta lei nos portos da América, Africa e Asia, e depois de haverem passado seis meses a respeito dos primeiros, e segundos dos referidos portos, e um ano a respeito dos terceiros se não possam em algum deles carregar nem descarregar nêstes reinos de Portugal, e dos Algarves, Preto ou Preta alguma: Ordenando, que todos os que chegarem aos sobre-ditos Reinos, depois de haverem passado os referidos Termos, contados do dia da publicação desta, fiquem pelo beneficio dela libertos, e fôrros, sem necessitarem de outra alguma Carta de Manumissão ou Alforria...”

Portanto a lei de 1773 a que se refere o Marquês de Sá da Bandeira não é mais do que a continuação da política já iniciada havia mais de dois séculos.

Eis aqui, minhas senhoras e meus senhores, um bosquejo histórico das condições em que foi iniciada a colonização portuguesa e a relação dos factos é, creio eu, o

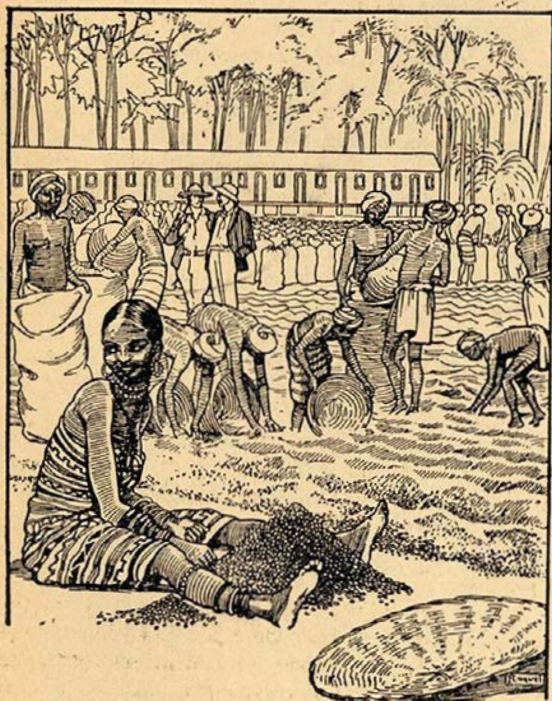
melhor desmentido contra as atoardas postas a correr por ambiciosos interessados ou por derrotistas indesejáveis.

Foi a esta perseverança, a este ritmo heróico, a esta obra levada a efeito com o esforço de uma raça que se chamou má obra colonial.

Todos os inconvenientes com que os primeiros portugueses lutaram nos tempos heróicos da colonização, desapareceram ou diminuíram. O trabalho do homem aumentou a salubridade das regiões e melhorou o alcance da medicina, não há choque de civilizações por que a Europa venceu cabalmente, não há piratas no mar, eis porque é mais cómodo e mais proveitoso colonizar hoje.

Agradeço a atenção de V. V. Ex.<sup>as</sup>

CARLOS COIMBRA



ESCOLHA DE CAFÉ EM TIMOR

“...Mas se há por aí um homem que, fóra das sendas fáceis da política, do grupo de interesses, dos *cambões* sociais, sem alvo-roço nem réclamo, pelo trabalho ou pelo estudo, érgue a cabeça acima da média — a êsse, não só ninguém protegerá como não faltará, desde o insulto à calúnia, desde a intriga ao atentado directo, quem lhe barre o caminho e tente lançá-lo fóra como a um proscrito.

O meio presta-se: Que apareça alguém a exaltar um valor, a fazer justiça a um homem que trabalha — será recebido com sorrisos de dúvida, protestos, objecções, por mais sólidas razões que invoque. Mas lembre-se a mesma pessoa de maldizer, caluniar, ofender — e logo terá uma multidão a escutá-lo e numerosos propagandistas da sua torpeza.”

TENENTE HENRIQUE GALVÃO

Cada um de nós ficou, sob o seu meridiano, ao longo do seu território próprio, girando na órbita de interesses económicos, políticos e geográficos diversos; mas, ficamos os dois como membros separados de uma só família, sem nunca perder de vista a aliança de sangue, de espirito e de coração.

Assim, unidos pelas origens comuns e por constantes laços de solidariedade moral, brasileiros e portugueses podem hoje, compreendendo cada vez melhor a razão superior do destino das nações, orgulhar-se mutuamente da sua obra. O Brasil póde orgulhar-se de Portugal porque a acção poderosa de afoita iniciativa portuguesa continúa, nas mais afastadas latitudes, na Africa, na Oceania e na Ásia a desempenhar a missão começada outrora no bojo frágil das caravelas. E Portugal póde orgulhar-se do Brasil porque, sobre aquela base colonial inapagável, se formou a nação exuberante de agora, em plena marcha para uma expansão civilizadora cuja medida não podemos, sequer, prever, tão largo é o território, tão fortes são os recursos da natureza, tão compensador é aqui o trabalho do homem. De resto, as correntes imigratórias portuguesas não cessam de procurar no Brasil pontos de fixação da sua actividade. Desse modo, as energias sempre moças da velha raça prosseguem cooperando, com outros povos, no progresso da nação brasileira, o que redundará num perpétuo renovar dos laços originários de sangue. A troca dos produtos comerciais, num perfeito entendimento de interesses, completa a aliança virtual.

DR. AFRÂNIO DE MELLO FRANCO

MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO GOVÊRNO  
PROVISÓRIO DA REPÚBLICA DOS E. U. DO BRASIL.

## ESCOLA JOÃO DE DEUS

R. Visconde Itaúna, 19 — Rio de Janeiro

Direção do conhecido professor português

CLEMENTINO ANTÓNIO DE CARVALHO

Diplomado pela Escola Normal de Braga

Curso diurno das 9 ás 12 e noturno das 19 ás 22.

Pedir outras informações na Secretaria.

### MENSALIDADES:

Curso diurno — 1.ª, 2.ª e 3.ª classes	20\$000
” noturno — ” ”	30\$000
” diurno — 4.ª e 5.ª ”	30\$000
” noturno — ” ”	40\$000
Admissão ao Pedro II . . . . .	40\$000
Caligrafia (2 Hções semanais) . . . . .	10\$000

# INDICE II ANO II

## **BIBLIOTECA**

Durante o último trimestre deram entrada na Biblioteca desta colectividade, as seguintes obras:

### LITERATURA:

PELA NOSSA AFRICA — por José Ribeiro da Costa Junior (Major) — oferecido pelo seu autor.

A INDIA PORTUGUESA — Dois volumes. Memórias escritas a convite do Governo, oferecidos por Luís de Menezes.

LEITURAS COLONIAIS — por Albano Alberto de Mira Saraiva, oferecido pelo seu autor.

CARTAS DO JAPÃO — Os serões no Japão, Guerra, Relance de Alma Japonesa e Escritura de Portugal e *Conhecimento do Rio Combo*, oferecidos por Mário Rogério Afonso Leite.

OS PORTUGUESES NA COLONIZAÇÃO — por Gaspar do Couto Ribeiro Vilas (Coronel) — oferecido pelo seu autor.

RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO ETNOGRÁFICO — oferecido por Mário Costa.

ANGOLA — Como eu a vi em 1930/1 — por José de Sousa Faro (Almirante) — oferecido pelo seu autor.

DESCOBRIMENTO — Revista Cultural, oferecida por Osório de Oliveira.

DICIONÁRIO DA LINGUA PORTUGUESA — Dois tomos, por Antonio Morais e Silva, oferecido por Henrique Garcia e Bernardino Casimiro.

O DIREITO DOS SOVIETES — por Almachio Diniz (Dr.), oferecido por Luís Franco.

EXPEDIÇÃO PORTUGUESA AO MUATIÂNVA — Descrição da Viagem, por H. Carvalho, oferta do Arquivo Histórico Colonial.

EXPEDIÇÃO PORTUGUESA AO MUATIÂNVA — Climas e Produções, por S. Marques, oferta do Arquivo Histórico Colonial.

EXPEDIÇÃO PORTUGUESA AO MUATIÂNVA — Lingua da Lunda, por H. Carvalho, oferta do Arquivo Histórico Colonial.

DICIONÁRIO PORTUGUÊS-KOMKANI — por Sebastião Rodolfo Delgado, oferta do Arquivo Histórico Colonial.

DESERTO VERDE — por Henrique Pongeti, oferecido por Marcel Augusto.

ÁFRICA OCIDENTAL — por Francisco Travassos Valdez.

HISTÓRIA ECLESIASTICA ULTRAMARINA — pelo Visconde de Paiva Manso.

ARQUIVO DE ANGOLA — oferecido pelo Reitor do "Liceu Salvador de Sá".

### DIVERSAS:

Almanaque Comercial de 1932 — Anuário de Lourenço Marques de 1931 — Anuário Estatístico de Portugal — Anuário de Lourenço Marques de 1933 — Lourenço Marques Directory — Orçamento Geral de Angola, 1933/4 — Estatística do Comércio e Navegação da Província de Moçambique — Boletim Geral das Colónias ns. 70 a 101 — Revista Portuguesa de Comunicações — Portugal Colonial — Brasil-Polónia — Revista da Câmara Portuguesa de Comércio do Rio de Janeiro — A

Panificadora — Correio Brasileiro — Boletim da Sociedade de Colonização — O Ultramar como cliente e fornecedor das Industrias Metropolitanas — Movimento comercial e marítimo da Guiné (1932) — Código das Medidas de Policia da Guiné e Conferência Imperial Colonial — Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau.

NOTA — Por absoluta falta de espaço deixamos de consignar neste tópico duas centenas de obras, concernentes ao Ultramar Português, de que foi portador o Sr. Abel Moreira Neves, quando do seu regresso de Portugal.

## **IMPRESA**

A SOCIEDADE LUSO-ÁFRICANA DO RIO DE JANEIRO, consigna neste tópico o seu sincero reconhecimento pelo carinho com que foram recebidos os pedidos de permuta com a Imprensa Ultramarina e ao mesmo tempo tornar extensivos a todos os jornais, com os quais está em permanente contacto, o seu agradecimento e os votos de prosperidade no decorrer de 1934.

Até á data presente são enviados para esta colectividade, das respectivas redacções, os seguintes periódicos:

### DE ANGOLA:

*Angola Desportiva, Comércio de Angola, A Defesa de Mossamedes, O Exportador de Angola, O Intransigente, Jornal de Benguela, O Lobito, A Luta de Angola, A Metralha, Noticia, Noticias de Bié, Noticias da Huila, A Pátria, A Provincia de Angola, Sport de Mossamedes, Sul de Angola, Ultima Hora, União Nacional, Voz do Planalto.*

### DE MOÇAMBIQUE:

*O Brado Africano, O Direito, O Distrito, O Emancipador, O Evangelho, Lusitânia, Moçambique, O Norte, Noticias,*

### DE MACAU:

*A Voz de Macau.*

### DE CABO VERDE:

*O Eco de Cabo Verde, Noticias de Cabo Verde.*

## **INTERCÂMBIO ESCOLAR**

Poderemos aqui repetir a frase que abriu o último Boletim: — "Em marcha..." De facto.

Desde que nos foi outorgado o direito pela SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA para promovermos o intercâmbio escolar no Brasil, a Directoria da SOCIEDADE LUSO-ÁFRICANA tem envidado todos os esforços possíveis no sentido de o tornar em realidade no Brasil. E os frutos que este esforço dispendido produziu, estão a ser colhidos, tendo em vista as dezenas de cartas de colegas já recebidas.

O intercâmbio escolar, fazendo parte integrante do pan-lusitanismo, enquadra-se perfeitamente no programa desta colectividade e que tudo fará para que, em breve lapso de tempo, esteja bem difundido pelo Brasil afóra. Para isso acaba de ser elaborada uma circular onde são expostos de uma maneira clara e precisa os fins do intercâmbio escolar, a qual será expedida para todos os nucleos educacionais do Brasil, quer para as escolas públicas e particulares primárias, quer secundárias e superiores.

## NOVOS SÓCIOS

Durante o último trimestre a que se refere este Boletim foram admitidos os seguintes sócios:

### ACTIVOS

NELSON MENDONÇA ARRAIS

A. LOPES JUNIOR

MANUEL CARVALHO DA SILVA

ALCINDO PIMENTEL BETTENCOURT e

FRANCISCO GOMES DANTAS, propostos por J. Nascimento Ribeiro.

José Marques Silva e

José Tibúrcio de Oliveira, propostos por Alamiro Andrade.

MANUEL MARTINS CUNHA e

ANTÓNIO AGOSTINHO DA COSTA, propostos por Manuel Pinto de Almeida.

RICARDO DE JESUS HORTA, proposto por Antero de Faria.

José L. Glão Junior, proposto por Marcel Augusto de Almeida.

CARLOS VAZ PINTO, proposto por Luís Carlos Reis.

ANTÓNIO PEREIRA, proposto por João Cunha.

DAVID AFONSO BACELO, proposto por Domingos José Veloso.

### PROTECTORES

VALENTIM DE FREITAS, de Curitiba, proposto por Antero de Faria.

José FERREIRA GRANADA, de S. Paulo, proposto por Joaquim S. Marques.

DANIEL DA SILVA BASTOS, de Nova Góa — India — proposto por Manuel Antonio Ferreira.

José MARTINS SIMÕES DE SANTOS, proposto por Joaquim Sebastião Santos.

MANUEL MELO e

JOAQUIM RIBEIRO BASTOS, de S. Paulo, propostos por António Carlos da Silva Reis.

## A PÁTRIA

E' sempre com o mais vivo interesse que a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA acompanha o desenrolar de todas as iniciativas que nobilitem o nome português.

Os factos que se relacionem, quer directa ou indirectamente, com a vida das Províncias Ultramarinas, merecem-lhe as melhores atenções. Porisso, com o aparecimento de um jornal em Luanda, a nobre capital de Angola, cujo título encabeça esta nota, não lhe poderia ter passado despercebido.

"A Pátria", tendo á sua frente, a guiar-lhe os primeiros passos, a figura do Dr. Alvares de Carvalho, alem de batalhar por um ideal que a maioria do povo português acalenta perenemente no âmago de seu sentir, trabalha, sem desfalecimentos, pelo engrandecimento daquela grande parcela do território português de além mar, perscrutando os seus problemas e apontando o meio de serem os mesmos resolvidos.

A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA, desejando longos e prósperos anos de vida ao novo e brilhante bi-semanário "A Pátria" agradece, na pessoa do seu director, os exemplares recebidos.

## Assembleia Geral Extraordinaria

No pretérito dia 19 de Dezembro realizou-se a Assembleia Geral Extraordinária para aprovação das emendas dos Estatutos da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA, comparcendo elevado número de associados.

Às nove horas, em segunda convocação, compunha-se a mēsa, assumindo a presidência a Sra. Dra. Fernanda Bastos Casimiro, tendo como secretários os Srs. Francisco das Dôres Gonçalves e Armando Liberato Maia.

Passou-se a seguir á ordem dos trabalhos. Duas horas depois de animada discussão, por parte de todos os presentes, fôram aprovados os novos Estatutos.

Antes de encerrar a sessão a Sra. presidente apresentou o nome do ilustre Consul Geral de Portugal Dr. Agapito Pedroso Rodrigues para sócio Honorário da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA.

Usou da palavra o primeiro secretário da mēsa, Sr. Francisco das Dôres Gonçalves, que em breves palavras expôs a razão porque a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA distinguia S. Exc.<sup>a</sup> com o seu título máximo.

Não havendo voto em contrário, foi o nome do ilustre diplomata aclamado por unanimidade.

## CONFERÊNCIA

No salão nóbre da CÂMARA PORTUGUESA DE COMÉRCIO DO RIO DE JANEIRO, pôsto gentil e graciosamente á disposição desta colectividade, realizou-se no dia 3 de Novembro passado mais uma conferência subordinada ao tēma "O triunfo da inspiração religiosa nas artes", da qual foi orador o Sr. Mário Rogério Afonso Leite, convidado pela Directoria da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA, para tal fim.

Deixamos de publicar neste Boletim, bem contra a nossa vontade, a referida conferência, por não dispormos do espaço suficiente para a sua inserção.

## CONTADORANDOS

Após seis anos de estudos ininterruptos na A. C. M., desta cidade, terminaram o curso de contador os nossos consócios Srs. Lino Rodrigues Bizarro e Marcel Augusto de Almeida Kasprzykowski, tendo os mesmos colado grau no dia 30 de Dezembro.

O nosso consócio Sr. Afonso de Melo Botelho tambem, brilhantemente, acaba de terminar o mesmo curso na Escola Superior de Comércio.

A todos, a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA deseja um porvir próspero.

## NOTA PRÉVIA

Fiel ao seu programa de inatacável independência, a Sociedade Lusó-Africana assegurou aos ilustres colaboradores deste boletim plena liberdade de pensamento. Por tal motivo ninguém terá o direito de lhe atribuir o endosso das doutrinas aqui expendidas que por ventura se não fillem de modo directo nos objectivos que presidem os nossos fins — a expansão de lusitanismo em todos os seus múltiplos aspectos: económicos, políticos e sociais.

N. do B.

## REGRESSANDO

**ABEL MOREIRA NEVES** — É com satisfação que registámos o regresso de Portugal d'êste director da LUSO-AFRICANA. O Sr. Abel Moreira Neves, aproveitando a sua estadia em Portugal, tratou de alguns assuntos referêntes a esta sociedade, sendo portador de duas centenas de livros, que lhe fôram entregues em Lisboa, para a Bibliotéca da mesma sociedade.

**COM. ANTÔNIO PARENTE RIBEIRO** — Depois de alguns meses de permanência em Portugal, encontra-se no Rio de Janeiro este nosso prezado consócio.

**ARTUR MOREIRA NEVES** — Regressou ao Ric, êste nosso consócio, após ter-se demorado alguns meses em Portugal.

**PROF. TOMÁS VIEIRA DOS SANTOS** — Depois de uma rápida visita a Portugal, já se encontra de novo entre nós este nosso sócio-cooperador, tendo, por ocasião de sua chegada, visitado a séde da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA.

## VISITANTES

No dia 20 de Dezembro passado, visitou a séde da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, o prof. Tomás Vieira dos Santos.

Depois de alguns momentos de agradável palestra acerca das Províncias Ultramarinas, que conôsko manteve, pedímos a S. S., antes de retirar-se, que consignasse em nosso "Livro de Visitantes", as suas impressões a respeito desta sociedade.

O prof. Tomás Vieira dos Santos acedendo, gentilmente, ao nosso convite, autografou o seguinte:

Cultuar o genio da Raça pela lembrança perene e sempre viva de seus Feitos imortais, e, afervorando o sentimento lusitana, remontar ás mais puras Glórias do Passado como fonte de estímulos a novas formas superiores de vida para uma Realidade portuguesa — é desenvolver o mais inteligente e o mais belo Patriotismo. Taes são os vossos nobres intuitos, imperterritos lusitanenses da LUSO-AFRICANA.

Por isso — trazendo na retina da alma o azul calmo e profundo com que o ceu de Portugal amorosamente me sorriu na hora nostálgica da despedida, como a convidar-me a ficar — a minha primeira visita é para vós.

## LUTUOSA

**MANUEL GONÇALVES** — Na casa da sua residência, em Quarteira, Algarve, faleceu nos primeiros dias do mês de Dezembro, o venerando ancião Sr. Manuel Gonçalves, extremoso pai do nosso querido amigo Francisco das Dôres Gonçalves, antigo presidente e devotado consócio da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO.

O golpe que atingiu este nosso dedicado companheiro é daqueles golpes irreparáveis e profundos, de modo que não há palavras que mitiguem o sofrimento que eles causam, — é uma dor moral verdadeiramente inconsolável, mas que nem por isso nos impede de estreitarmos contra o nosso peito esse coração de filho

amantíssimo e esse carácter de eleição, compartilhando do seu sofrer e rerepresentando-lhe, assim como a tôda a sua Exm.<sup>a</sup> Família, a expressão comovida do nosso sincero pesar.

**PADRE MANUEL HIMALAIA** — No último número desta publicação cumprimos o doloroso dever de noticiar o falecimento do presidente do Instituto Histórico do Minho, e já no actual quís o destino que tivéssemos de registar o desaparecimento do novo presidente daquela prestigiosa instituição cultural minhota, o reverendo Padre Manuel António Gomes Himalaia, sábio mundialmente considerado pelos seus inventos e pelos seus grandes conhecimentos científicos.

À Exm.<sup>a</sup> Família do ilustre extinto e ao Instituto Histórico do Minho, que em tão curto lapso de tempo se viu privado do concurso de dois dos seus membros mais eminentes, apresentamos os nossos respeitossos pêsames.

## TERMINANDO

Eis-nos no fim de uma árdua caminhada, na qual procuramos empregar o nosso melhor esforço, para bem servir á *causa* a que nos votámos, sem desfalecimento, de tôdo o coração. Fizemos pouco? Fizemos muito? Não o sabemos. Só sabemos que procuramos desempenhar a missão que nos foi dado desempenhar pelos restantes membros da Directoria, com tôda a boa vontade.

Termina, com a saída d'êste "Boletim" a nossa gestão. Antes, porém, queremos confessar, abertamente, o nosso mais vivo e sincero agradecimento a todos aquêles que conôsko cooperaram, intelectual, artistica, materialmente, na consecução desta obra.

— Aos ilustres colonialistas, pela primorosa colaboração literária que tanto brilho imprimiu a êste Boletim.

— Àqueles que empregaram o seu labor artístico, ajudando a ilustrar as suas páginas;

— A todos os anunciantes, cuja contribuição material muito concorreu para a divulgação desta obra, que é de todos os portugueses;

— A' Directoria da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA, pelos inúmeros favores recebidos;

A Comissão Elaboradora fecha o presente número e termina o seu mandato, formulando indistintamente os mais ardentes vótos de prosperidade no decorrer de 1934.

A Comissão:

*Antônio de Sousa Amorim*

*Alamiro Andrade*

*Francisco das Dôres Gonçalves*

*Marcel Augusto de Almeida Kasprukowski.*

## BERTHO CONDÊ

ADVOGADO

Av. Rio Branco 133, 2.º and.

Salas 18 e 20

Telefone 3-5178

ARTIGOS DE PAPELARIA ○○○○○○○○

OBJECTOS DE ESCRITÓRIO ○○○○

PAPEIS EM GERAL ○○○○○○

Importadores e Exportadores  
**Cóval & Co**

RUA S. PEDRO, 136

Telef.: 3-0450 3-1449

CODIGOS: RIBEIRO e MASCOTTE

○ RIO DE JANEIRO ○

**CARTONAGEM**  
**LUSO-AMERICANA L.<sup>DA</sup>**

CAIXAS DE CARTUCHOS E PAPELÃO

FABRICA DE VENTAROLAS

LITOGRAFIA E TIPOGRAFIA

ENVELOPES EM GERAL

RUA DOS INVALIDOS, 137 — TEL. 2-3815

RIO DE JANEIRO

# CALÇADO

# FOX

## O MELHOR DO MUNDO

Para sua garantia  
exija na sola,  
estampado a fogo,  
êste carimbo



Of. Graf. Villas Boas & C. --- Rio de Janeiro

Desta edição fez-se uma tiragem especial de 50 exemplares em papel couché "Perfect art"